



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E**  
**SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas  
relações com a Economia Solidária

Mestranda: Luiza de Marilac Miléo Moreira  
Bolsista: CAPES  
Orientadora: Dr<sup>a</sup> Iraildes Caldas Torres

Manaus – Amazonas

2013

Luiza de Marilac Miléo Moreira

Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas  
relações com a Economia Solidária

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia sob a orientação da professora doutora Iraildes Caldas Torres.

Manaus – Amazonas

2013

Ficha Catalográfica  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Moreira, Luiza de Marilac Miléo

M838v      Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a economia solidária / Luiza de Marilac Miléo Moreira. – Manaus, 2013.

133f. il. color.

Dissertação (mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Iraíldes Caldas Torres

1. Catadoras de lixo 2. Cooperativas de recicláveis 3. Condições de trabalho 4. Mulheres trabalhadoras I. Torres, Iraíldes Caldas (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 2007 304.4-055.26(811.3)(043.3)

Luiza de Marilac Miléo Moreira

Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas  
relações com a Economia Solidária

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia sob a orientação da professora doutora Iraildes Caldas Torres.

Aprovada em 09 de Dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iraildes Caldas Torres – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Ester Rossini – Membro  
Universidade de São Paulo - USP

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antonieta do Lago Vieira – Membro  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

*Ofereço essa conquista aos meus  
pais Maria de Lourdes Moreira e  
Moacir Moreira, pelos seus  
exemplos de vida e de amor!*

*Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é decidir.*

*(Cora Coralina)*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço à Deus Pai, Filho e Espírito Santo pela benção recebida que me ajudou a superar todos os obstáculos desta caminhada;*

*À Maria Mãe de Jesus Cristo e nossa mãe pela força materna e espiritual;*

*A minha orientadora Dr<sup>a</sup> Iraildes Caldas Torres pelas discussões temáticas, pelo aprendizado, por sua paciência, por seu exemplo de coragem feminina, por sua firmeza, por suas palavras, por seu sorriso e sua força nas horas precisas. Você se solidarizou mesmo diante dos estresses que lhe causei ao que oportunizo o momento para pedir desculpas. De fato, essa caminhada foi uma conquista, e você caminhou comigo;*

*Às professoras do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade no Amazonas pelas contribuições e discussões em várias áreas do conhecimento. Admiro a todas pelo empenho e seriedade! E que este programa cresça ainda mais! Sei que esse é o desejo de todas;*

*A CAPES pela bolsa concedida, ainda que por pouco tempo, ela ajudou na pesquisa assumindo a missão de subsidiar os pesquisadores.*

*Às catadoras de materiais recicláveis e todos os informantes que contribuíram com a nossa pesquisa. Vocês são o brilho deste estudo. Eu aprendo sempre com vocês;*

*Aos colegas do grupo de pesquisa GEPOS pelo empenho nas pesquisas, reuniões e aprendizados, pelos eventos compartilhados, pela amizade vivida;*

*As minhas irmãs e irmãos consanguíneos pelo apoio e incentivos para persistir na caminhada. Eu amo vocês.*

*A minha sobrinha Priscila Moreira, seu esposo Arenaldo (Coca) e suas filhas Maria Clara, Rafaele e Maria Eduarda pelo gosto de ter a família perto!*

*Ao Movimento de Economia solidária no Amazonas e à Caritas Arquidiocesana de Manaus, obrigada pelos passos na caminhada;*

*À coordenadora Gerlane Andreocci do curso de Serviço Social e demais colegas de trabalho da Universidade Nilton Lins, obrigada pela compreensão desse momento;*

*Às minhas amigas e amigos: muito obrigada!*

## RESUMO

Este estudo realiza uma abordagem sobre a presença das mulheres no trabalho de catação de materiais recicláveis e sua relação com a economia solidária em Manaus. Seu objetivo geral se volta para verificar a inserção das catadoras de materiais recicláveis no processo da economia solidária, dando especial relevo às práticas sociais e de trabalho dessas mulheres e apontando sua crescente participação nas cooperativas econômicas solidárias. A catação é um trabalho que vem ganhando reconhecimento do poder público nacional e notoriedade social por contribuir com a reinserção dos trabalhadores na cadeia produtiva da reciclagem. A temática de gênero entrelaçada com o meio ambiente e sustentabilidade é o conceito norteador das discussões travadas ao longo deste processo. No que diz respeito à metodologia este estudo assume o aporte das abordagens qualitativas sem exclusão dos aspectos quantitativos. A amostra empírica elegeu 02 cooperativas de catadoras de materiais recicláveis, nas quais pesquisamos 08 mulheres, além de 06 sujeitos externos ouvidos em entrevista do tipo semiestruturado, perfazendo um total de 14 pessoas. Dentre os múltiplos aspectos constatados ficou claro que há uma feminização da economia solidária na categoria de catação em Manaus. Estas mulheres exercem a liderança no trabalho e na família, mesmo tendo companheiros, e se recusam exercer a dupla jornada de trabalho. Há, enfim, necessidade de elaboração de políticas públicas direcionadas à elas, precisando, pois, de maior empenho por parte da gestão pública local para a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como a consolidação da prioridade desse público nas políticas públicas.

**Palavras chaves: Gênero, Economia Solidária, Mulheres Catadoras.**

## **ABSTRACT**

This study conducts an approach on the presence of women in the work of Collecting garbage and its relationship with the solidarity economy in Manaus. Your overall goal turns to verify the insertion of recyclable materials in the process of solidarity economy, with particular emphasis on social and work practices of these women and pointing their growing participation in supportive economic cooperatives. The grooming is a work that has been gaining recognition for the national public power and social notoriety for contributing to the reintegration of workers in the supply chain of recycling. The theme of gender intertwined with the environment and sustainability is the guiding concept of discussions throughout this process . With regard to this methodology takes study the contribution of qualitative approaches without exclusion of the quantitative aspects. The empirical sample elected 02 cooperatives of recyclable materials , in which surveyed 08 women , and 06 external subjects heard in the semi-structured interview type , for a total of 14 people . Among the various observed aspects became clear that there is a feminization of the solidarity economy in the category of grooming in Manaus . These women exercise leadership in work and family, even though fellow , and refuse to exercise two work shifts . Finally there need to formulate policies targeting them, needing therefore a greater commitment by the local public administration for the realization of the National Solid Waste Policy , as well as the consolidation of this public priority in public policies .

**Key words: Gender, Solidarity Economy, Women Pickers.**

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Anos de maiores explosões demográficas de Manaus de 1970 a 2012	57
Gráfico 2: Número de filhos dependentes	75
Gráfico 3 – Idade das entrevistadas	79
Gráfico 4: Os responsáveis pelo sustento da família	79
Gráfico 5. Beneficiárias das políticas sociais	91
Gráfico 6: Renda Familiar	107

## LISTA DE IMAGENS

Foto 1: Tecnologia Social: serradeiras adaptadas com finalidade	52
Foto 2: Tecnologia Social: serradeiras adaptadas com finalidade	53
Foto 3: Máquina para desfiar a garrafa PET. Eco cooperativa	53
Mapa: Bairros da Cidade de Manaus - Amazonas – Brasil – 2010	58
Foto 4: Cooperativa sem local para armazenamento do material	69
Foto 5: Galpão da Ecocooperativa – Zona Norte	70
Foto 6: A catadora prepara o papel para colocar na prensa	77
Foto 7: A catadora colocando o papel na prensa	78
Foto 9: Núcleo recebendo a coleta seletiva da cidade	83
Foto 10: Núcleo recebendo a coleta seletiva da cidade.	83
Foto11: Catadora obesa e com hérnia	112
Foto12 A catadora colocando os livros na serra	113

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>CAPITULO I – A INSERÇÃO DAS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA BRASILEIRA</b>	17
1. 1 - Contextualização da economia solidária no Amazonas	17
1. 2 - A feminização da economia solidária na sociedade brasileira	28
1. 3 - O feminismo e as novas tecnologias sociais	42
<b>CAPITULO II – AS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS ORGANIZADAS EM ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS EM MANAUS</b>	55
2. 1 - Contextualizando o processo de catação de materiais recicláveis	55
2.2 - O processo organizativo das catadoras de materiais recicláveis em associações e cooperativas	68
2.3 - A reivindicação de políticas públicas para as mulheres catadoras de materiais recicláveis	82
<b>CAPITULO III – DINÂMICA E RELAÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS DA ECOCOOPERATIVA E DA COOPCAMARE</b>	93
3.1 - O trabalho da catação no contexto das crises do capital	93
3.2 - As relações de trabalho nas cooperativas pesquisadas	103
3.3 - Os problemas de saúde das mulheres cooperadas provocados pelas precárias condições de trabalho	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	123
<b>REFERÊNCIAS</b>	125

## INTRODUÇÃO

*Na vida cotidiana, os impactos ambientais sobrecarregam as mulheres, particularmente as mais pobres envolvidas com a vivência e a sobrevivência da família, convertendo-se em verdadeiras gestoras da configuração social [...] elas têm estado presentes pela melhoria do meio ambiente.*

*(Rosa Ester Rossini;  
Sonia Alves Calió)*

Este estudo tem o objetivo de verificar a inserção das catadoras de materiais recicláveis no processo de economia solidária, dando especial relevo à vida e trabalho dessas mulheres chefes de famílias organizadas em cooperativas solidárias na luta por políticas públicas.

O nosso interesse em realizar este estudo se deu face à experiência que tivemos enquanto profissional de Serviço Social na Caritas Arquidiocesana de Manaus, no trabalho de acompanhamento a algumas bases<sup>1</sup> da Rede de Catadores Eco-Recicla, nas quais havia muitas mulheres. No contato com essas e com outras mulheres de associações do mesmo segmento, foi-nos possível perceber como elas se destacam neste trabalho com exímia responsabilidade para a provisão do sustento de suas famílias.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), do total de 55 milhões de domicílios existentes no país, 84,7% estão nas zonas urbanas. Esses domicílios reúnem 83,3% da população brasileira. A região mais urbanizada é a Sudeste, particularmente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta situação gera graves problemas ao meio ambiente na medida em que toneladas de resíduos são despejadas diariamente no espaço urbano em algumas cidades, a gestão de resíduos é uma prioridade para que haja desenvolvimento sustentável, porém, este não é o caso da maioria das cidades brasileiras.

Já em 2002 o Brasil configurava como um dos maiores recicladores de alumínio no que diz respeito ao trabalho com as latinhas de embalagens de bebidas. Isso foi graças ao trabalho isolado das catadoras e dos catadores de recicláveis, o que poderá ser ainda melhor

---

<sup>1</sup> Bases são pontos de coletas e depósitos das catadoras/es, que pode ser de um grupo de familiares ou não. Há necessidade de um galpão pequeno porque geralmente as catadoras ficam no relento ou mesmo na casa de alguém.

na medida em que exista uma política ambiental de saneamento e de inserção destas trabalhadoras e trabalhadores na cadeia produtiva da catação.

Essa experiência contribuiu para que o poder público e a sociedade civil elaborassem estratégias para o gerenciamento e seletividade dos resíduos. Algumas prefeituras como as do Estado de São Paulo envolveram escolas, comunidades, bairros, movimentos sociais e Organizações Não Governamentais com o intuito de selecionar e doar os resíduos aos catadores, procurando implantar um sistema de limpeza pública. Diferente de muitas prefeituras que não entenderam esse processo e criticavam sempre a falta de recursos para tal empreendimento.

O trabalho de catação de material reciclável vem ganhando cada vez mais notoriedade em nível mundial e nacional, especialmente por ser uma atividade que reinsere a matéria prima secundária na cadeia de produção e consumo (reciclagem). Trata-se de um trabalho que necessita do apoio de instituições governamentais e que possui um número considerável de mulheres presentes neste tipo de trabalho desenvolvido a partir da economia solidária. Para Singer (1998, p. 11), a economia solidária “é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital”. Esta modalidade de trabalho é uma alternativa ao sistema capitalista.

As relações de gênero e sua intersecção com o meio ambiente é um nexo fundamental para a conservação do meio ambiente porque rearticula a ideia de sustentabilidade do planeta e das gerações futuras, através das práticas sociais das mulheres (TORRES, 2012). São as mulheres que estão sempre em contato com a água que é utilizada nos serviços domésticos, como também são elas que cuidam dos animais domésticos, das plantas e das plantações. Para Torres (2012, p.113), “ a forma pela qual as mulheres se relacionam com o meio ambiente mostra que elas têm como ponto de referência as suas próprias vivências e experiências de vida [...], remetendo para uma relação mulher-terra, terra-vida, homem-mulher e homem-natureza” .

Conforme Scott (1995, p. 86), “a palavra gênero foi usada primeiramente pelas feministas norte americanas para distinguir o caráter social das distinções baseadas no sexo, rejeitando o determinado biológico das diferenças sexuais. É preciso, pois, atentarmos para o aspecto relacional das relações de gênero que estabelecem intersecção com as categorias de raça/etnia e classe social numa perspectiva relacional.

A pesquisa de Leal (2010, p. 123) aponta para o fato de que “a inserção das mulheres no ramo da catação se deu pelo desemprego e por falta de oportunidades no mercado de trabalho como fator preponderante, fato que ocasionou a busca por estratégias de sobrevivência”. Aos poucos estas mulheres foram se apropriando do trabalho da catação organizando outras mulheres em cooperativas de catação com grande desenvoltura e capacidade, o que conferiu a elas grande poder de liderança e gestão.

Foucault (1980) nos ajuda a entender que o poder se constitui e funciona a partir de outros poderes e por isso se encontra estreitamente ligado às relações familiares, sexuais, produtivas e reprodutivas nos interstícios da sociedade, o que ele denomina de micro poderes. O poder é multiforme, não se apresenta só sob a forma de proibição ou castigo, não se realiza apenas através das instituições, das classes e grupos políticos, o poder não está nunca na exterioridade, mas, sim cruza os corpos e os produz e reproduz. O poder é uma relação. Onde existe relação há poder. A relação de poder do homem sobre a mulher (em tudo) é uma realidade de longos anos.

As mulheres deram muitos passos para a sua libertação. Contudo, ainda se faz necessário dar voz às essas trabalhadoras para que relatem o que passaram para chegar onde estão e digam como se sentem hoje diante do papel socialmente construído.

A grande questão posta à nossa reflexão neste estudo foi justamente saber se as catadoras são efetivamente reconhecidas como trabalhadoras pelo Estado brasileiro. Se o são, quais são as políticas públicas dirigidas a elas.

Esta pesquisa assumiu o aporte das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. O quadro amostral é composto por 14 sujeitos, a saber: 02 mulheres representantes de 02 cooperativas de catadores de materiais recicláveis, sendo 01 de cada cooperativa), cujo critério eleito diz respeito à permanência de no mínimo 03 anos no cargo de liderança, bem como 06 mulheres cooperadas do chão de galpão (03 de cada cooperativa), as quais foram ouvidas sob a técnica de formulário contendo perguntas abertas e fechadas. Ouvimos em entrevista do tipo semiestruturado 01 membro do Fórum Amazonense de Economia Solidária e 01 representante do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Manaus. Ouvimos por fim, 02 representantes das instituições das redes públicas ligadas a este segmento social (01 da Secretaria Municipal de Limpeza Pública de Manaus (SEMULSP) e 01 representante do Comitê Interministerial para Inclusão de

Catadores); 02 representantes das instituições das redes de economia solidária (01 da *Caritas* Arquidiocesana de Manaus e 01 da Pastoral Operária).

O trabalho está estruturado em três capítulos interrelacionados. No primeiro capítulo discutimos a inserção das mulheres catadoras de materiais recicláveis na economia solidária no Amazonas, apontando a feminização neste tipo de trabalho. Buscamos conhecer a face da economia solidária e sua inteira relação com o gênero, apresentando as novas tecnologias sociais empregadas nesse processo. No segundo capítulo apresentamos as catadoras de materiais recicláveis organizadas em cooperativas em Manaus, contextualizando o processo de catação e a forma organizativa dessa categoria e suas reivindicações por políticas públicas.

No terceiro capítulo discorremos sobre a dinâmica de trabalho nas quais as mulheres catadoras da ecocooperativa e da coopcamare estão inseridas, destacando as suas relações de trabalho construídas no interior das cooperativas. Apresentamos, por fim, alguns problemas de saúde provocados pelas péssimas condições de trabalho e que atingem fortemente a vida dessas mulheres.

Esse estudo assume fundamental importância na medida em que poderá constituir-se num diagnóstico para militantes dos movimentos feministas e de economia solidária que lutam pelo desenvolvimento social deste segmento populacional, no sentido de contribuir para a fundamentação de estratégias de políticas públicas e de intervenção social direcionada à essas mulheres. Assume igual importância à profissão de Serviço Social que vem procurando inserir-se no âmbito da economia solidária.

## CAPITULO I – INSERÇÃO DAS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA BRASILEIRA

A economia solidária busca modelar as relações sociais em estruturas que assegurem a dignidade humana e a sustentabilidade do planeta.

(Antonieta Vieira)

### 1.1 - Contextualização da economia solidária no Amazonas

A partir dos anos 1970 as sociedades de capitalismo avançado começam a passar por crises e transformações profundas em seu sistema econômico e social, especialmente a partir da inflexão da política do *Welfare State* e das teses keynesianas. De acordo com Antunes (2010, p.37-38),

Esse processo produtivo transformou a produção industrial capitalista, expandindo-se a princípio para toda a indústria automobilística dos Estados Unidos e depois para praticamente todo o processo industrial nos países capitalistas. Ocorreu também sua expansão para grande parte do setor de serviços. Implantou-se uma sistemática baseada na acumulação intensiva, uma produção em massa executada por operários predominantemente semiqualeificados, que possibilitou o desenvolvimento do operário-massa (*mass worker*), o trabalhador coletivo das grandes empresas verticalizadas e fortemente hierarquizadas. A introdução da organização científica taylorista do trabalho na indústria automobilística e sua fusão com o fordismo acabaram por representar a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas do século XX, sendo somente entre o final dos anos 60 e início dos anos 70 que esse padrão produtivo, estruturalmente comprometido, começou a dar sinais de esgotamento.

A reestruturação produtiva que, efetivamente, toma corpo no Brasil a partir de 1989<sup>2</sup> desestruturou empresas e postos de trabalho, abrindo o “mar” de desemprego e inaugurando múltiplas formas de precarização e de contratualidade do trabalho. O sistema exige a qualificação profissional e adaptação do empregado às novas dinâmicas do mercado, “empurrando” os trabalhadores para enfrentarem os desafios de novas estratégias de inserção no mercado como a organização em economia solidária.

---

<sup>2</sup> Ano da realização da reunião dos países do G7 (Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão, EUA e Canadá) que ficou conhecida como Consenso de Washington e que reestruturou as bases do capitalismo.

Em meio à crise do emprego nos anos 1990 ressurgiu a perspectiva da economia solidária com um jeito novo e alternativo de incluir o trabalhador no processo produtivo. Vários sinais de esperança concretizaram o sonho de cooperação, de solidariedade e de partilha de vida. Um passo além da denúncia, da luta “contra”, diversos grupos assumiram também a luta a favor de um projeto alternativo de sociedade.

Tanto no meio rural como no espaço urbano a economia solidária tomou corpo envolvendo pequenos grupos de produtores, associações e cooperativas. Estas iniciativas populares unem comunidades do interior a grupos dos bairros da cidade construindo as redes de comércio solidário. Um exemplo disso é a comercialização direta entre os assentamentos próximos a Porto Alegre com as comunidades de Canoas. A partir daí multiplicaram-se os grupos de cooperação agrícola e associações de pequenos produtores.

Na área urbana surgiram nas periferias diversas comunidades e grupos de artesanatos, panificadoras, saúde popular e creches comunitárias solidárias, destacando-se as mulheres nestas organizações. Exemplo disso e de maior visibilidade são os projetos Alternativos Comunitários (PAC's) que surgem a partir de 1983 em Santa Maria, como alternativas animadas pela Caritas Diocesana daquela cidade. Rapidamente esses PAC's foram se multiplicando em vários municípios do Estado e, no ano seguinte os PAC's foram apoiados pela Caritas Brasileira, levando a experiência para a região do Nordeste que é a região mais pobre do país. E a partir de 1995 os encontros sobre os PAC's foram realizados anualmente como pontua Souza (2012, p. 224):

Os projetos alternativos comunitários são pequenas iniciativas populares nascidas a partir de apoio financeiros concedidos pela Caritas. As finalidades latentes são o estímulo, à vivência comunitária e à participação nas pastorais e nos movimentos sociais. Os PAC's são interpretados pela Caritas como instrumentos pedagógicos para uma ação social de novo tipo, supostamente não paternalista, nem assistencialista. Eles seriam uma espécie de escola de cidadania, geradora de uma formação tanto profissional, quanto política.

Esses projetos alternativos Comunitários apoiados pela Caritas Brasileira possibilitam trabalhar as duas dimensões fundamentais da sociedade: a política e a econômica. Estes projetos não são considerados um fim e sim meios que devem contribuir no processo de transformação social maior. Não são de cunho paternalista ou assistencialista.

Para Bertucci (1995), os PACs também foram os precursores da economia popular solidária. Foi e ainda é uma linha específica de trabalho da Caritas Brasileira, sendo

concebida através de grandes Seminários e Encontros relacionados ao tema. A Caritas foi o representante político dos projetos no diálogo com a gestão pública dos municípios e depois com o Governo Federal. Um importante trabalho realizado pela Caritas foi o diálogo para o acesso aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, na aquisição específica das cisternas no Nordeste, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Banco do Nordeste (BN). As experiências se multiplicaram, iniciando as Redes de Comercialização entre os grupos e entre cidades e Estados do Brasil.

Nascimento (2013) esclarece que com a grande queda do nível de emprego em todo o país na década de 1990, cresce o número de trabalhos informais e igualmente, a desigualdade social, aumentando de um lado a concentração de renda e de outro, a pobreza e miséria da maior parte da população. Foi então que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), intensificou uma política que já havia iniciado desde o final da década de 1980: o cooperativismo e economia solidária que se concretiza a partir de 1995 com a criação da Unitrabalho – Fundação Interuniversitária de Estudo e Pesquisa sobre o Trabalho.

Para exemplificar o início das cooperativas autogestionárias no país Nascimento (2013) cita a Anteag (Associação Nacional dos trabalhadores em Empresas Autogestionárias) como destaque na conjuntura de reinvenção das classes trabalhadoras que foi fundada em 1994 num encontro de seis empresas de autogestão e que vem dando certo na sociedade brasileira. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também é citada como expressão máxima do novo jeito de sindicalismo e cooperativismo envolvendo o conjunto dos trabalhadores autônomos e combativos e a Unitrabalho que, na verdade, foi o organismo universitário e científico que primeiro encampou a ideia da economia solidária instigada pela Central Única dos Trabalhadores.

A autogestão é uma característica intrínseca às cooperativas/empreendimentos de economia solidária. Ou seja, é o próprio corpo de cooperados que assume a direção do empreendimento. Cada trabalhador tem voz e voto. Para Vieira (2010, p. 155),

A gestão lida com ação e aplicação e testa os seus resultados, o que a torna uma tecnologia. No entanto, também lida com pessoas, com seus valores, crescimento e desenvolvimento, o que a torna uma função humana. É aquilo que a tradição costumava chamar de arte liberal – arte, porque está ligada à prática e a aplicação, liberal porque trabalha com os fundamentos do

conhecimento, autoconhecimento, sabedoria e liderança. A autogestão é um modelo de organização em forma de empreendimento coletivo onde os colaboradores interagem nas atividades produtivas, serviços e administração com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas.

O empreendimento por sua vez toma forma de desenvolvimento endógeno, local e de inclusão dos excluídos da sociedade capitalista. Para Culti (2010, p.257), além do desenvolvimento endógeno e sustentável, na economia solidária agrega-se o desenvolvimento solidário, pois são iniciativas nas quais a autogestão, a confiança mútua, a cooperação, a democracia, autossustentação, o desenvolvimento humano, a responsabilidade social e o controle social são princípios fundamentais. A economia solidária agrega ainda a inclusão social.

Pode-se dizer que no empreendimento econômico solidário há um crescimento inicialmente endógeno para que haja um desenvolvimento exógeno. Para Singer (2003) a economia solidária envolve todas as dimensões humanas: a dimensão social, a econômica a política, a ecológica e a cultural.

A economia solidária como modalidade de trabalho passa ao largo das relações de assalariamento, próprias do sistema capitalista. Para Singer (2002, p. 10) “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual [...]. Ainda assim, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda”. Por isso, deve haver a implementação de políticas públicas para potencializar a economia solidária. Culti (2010, p. 251) apresenta as características dos empreendimentos econômicos e solidários, da seguinte forma:

A ideia de solidariedade entra em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista [...]. Atualmente utiliza-se esse conceito, amplamente, no Brasil e em diversos países. Seus empreendimentos apresentam as seguintes características: são organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático, em que cada associado representa um voto. A cooperativa é a forma clássica de organização de um empreendimento da Economia solidária.

O desenvolvimento da sociedade não se restringe a um único modo de produção e que a solidariedade e a coletividade estão no interior da humanidade, motivando de alguma maneira o trabalho coletivo.

Para Oliveira (2010, p. 269), “um significado importante que pode ser atribuído à economia solidária é sua condição de contraponto às relações sociais capitalistas [...]. Ela reúne condições para estimular práticas com conteúdos que podem contribuir para eliminar formas de alienação que são inerentes à ordem socioeconômica vigente”. Isto significa que as condições práticas da economia solidária é também uma forma politizadora e, por isso, se tornou um movimento social no Brasil como veremos mais adiante.

No final de 2002 ocorreu a 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária na qual foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e em junho de 2003, teve início os primeiros sinais de políticas públicas de economia solidária, visto que nesse ano foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que tem como secretário o professor Paul Singer. Em 2004, aconteceu o primeiro encontro Nacional de Economia Solidária, e em 2006 ocorreu a I Conferência Nacional de Economia Solidária em Brasília, na qual foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária. Em 2010 aconteceu a II Conferência Nacional de Economia Solidária, para a qual também houve uma preparação através das conferências municipais, estaduais e regionais onde a economia solidária estava se desenvolvendo.

Importante registrar os conteúdos das cinco Plenárias Nacionais de Economia Solidária realizadas no Brasil. A primeira, que ocorreu em 2002 na cidade de São Paulo/SP, iniciou a elaboração de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a partir do trabalho de organização dos empreendimentos de Economia Solidária, a saber: o GT brasileiro, a Caritas Brasileira, a Unissol, a articulação do semiárido (ASA), a Rede Brasileira de Economia Solidária, a Unitrabalho, o Fórum dos Gestores Públicos de Economia Solidária, diversos fóruns populares, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as prefeituras de São Paulo e de Belém do Pará, além do Governo do Rio Grande do Sul e da Usina de Catene que é um dos maiores exemplos da economia solidária no Brasil.

Esta primeira plenária foi rica em diagnósticos e proposições para o avanço da economia solidária no país. Foram organizados cinco grupos temáticos (Crédito, marco legal, redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento e da tecnologia e organização social da economia solidária). Em 2003, foi elaborada uma Carta solicitando apoio e compromisso ao então presidente Luiz Inacio Lula da Silva, destacando a necessidade de visualização e publicização do conhecimento em torno da Tecnologia apropriada às comunidades. Vejamos:

Promover o desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas à economia solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, agregando-lhes maior valor e a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos (FBES, 2003, p. 30).

A carta ao Presidente Lula solicitava apoio e reivindicava ser a economia solidária uma política pública, tendo como exemplo as políticas na França. As reivindicações de políticas públicas consistia na possibilidade de as tecnologias sociais agregarem valor ao produto bem como solicitar que o Estado faça a compra dos produtos de economia solidária para contribuir tanto com a logística quanto com a distribuição. Vejamos parte do conteúdo da referida carta:

Desenvolvimento de políticas para garantia de demanda para a economia solidária, seja por meio do poder de compra do Estado, de sistemas de intermediação de negócios ou pela integração no mercado. Em particular neste último, é necessário considerar cadeias produtivas, integrando os fluxos de consumo, comércio e produção aos programas de financiamento, de logísticas de distribuição e de comercialização (Carta ao Presidente Lula, 2003).

Note-se que naquele momento histórico já se definia que os trabalhadores almejavam a Economia Solidária como uma política pública no país. Esse foi um marco a ser perseguido durante toda essa trajetória. Nos anos 1980, já haviam certas iniciativas de economia solidária no âmbito da cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária, organizados pelo Movimento dos Sem Terra. Esse processo ganhou impulso durante a década de 1990 com as seguintes iniciativas: a criação da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão), articulando especialmente empresas recuperadas por trabalhadores; o incentivo à socioeconomia solidária do Projeto Alternativas do Cone Sul (PACs) que resultou na criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBES); iniciativas promovidas pela Ação da Cidadania contra a Fome a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo José Herbert de Souza, o Betinho, que ganhou apoio de organizações não governamentais e entidades públicas. Surgiram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), organizadas em Redes como a Rede Unitrabalho nas Universidades e a iniciativas governamentais em algumas cidades como Porto Alegre, Belém, Santo André, Recife e São Paulo (CNBB, 2010).

A segunda Plenária Nacional aconteceu no período do Fórum Social Mundial em 2003, momento em que se reforçou a luta por políticas públicas de economia solidária

havendo, pois, a consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o qual se tornou um importante instrumento de Movimento da Economia Solidária no Brasil. A partir de então, o fórum estabeleceu diálogo com o governo para a criação de políticas públicas e articulação com outros movimentos sociais afins, com os fóruns estaduais que estão hoje em 26 Estados com articulação em nível internacional por meio da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Solidária no Espaço do Mercosul. Neste ano também foi criada a Rede de Gestores de Economia Solidária.

A terceira Plenária Nacional de Economia Solidária foi realizada em Brasília em junho de 2003 com a participação de 900 pessoas. Nesta plenária foi consolidado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária em torno da Carta de Princípio e da Plataforma de lutas aprovadas. Foram definidas a composição e o funcionamento do Fórum Nacional, dos Fóruns Estaduais e dos Fóruns Regionais. Foi definida a composição e o funcionamento do Fórum Nacional, dos Fóruns Estaduais e dos Fóruns Regionais. Também foram estabelecidos compromissos de interlocução do FBES com a SENAES. Compromissos avessos às práticas tradicionais de dominação e a favor da promoção da autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. Sobre essa organização em nível nacional, Oliveira (2010, p. 280), revela que,

O fórum surgiu da demanda para a realização do mapeamento da economia solidária em todo o Brasil [...]. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) assumiram a coordenação nacional do mapeamento. As informações obtidas estão organizadas no Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies), uma base de dados a constituir em um instrumento fundamental para tornar a economia solidária conhecida, bem como estimular a elaboração e execução de políticas públicas para o seu desenvolvimento.

A quarta Plenária Nacional de Economia Solidária aconteceu em Luziânia, Goiás, no ano de 2008 no centro de Treinamento Educacional da Confederação dos Trabalhadores da Indústria. Esse evento contou com a participação de 288 participantes, representando os empreendimentos de todo o país. Esta plenária teve os seguintes eixos temáticos: produção, comercialização e consumo solidários; formação, finanças solidárias e marco legal. No Relatório Final (2008, p. 36) estão definidas suas bandeiras prioritárias de luta, a saber:

Por uma Lei Geral da Economia Solidária; pela alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo (geral e específicas) de acordo com os princípios e valores da Economia Solidária ; pela aprovação e implementação de leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à Economia Solidária; por uma tributação diferenciadas para empreendimentos de Economia Solidária; Pela regulamentação e ampliação do mercado institucional para produtos e serviços da Economia Solidária.

E a quinta e última Plenária Nacional aconteceu em dezembro de 2012 também em Luziânia, Goiás, para debater as ações de economia solidária para os próximos 3 anos. Muitos movimentos sociais estiveram presentes além de catadores, feministas da Marcha Mundial e pescadores. Atualmente, uma das maiores lutas é a campanha de assinatura pela Lei que regulariza a Economia Solidária como política pública.

No Amazonas, o desenvolvimento do novo jeito das cooperativas se dá como uma ferramenta que possibilita aos trabalhadores a mobilização de capitais, mão de obra e tecnologia necessária, para se obter preços e qualidade do produto. Tais cooperativas se dão da mesma forma como as primeiras cooperativas de Rochedale, por uma necessidade de superar a crise econômica que afetou largamente os trabalhadores e trabalhadoras do Parque Industrial de Manaus.

Várias experiências tem sido registradas no Estado, seja por grupos informais, seja por cooperativas legalizadas e acompanhadas pelo SEBRAE ou pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), ou ainda pela UNITRABALHO. Conforme Deusdeth Sales (41 anos) representante do Fórum Municipal de Economia Solidária de Manaus,

A Economia Solidária enquanto movimento social no Amazonas está organizada em Fórum Estadual abrangendo 5 territórios demarcados pelos municípios chaves: Manaus (sede Manaus), Baixo Amazonas (sede Parintins), Alto Rio Negro (sede São Gabriel da Cachoeira e Alto Solimões (sede Tabatinga) e o Madeira (sede Manicoré). As divisões são feitas de acordo com os Territórios do Ministério de Desenvolvimento Agrário que faz a divisão pelas calhas<sup>3</sup> dos rios (Entrevista/2013).

Os territórios aqui mencionados seguem a divisão dos Territórios da Cidadania adotados pelo Governo Federal, um programa iniciado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O MDA dividiu os territórios com algumas características comuns, eram somente rurais e abrangia alguns municípios por proximidade geográfica, tendo

---

<sup>3</sup> Calhas do rio significa a via de escoamento das águas facilitando os períodos de cheia ou vazante. É por onde também se tem acesso a muitas localidades, comunidades e municípios.

o mesmo perfil econômico, ambiental, social e cultural. Tais territórios possuem organização política feita através de grupo colegiado. Para Santos (2006, p.62), “a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada localidade e pelos acréscimos que os homens impuseram a esses sistemas naturais, econômicos e sociais”. O território aparece como um instrumento de gestão, de participação e estratégia de desenvolvimento local ou regional, como também sustenta Ignacy Sachs (2008).

Conforme Tatiane Valente (30 anos) representante do Forum Amazonense de Economia Solidária

Precisamos estar atentos às mudanças e ao acesso às políticas públicas. Precisamos ter um cadastro como o DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) criado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário como um selo de Economia Solidária. A coordenação colegiada é formada por 22 representantes na coordenação entre: representantes na nacional na secretaria executiva, empreendimentos, redes de comercialização e educação (Rede de Educação Cidadã, Rede Unisol, Rede Tapiri do Comércio Justo) e os Gestores Públicos. Hoje também alguns movimentos sociais afins já estão se agregando: o Movimento de Gays, Lésbicas e Transexuais (LGBTT), Movimento das Mulheres, Movimento de Catadores e Movimento de Reforma Urbana. Precisamos pressionar as políticas no trato com a economia solidária (plenária estadual de economia solidária/2013).

Percebemos que a economia solidária tomou impulso no Amazonas, cresceu e ainda está crescendo enquanto organização social. Contudo, a falta de política pública e de incentivo fiscais ainda é patente. Como diz Nascimento (2013, p. 185), “a nossa suposição consiste em afirmar que o cooperativismo não vai gerar postos de trabalho se as políticas públicas não forem repensadas em termos de acesso do trabalho cooperativado ao mercado”.

O assessor Amadeu Guedes (54 anos) da Pastoral Operária no Amazonas expõe sua experiência concomitante ao nascimento da economia solidária, enquanto movimento social, e de grupos de cooperativismos e grupos informais no Estado, da seguinte forma:

Nós da Pastoral Operária, acompanhamos a economia solidária no Amazonas desde a década de 1990. A concepção de outra economia já vinha sendo discutida há muito tempo na Europa e no Brasil. O conceito de solidariedade não é novo, mas torna-se nova a organização enquanto cooperativa e grupos de geração de renda. A economia solidária se desenvolve com mais firmeza em nosso Estado a partir da década de 1990 em função da situação econômica que vivia a classe trabalhadora em todo o país. No início dos anos de 1990 houve uma crise de emprego junto a

precarização do trabalho em todo o Brasil. Os estudos que vinham sendo feitos especialmente por Paul Singer que é uma referência do tema em nosso país passaram a ser conhecidos. Os trabalhadores perderam emprego e a situação econômica do país era de alta inflação com vários planos econômicos, começando com o plano cruzado I de 1986 e em seguida o plano cruzado II. Já em 1991 quem estava assumindo o Ministério da Fazenda que, aliás, assumia toda a pasta econômica do Brasil era o Ciro Gomes que foi Ministro do Presidente Collor, por um período. Nesse período houve uma decisão de Governo Federal para abrir as portas do país para começar importar vários itens antes barrados por imposto tarifário muito alto. Foram liberados vários produtos. Posso citar dois dentre os quais eram montados na Zona Franca de Manaus. Era o polo de relógios e polo de óculos unindo a outros fortes segmentos que na época chamava-se distrito. Era o polo duas rodas e o forte polo eletroeletrônico. Nesse período, houve uma queda significativa da quantidade de trabalhadores no distrito industrial. É importante fazer um parêntese para dizer que a economia do Amazonas nas últimas 4 décadas está atrelada 95% à arrecadação enquanto riqueza produzida no Polo Industrial de Manaus - PIM. Naquele momento era Distrito Industrial de Manaus. Essa dependência gerou um problema para o Estado – hoje continua e ficou gravíssimo porque, nós tínhamos quase 100 (cem) mil trabalhadoras e trabalhadores, mas houve uma queda de quase 160% na mão de obra. E foi então que surgiu a economia solidária como alternativa para as trabalhadoras e trabalhadores desempregados. No Sul do país criaram vários grupos de desempregados. Aqui, a Pastoral Operária decidiu fazer uma pesquisa na Compensa iniciando ali os grupos alternativos de renda. A Pastoral Operária nasceu no Amazonas em 1979 durante o segundo Congresso de Leigos que foi realizado no Colégio D. Bosco, um desdobramento criado pelos jovens que participavam da Pastoral da Juventude incentivado pelo Pe. Renato Barth, Jesuíta (entrevista/2013).

A economia solidária ao se tornar alternativa aos trabalhadores desempregados, torna-se antagônica ao sistema econômico vigente. Conforme Nascimento (2013, p. 76), restou aos “trabalhadores tomar iniciativas próprias para garantir a sobrevivência, não esperando por iniciativas miraculosas de elevação de emprego por parte do Estado”. A economia solidária é uma iniciativa autônoma dos trabalhadores desempregados no mundo inteiro.

Na história da América Latina a Igreja marcou sua presença de apoio junto aos trabalhadoras e trabalhadores pela denúncia e luta contra as injustiças e pelo anúncio e ações na construção de uma sociedade mais fraterna. “Ela fez profetas e heróis na Teologia da Libertação como Oscar Romero, Chico Mendes e Pedro Casaldáliga. As trabalhadoras e trabalhadores tiveram a presença da Igreja (católica) também em sua organização sindical, o

movimento que se expressa na greve de 1985 em Manaus não foi diferente, pois tem como germe de organização setores ligados à igreja católica, isto é, a Pastoral Operária” (REIS FILHO, 2008, p. 13). A Igreja particularmente na América Latina se fez presente na luta dos trabalhadores e das minorias sociais através da Pastoral Operária, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) das organizações de educação popular, das organizações sindicais e comunitárias, das organizações de partidos políticos envolvendo operários, e muitas organizações de esquerda.

## 1.2- A feminização da economia solidária na sociedade brasileira

As mulheres, no Brasil, atingiram um maior número populacional do que os homens, maior presença também em algumas atividades econômicas e em uma posição de chefia, com destaque na responsabilidade com a provisão do sustento de suas famílias e liderança em grupos de trabalho. Suas lutas e conquistas buscam dar um rosto feminino para esta nova forma de trabalho baseada na economia solidária.

Segundo o IBGE (2010) as mulheres são hoje no Brasil a população maior do que os homens. Elas ultrapassam 4 milhões a mais sendo 97.348.809 milhões, enquanto eles, 93.406.990 milhões. Alguns fatores contribuem para isso, pois, apesar de haver maior nascimento de crianças do sexo masculino, no decorrer da vida eles morrem mais cedo do que elas. De acordo com os dados do DATASUS (Ministério da Saúde - 2011) 91,4% (47.749) dos 52.260 assassinatos ocorridos no Brasil em 2010 eram homens e 53,5% (27.977) eram jovens entre 15 e 29 anos. Este é um fator importante para compreendermos esta desproporção entre homens e mulheres no Brasil.

Outro fator é a maior longevidade das mulheres em relação aos homens. O IBGE (2010) mostra que apesar das variações entre os Estados, as mulheres vivem em média 7,6 anos a mais que os homens. Em alguns estados como o Rio de Janeiro chega à 8,7 anos.

A Amazônia se tornou um caminho de acesso para a mobilidade humana. Além de ocorrência de deslocamentos migratórios pretéritos para o nosso Estado. E isso é um fator também a ser considerado quanto ao aumento da maior presença de mulheres e crianças em território brasileiro. De acordo com Oliveira (2011, p. 150),

Nos estudos migratórios, em se tratando da temática sobre os refugiados, muito se tem falado sobre a mobilidade de grupos vulneráveis onde também se destacam as mulheres e as crianças. As cifras internacionais indicam um crescente aumento destas duas categorias no conjunto das populações refugiadas e ‘desplezadas’ ao redor do mundo, especialmente em se tratando de Amazônia.

As mulheres também estão entre as que mais chefiam seus domicílios. Os indicadores sociais do IBGE (2010) mostram que elas estão 5 pontos percentuais à frente da ocupação masculina e em idades entre 40 e 49 anos. Outra informação importante é que com o aumento

da expectativa de vida das mulheres elas assumem a família após a morte dos companheiros. Nesse item foi constatado o caso de mulheres que assumem suas famílias mesmo tendo 60 anos ou mais de idade. Outro dado são mulheres em situação de casamentos desfeitos, em que elas assumem sozinhas o domicílio, além da educação e acompanhamento dos filhos dependentes. Outra informação igualmente importante é a constante migração interna de homens entre as regiões do Brasil em busca de emprego, o que gera muitas separações entre os casais. A taxa de fecundidade é outro fator importante, pois, a média de filhos diminuiu, a queda da taxa de fecundidade é uma tendência no Brasil e no mundo: 2,0 filhos até o final de seu período fértil. Outro fator são os novos valores entre as mulheres difundidos nos dias atuais, tais como a autonomia, a independência, a busca da realização profissional e a orientação homoafetiva.

Outra informação do IBGE (2012) diz respeito ao aumento do poder econômico na contribuição do sustento familiar. As mulheres também estão cada vez mais economicamente ativas e estudam mais que os homens. No norte do país, elas são 22,04% economicamente ativas, das quais 64,9% estão nos trabalhos informais. Por vezes, elas atuam em trabalhos coletivos e solidários sem patrão ou patroas. A mesma fonte nos diz que 28,19% das mulheres no sudeste brasileiro estão nos trabalhos informais e 35,1% nos trabalhos formais, no sul, 45,1% delas estão nos trabalhos informais e 54,9% estão nos trabalhos formais; Esta situação mostra a grande desigualdade regional presente nas atividades econômicas femininas, como também demonstra a falta de políticas públicas para a geração de renda feminina. Para Araújo e Ribeiro (1999, p.11),

Em média, um homem trabalhando em atividades nas áreas urbanas do Brasil ganhava 41% a mais que as mulheres em 1995, ainda que estivessem nas mesmas ocupações. Essa diferença salarial não é homogênea na região, como também não é homogêneo o salário delas. Na região Nordeste a hora de trabalho da mulher valia R\$1,88, enquanto na região Sudeste era de R\$ 2,92.

Essa desigualdade ainda continua, pois de acordo com dados do IBGE (2010), as mulheres, especificamente as chefes de família no Brasil tinham renda *per capita* de até ½ salário mínimo em 2009, sendo que na região Nordeste, a proporção chega a 62,5%. Os autores destacam que a desigualdade se dá pelo nível de desenvolvimento econômico, ou

melhor, de industrialização das regiões. Portanto, existe diferença econômica por gênero e por regiões no país.

Em relação à atividade econômica informal constata-se o aumento da participação das mulheres nas cooperativas e associações seja ela na linha da economia solidária ou não. Segundo a Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB/2012), 52% das pessoas cooperadas são mulheres. E na região Norte elas são 59% contra 49% dos homens. As cooperativas, na sua maioria são formadas por trabalhadores excluídos do sistema econômico vigente. Singer (2000, p. 26) assinala que,

Grande número de trabalhadores com mais de quarenta anos ou mais jovens, mas de baixa escolaridade, pode se considerar definitivamente excluído do mercado de trabalho. Por isso, procura ganhar a vida vendendo bens ou serviços produzidos por eles mesmos ou por pessoas de suas famílias. Em função do seu grande número, os ganhos obtidos assim tendem a ser irrisórios. A ideia de se juntar e organizar uma atividade econômica coletiva, à base de participação igualitária nas decisões e no capital não era conhecida e usual à grande maioria dos sem trabalho.

Os sujeitos da economia solidária são sempre trabalhadoras e trabalhadores excluídos do mercado capitalista. Conforme Jacobi (1997, p.389),

O cenário atual, marcado pela crescente exclusão social provocada por um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, introduz um fator complicador, uma vez que um número cada vez maior de pessoas não tem outra opção senão trabalhar em empregos socialmente excluídos. As cooperativas têm poucos incentivos para sua expansão.

A exclusão social remete para formas alternativas de geração de renda sendo a organização coletiva e solidária nosso foco nesta pesquisa. Jacobi (1997) assinala a falta de incentivo de políticas para o crescimento destas e que, por isso, crescem os grupos associados, as cooperativas, os grupos familiares e outros arranjos no âmbito da informalidade.

As mulheres estão cada vez mais se destacando no mercado de trabalho convencional e na Rede de Comercialização Solidária, contribuindo em todas as formas com o desenvolvimento em todas as regiões brasileiras. Em entrevista com a catadora Marcela Marques (26 anos) da Ecocooperativa ficamos sabendo que,

Quando a Irineide assumiu a administração aqui da cooperativa melhorou e muito porque a gente sente que temos juntos a autoridade de decidir. Não é mais eu e sim, nós. Financeiramente, melhorou também. Agora também sempre temos um recurso por semana, geralmente temos 100, 50 ou 150 reais que antes era difícil, muitos cooperados só recebiam por mês ou por semana (entrevista/2013).

Segundo o IBGE, as mulheres tiveram um crescimento de 24% em uma década em ocupação no mercado de trabalho. Em 2000, 35,4% das mulheres tinham uma ocupação, número que aumentou para 43,9% no ano de 2010. Essa ocupação é acompanhada pelo crescimento das mulheres nos cargos de chefia no trabalho e no seu próprio lar. Para Silvan (2011), as mulheres estão ocupando cargos de presidenta ou equivalente, vice-presidenta, diretora, supervisora, e outros cargos hierárquicos de comando.

Diferentemente dos homens que se inserem no trabalho informal pela única necessidade de prover o sustento de si próprio e de sua família, as mulheres buscam o trabalho informal pela facilidade de conciliação com os trabalhos domésticos e com o cuidado dos filhos. Elas vão para o trabalho informal também porque não conseguem vaga na formalidade. A idade acima dos padrões impostos, falta de habilidade com a informática, a falta de condições físicas e a baixa escolaridade contribuem para a sua exclusão do mercado formal.

O mundo tem o exemplo de Muhammad Yunus, o idealizador do Banco dos Pobres em Bangladesh na Índia, o qual colocou em curso o projeto *Grameen Bank* em 1976, concedendo empréstimo às mulheres para montarem seus próprios negócios ou empreendimentos. Esse empréstimo foi um grande voto de confiança às mulheres e o idealizador teve o recebimento de 98% deles. O Brasil também já iniciou a experiência do microcrédito dentro da Economia Solidária.

No Brasil, são várias as experiências de microcrédito, tanto através dos Bancos Populares e Solidários como por alguns programas federais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e o Pronaf Mulher desenvolvido através do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). As solicitações podem ser feitas a pequenas quantias de empréstimos (de R\$ 100,00 a R\$ 3.000,00) a baixos juros anuais. Melo (2012, p. 249) diz que “o acesso ao crédito pode significar para a mulher agricultora, o reconhecimento social da sua capacidade de gerar renda e de contribuir para o bem-estar da família, repercute na sua autoestima e contribui para o empoderamento da mulher nas diferentes perspectivas

social, econômica e política”. O crédito às mulheres sem dúvida é uma forma de confiabilidade e visibilidade conferida a elas.

Na economia solidária, homens e mulheres são sujeitos de cidadania. A partir da metade do século XX as mulheres começaram a se destacar nos vários ramos de atividades, assumindo não somente pequenos cargos na linha de produção como também os cargos de lideranças e chefias, antes predominantemente ocupados por ternos e gravatas (TORRES, 2005).

O PNAD/IBGE (2008) revela que no Brasil, as mulheres apesar de serem em número menor que os homens em participação em associação, cooperativismo e sindicalismo, elas dobraram sua participação nessa modalidade de trabalho no período de 1992 a 2006. Atualmente as mulheres são mais autônomas e ousadas em assumir responsabilidades à frente de um empreendimento e da gestão de uma organização. As mulheres do século XXI estão no comando de várias instituições, empreendimentos, escolas, universidades, empresas, prefeituras, movimentos sociais, cooperativas, dentre outros.

Silvan (2011, p. 32) assinala que “com essa ascensão, é possível que as mulheres consolidem o processo de valorização dos papéis sociais femininos, já iniciado qual assume uma perspectiva de afirmação da cidadania num contexto mais amplo, o de reconstrução e ressignificação identitária coletiva”, ainda que no geral, as condições de inclusão social e as garantias constitucionais “ainda se encontre pela metade do processo” (IBIDEM, p. 32).

As mulheres também passaram a liderar muitos empreendimentos familiares e grupos mistos. São experiências político-organizativas<sup>4</sup>, no campo ou na cidade em que começam sempre com pequenos grupos, às vezes de cunho religioso, mas que sempre iniciam revendo seus valores femininos invisibilizados pela sociedade patriarcal. A presença feminina nas cooperativas e, mesmo em outras formas de trabalho, remete para a necessidade de equilíbrio no relacionamento entre os gêneros feminino e masculino especialmente quanto à igualdade de participação, renda e decisão política interna. Significa dizer que “é a existência desse sistema de dominação que define que, mesmo nas sociedades ditas mais avançadas, onde as mulheres conquistaram a igualdade formal/legal, elas continuam sendo vítimas das mais

---

<sup>4</sup>Muitas dessas atividades econômicas recebem apoio de Bancos e Instituições como o SEBRAE, nas mais variadas áreas: gêneros alimentícios (fornecimento de alimentação), confecções, artesanatos e catação de materiais recicláveis. Recebem também apoio da Fundação Banco do Brasil.

diversas formas de opressão e violência” (COSTA, 2004, p. 32). A dominação seja de classe ou de gênero faz parte do sistema capitalista.

O cooperativismo desde a sua formação na metade do século XIX procurou modificar a sociedade capitalista, propondo um novo modo de produção. A cooperativa constituía-se num dos passos para se atingir os objetivos ainda maiores de alcançar uma sociedade que democratizasse a economia. As primeiras cooperativas já possuíam gestão democrática, faziam a distribuição dos lucros entre os acionistas com ações e investimentos limitados entre os cooperados. Desta maneira, a cooperativa se tornou uma concretização e busca ideológica por uma sociedade igualitária.

A experiência das mulheres ultrapassa os grupos informais, elas estão nas associações e cooperativas. Bhowmik (2002) que analisa experiências de cooperativas com presença feminina, especialmente em países pobres como a Índia, revela que nas atividades da *Self employed Womens's Association* (SEWA), as trabalhadoras organizadas recebiam formação de seu sindicato tanto para aumentar sua qualificação pessoal quanto para estarem juntas no processo coletivo de luta por melhores salários, saúde e educação.

No Brasil, são muitas as experiências de cooperativas compostas ou só por mulheres ou pela maioria delas, uma destas é a Cooperativa *As charmosas* que reúne 30 mulheres de morros e comunidades de periferias do Rio de Janeiro produzem vestuários femininos e outros produtos. No Amazonas, uma cooperativa muito conhecida é o GAGER MULHER que é apoiada pela Pastoral Operária. Atua no ramo de confecções especialmente de linha feminina em Manaus. Amadeu Guedes, assessor da Pastoral Operária no Amazonas fez um relato nos seguintes termos:

Em 1991, a Pastoral Operária fez uma pesquisa no bairro Compensa II e descobriu que 40% da população do bairro estava desempregada. Tentamos então organizar uma cooperativa de consumo (comprar o produto e vender), mas, com o passar dos meses, esse grupo maior foi se desfazendo e ficou só um grupo pequeno de mulheres. Este grupo começou produzir roupas, especialmente com renda. O grupo se fortaleceu na paróquia Mãe de Misericórdia, comunidade São João Batista no mesmo bairro. Os homens que participavam foram atrás de outras oportunidades, eles queriam emprego com carteira assinada, mas as mulheres que ficaram iniciaram o trabalho na perspectiva da economia solidária. Um parêntese é que a prática solidária já existia há muito tempo na Amazônia entre os indígenas e ribeirinhos. Aqui na nossa região já temos essa prática de solidariedade em tradição. Tradicionalmente, quando alguém pesca bastante, partilha os peixes com as vizinhas e com os vizinhos. Quando caça um animal de grande porte, normalmente é dividido em partes e doado aos parentes, amigos, vizinhos.

Essa é uma prática solidária que os povos tradicionais já faziam. Então, muitas mulheres vieram do interior, outras até de outros estados (algumas de Santarém no Pará que hoje estão lá no GAGER na Compensa II) elas começaram a ter essa perspectiva. A PO deu um suporte para essa nova perspectiva de economia para enfrentar a implementação do neoliberalismo no Estado brasileiro e Estado do Amazonas. Então, essa concepção de economia solidária ganhou corpo inicialmente na compensa. E um dos primeiros grupos formalizados foi o Gager Mulher (Grupo de Geração de Renda – Mulher) que trabalhava com fabricação de velas e outro que trabalhava com confecções de roupas moda praia (Entrevista/2013).

Percebe-se nesta fala de nosso entrevistado uma menção à solidariedade inicialmente enquanto prática cultural. Para Ribeiro (2013) isto se deve à solidariedade social que para Durkheim se dá pela consciência coletiva, chamada solidariedade mecânica, responsável pela coesão entre as pessoas que nas sociedades mais simples como as sociedades indígenas se dá pelo sentimento da pertença coletiva segundo sua organização social, onde todos estão em harmonia. Diferente das sociedades complexas, industrializadas onde a solidariedade orgânica enfraquece as reações coletivas dentro de um processo de individualização dos membros dessa sociedade, os quais assumem funções específicas na divisão social do trabalho.

Nosso entrevistado fala ainda que as mulheres foram e ainda o são pela sua presença e criatividade, força motriz das organizações. Para Gohn (2010) os movimentos de mulheres estão cada vez mais se organizando coletivamente em lutas sociais e de classe para se libertar de novas prisões de cada década ou século. Segundo a autora, os movimentos sociais são diferentes das ações solidárias, são “categorias sociais parte das tensões no mundo ocidental, mas também são fontes de dinamismo, além de ser, como no caso das mulheres, as ‘atrizes principais’ do novo e possível modo de recomposição do mundo” GOHN (2010, p. 135). Elas são como forças motrizes de muitas mudanças, incluindo o cooperativismo.

Na experiência com catadores de recicláveis existe a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Ecooperativa que tem 70% da força de trabalho feminina e a Coopcamare com 60% de mulheres. Uma presença capaz de harmonizar as diferenças, atenuar as tensões e realçar os interesses comuns. A presidenta de uma das cooperativas revela: “não sei exatamente todas, mas, de um grupo aqui de 15 catadores, 11 são mulheres. E isso é da mesma forma em todas as bases. A maioria sempre é mulher” (Irineide Silva, 37 anos, entrevista/2013). A presidenta da outra cooperativa Coopcamare disse que também ali, “a maioria é mulher e quase todas são as responsáveis por suas famílias” (Alzenira Araújo, 40 anos, entrevista/2013).

O SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária – criado em 2003, junto à SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidaria – publicou em 2007 uma única pesquisa que dava conta da existência de um maior número de homens do que de mulheres. Sua pesquisa mostra que no Brasil existia na época 1.057.114 contra 630.382 mulheres nas cooperativas. Vejamos o relato da representante do GT de gênero no Fórum Amazonense de Economia Solidária, a saber:

Muitas coisas neste país são baseadas pelo Sul, e no Sul a realidade da economia solidária é mais de cooperativas e nessas cooperativas, a maioria realmente tem homens, mas, esta não é a mesma realidade do Nordeste, nem do Centro Sul, nem do Norte, onde a maioria absoluta são mulheres. Você vê aqui nessa feirinha, quantas mulheres têm, quantos homens têm? Então, têm que fazer outra pesquisa urgente, vendo a realidade de cada região, de cada Estado, as pesquisas não podem se basear apenas pelo Sul. No sul do país não tem pequenos grupos de economia solidária, tem grandes cooperativas, e infelizmente, nas coordenações são mais os homens como também acontece em alguns grupos que quando tem apenas um homem, ele assume a coordenação. O que falta é que a mulher não deixe que o homem fale por ela. Ela coordena, ela faz o trabalho e depois é o homem que aparece. E essa não é a nossa realidade. A maioria absoluta pelo menos aqui no Amazonas, a maioria são mulheres: na economia solidária, na agricultura familiar, e com as catadoras e catadores (Luzanira, 54 anos, entrevista/2013).

A região Norte e toda a Amazônia sempre estiveram fora dos dados e pesquisas regionais em relação às demais regiões do país como pontua Nascimento (2013, p. 79) ao dizer que,

A Amazônia sempre teve uma relação diferenciada com a nação brasileira, até porque ela não aderiu à independência do Brasil. A região foi incorporada ao Estado brasileiro pós-derrota do movimento cabanagem (1835-1840), momento em que ela deixou o regime indígena para se ocidentalizar. A região é órfã de Estado nacional, até o momento o Estado-Nação só interveio neste território para impor a militarização.

De acordo com Amadeu Guedes assessor da Pastoral Operária,

Esses dados estatísticos que o SIES tem para o Sul e Sudeste prevalece ainda o número maior de homens devido o tipo de empreendimento que eles têm: outro tipo de experiências nos empreendimentos: ex. empresas falidas que se tornaram uma cooperativa. E a maioria é homem mesmo. Mas, os grupos de costureiras, de doceiras, de artesãs, a maioria é constituída por mulheres e que estão no Norte e Nordeste, onde não tem a cultura direta do cooperativismo formalizado como o Sul e Sudeste. As pessoas do Sul são descendentes de europeus que vieram emigrados da Europa e da Inglaterra (origem da economia solidaria). Chegaram aqui na época do café com leite

nos anos 20 e 30. Essas cooperativas podem ter 500 homens. E isso já abrange vários grupos pequenos juntos de vários produtos no Norte. Essa é a explicação. Eu não sei se o número de mulheres já superou o de homens, mas, uma nova pesquisa vai modificar estatisticamente o número delas. Especialmente no Nordeste e Norte. Na Pastoral Operária foram contabilizados mais de cem grupos de economia solidária. E no histórico são mulheres que fazem pão, recuperaram a receita das avós, e são atividades de economia solidária (entrevista/ 2013).

Na visão dos dois entrevistados a razão do número de homens superar o número de mulheres se dá pelo mesmo motivo: a pesquisa do sistema nacional de economia solidária foi baseada somente na realidade do Sul, uma realidade aliás, bem diferente das demais regiões do país. E que, por isso, urge a necessidade de novas pesquisas que atendem para a diversidade das regiões.

Luvizotto (2009) diz que a distância que medeia entre os respectivos patrimônios culturais e, sobretudo, entre seus sistemas de produção agrícola, a lavoura de modelos arcaicos, o pastoreio gaúcho e a pequena propriedade explorada intensamente pelos colonos gringos, na maioria homens, funcionam como fixadora de suas diferenças. Mesmo em face dos efeitos homogeneizadores da modernização decorrentes da industrialização e da urbanização é preciso reconhecer o fato de que o povo sul-rio-grandense tem sua origem histórico-cultural diferente em tudo dos demais brasileiros, especialmente no ramo da produção que é mais agrário do que urbano.

Sobre os referidos dados do SIES, Singer (2009, s/p) respondeu à equipe do Consulado da Mulher (Fundação da Rede Consul para Fomento de Geração de Renda), nos seguintes termos:

Nós temos um mapeamento da economia solidária no Brasil, realizado em 2007. Verificamos uma presença majoritária de homens. É uma surpresa, porque toda experiência mostra que a presença feminina é geralmente muito maior. Mais na cidade. Agora no campo é o oposto. A agricultura e o extrativismo são atividades feitas por uma maioria de homens. E a economia solidária tem uma presença naturalmente forte no campo, já que 44% dos 22.000 empreendimentos mapeados só na área rural. Mas, há um erro aí: no campo, a mulher é 'escondida'. Na hora de prestar as informações, aparece o homem como chefe de família, falando pela família inteira. Então, provavelmente, o número de mulheres que trabalham e produzem é muito maior.

Esse levantamento foi justamente o que incentivou as mulheres a se organizarem para mostrar o seu rosto e exigir do sistema de informação ou melhor, do próprio Movimento de Economia Solidária, o registro de sua maior presença. E em 2008, por ocasião da IV Plenária de Economia Solidária elas divulgaram sua carta. A Carta das Mulheres da Economia Solidária presentes na IV Plenária do FBES. Vejamos parte do seu conteúdo:

Nós, mulheres que somos a grande maioria na economia solidária, que participamos do movimento de mulheres, do movimento feminista, do movimento agroecológico, da luta pela terra, pela reforma urbana e rural, trabalhadoras da economia solidária do campo e da cidade, negras, índias, extrativistas, brancas, jovens, lésbicas, de todas as crenças e de todas as regiões desse país [...] Nós, mulheres que contribuimos com a construção de uma nova sociedade com igualdade e justiça para todas as mulheres e homens, que somos responsáveis pela produção e reprodução da vida, e pela soberania alimentar e conservação da biodiversidade do planeta [...] Queremos registrar a nossa indignação pela invisibilidade das mulheres no documento base da IV Plenária, pela inteira ausência das nossas falas, questões e propostas vindas dos nossos estados e territórios. Reafirmamos um espaço próprio de auto-organização das mulheres enquanto sujeitos políticos e econômicos em todas as instâncias e processos dos fóruns, municipais, estaduais e regionais (Luziânia, 29 de Março de 2008).

Nas sociedades capitalistas de cariz patriarcalista é considerado produtivo tudo o que gera riqueza e geralmente exercido pelos homens. Conforme esta visão as mulheres são as que realizam o trabalho reprodutivo, o cuidado da casa, marido e filhos. O serviço doméstico é um trabalho que nunca acaba, pois, são as mulheres as primeiras a acordarem e as últimas a descansarem. Para Hirata e Kergoat (2007, p. 597), essa enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres e, esse trabalho é invisível, realizado não para elas mesmas, mas para os outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. Esta é uma forma patriarcalista de segregar as mulheres em trabalhos desvalorizados para invisibilizá-las na esfera pública.

Sobre isso, também nos fala Luzanira Varela (54 anos), representante do GT de Gênero no Fórum amazonense de Economia Solidária, a saber:

As mulheres que vinham participando desde o começo do Movimento de Economia Solidária no Brasil, não eram contempladas com suas propostas no resumo que saíam das plenárias estaduais e quando chegava o documento final para discutir nas plenárias nacionais, na primeira, na segunda e na terceira, não tinha nada sobre as mulheres. Todas as propostas que as mulheres colocavam não chegavam no documento final, e aí na IV Plenária, as mulheres se rebelaram, subiram no palco, pararam a plenária e decidiram que tinha que ter um GT de Gênero dentro do FBES, que só foi

implementado em 2009 e 2010. A IV Plenária foi em 2007 e por iniciativa da Casa da Mulher do Nordeste. Inclusive o Fórum Brasileiro não destinou verbas pra isso. Foi um projeto da Casa da Mulher do Nordeste que aproveitou e fez um encontro de formação da Casa da Mulher do Nordeste e junto com isso a criação do GT de gênero do FBES que eu fui escolhida para participar representando o Amazonas (entrevista/2013).

Portanto, em 2009 foi feita a articulação entre as Redes feministas e em 2010 aconteceu o Seminário Nacional que constituiu o GT de Gênero no Fórum de Economia Solidária. Dedecca (2004) diz que as relações entre homens e mulheres são relações que atravessam a sociedade e se articulam com o conjunto das relações sociais, implicam antagonismo ou conflito ligado a relações sociais de dominação e opressão, mas podem ser modificadas historicamente. Evidentemente que a entrada cada vez maior do contingente feminino no mercado de trabalho, além de dar visibilidade às relações de gênero que são engendradas na esfera privada, apresenta um conjunto de novas experiências vivenciadas pelas mulheres no local de trabalho e no contexto mais amplo da própria sociedade.

Em Recife, nos dias 27 a 29 de outubro de 2009, fizeram-se presentes 65 (sessenta e cinco) mulheres de vários estados brasileiros para discutir a relação entre feminismo e economia solidária. A partir deste evento foi possível articular várias organizações feministas, representantes do FBES e dos fóruns estaduais da economia solidária, da Rede Economia e Feminismo, da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste, da Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares da USP – ITCP e UNICAMP, Campinas, Pesquisadoras do Núcleo de Estudos e Pesquisadoras sobre Mulher – UFRPE, dos Centros de Formação de EcoSol – CEFES e integrantes dos grupos de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e do GT de Gênero e Raça do Fórum de Reforma Urbana de Pernambuco. É o que revela a representante do Amazonas que esteve presente neste encontro,

Foi em Recife no hotel (não lembro o nome), mas, foi na Praia da Boa Viagem. O encontro iniciou com as apresentações dos Estados e logo de cara a maioria das mulheres queria que fosse criado direto o GT de mulheres, e eu fui a única do Brasil todo que fui contra porque eu achava que se fosse criado o GT de mulheres naquele momento ia continuar na mesma, porque os homens iam falar ‘não, já que é um GT de mulheres então vai se discutir só as mulheres’, quando não acontece. E a gente, de repente foi convencendo aos poucos, de repente as companheiras do Acre começaram a

me apoiar, a companheira da Paraíba começou a me apoiar e deixamos para depois a criação do GT de Mulheres, que ficou GT de gênero, porque GT de gênero inclui homem e mulheres. Quando diz GT de mulheres é só para mulheres. É isso que os homens iam entender, claro que nós íamos convidar eles. Mas, não é a mesma coisa. Inclusive aqui no Amazonas houve uma passagem bem interessante numa discussão quando eu colocava que a mulher tem a dupla jornada de trabalho, o homem chega em casa vai assistir jornal e a mulher vai fazer a comida, vai cuidar das crianças. Então, um companheiro falou que daquele dia em diante ele ia começar a ajudar a companheira dele, porque pra ele, isso era normal. Ele chegar em casa ir assistir televisão, os jornais e a mulher ia fazer as coisas sozinha (Luzanira Varela, entrevista/2013).

O trabalho do GT de gênero do FBES foi iniciado com um resgate histórico do processo de construção desse espaço, tomando como marco o processo de reestruturação do FBES e a preparação para a IV Plenária e seus resultados. Também foi apresentado o registro da primeira reunião do GT de gênero realizada em novembro de 2008 e o processo de discussão nos FBES sobre a participação no Seminário e Encontro Nacional. Esse momento ajudou bastante a compreensão do processo de construção, sobretudo para aquelas que não vivenciaram esse momento histórico.

As primeiras organizações e jornais feministas existentes no Brasil a partir dos anos 1970 chamaram a atenção para a importância da presença da mulher no mundo do trabalho extra-doméstico, sua discriminação no mercado de trabalho e suas necessidades e reivindicações específicas. O feminismo teve papel central ao introduzir na vida sindical o questionamento do poder masculino, a invisibilidade das mulheres e de suas questões específicas, trabalho com salário igual, licença em caso de aborto, esterilidade para a trabalhadora gestante além da licença maternidade, cláusulas contra o assédio sexual e a aprovação de cotas de participação para as mulheres nas diretorias dos sindicatos afiliados à CUT.

O GT de Gênero foi inicialmente composto por 35 representantes sendo uma titular e suplente de cada fórum estadual de Eco sol, além de uma representação da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste e da Rede de Economia e Feminismo. Foi criado com o intuito de fortalecer a participação e representação das mulheres como sujeitos políticos e econômicos em todos os espaços do FBES para a construção do movimento de Economia Solidária, baseado na igualdade, cooperação e solidariedade. Suas estratégias consistem em visualizar a

participação das mulheres com seus saberes e experiências na Eco sol e no FBES; ser espaço de trocas, reflexão, formação e produção de conhecimento na construção da autonomia das mulheres no FBES e na economia solidária; articular e fortalecer os GTS de Gênero nos estados; estabelecer alianças e parcerias com outros movimentos nacionais e estaduais de mulheres e feministas; participar nas elaborações e construção nos eixos prioritários do FBES; construir integração com outros GTS do FBES; fortalecer o diálogo com a coordenação executiva e com a coordenação nacional do FBES. Luzanira Varela da Silva que participa desde 2004 do Fórum Amazonense de Economia Solidária e contribuiu com a fundação do Fórum Municipal de Economia Solidária faz a explanação sobre a criação do GT nos seguintes termos:

O Grupo de Trabalho (GT) de gênero do fórum estadual foi eleito, mas ainda não está consolidado. Eu até me culpo por isso, acho que é devido o acúmulo de tarefas que tenho. Mas, é uma questão de honra pra mim que esse GT aconteça, mesmo que sejam outras mulheres que irão assumi-lo. Animar esse GT é meu objetivo neste ano de 2013. É hora de repassar conhecimentos e esse GT é muito importante. A gente já viajou muito pra fora do Estado, agora temos que começar a viajar pra dentro do Estado do Amazonas. Repassar todos os estudos que nós fizemos sobre a economia solidária. Não só eu, mas, várias companheiras e companheiros que fizeram cursos e mais cursos de formação, participaram das Plenárias e das conferências. Digo isso: chegou a hora de repassar esses conhecimentos. Em Manaus, a gente já fez algumas coisas em parceria entre o Fórum das mulheres e o Grupo de Estudo de gênero da UFAM (GEPOS). Nós tivemos a grandeza de ter um belíssimo curso com esse grupo com o tema “a mulher e a economia solidária na Amazônia”. Foi uma experiência que nenhum outro Estado fez. Isto foi uma conquista do fórum amazonense de economia solidária e o fórum das mulheres de Manaus. Mas, a discussão sobre gênero em si ainda é muito tímida. Apesar do grande número de mulheres na economia solidária, mas, quem assume a coordenação geralmente são os homens. Isso acontece no fórum brasileiro de economia solidária, nos fóruns estaduais e municipais. Às vezes a gente até tem mulheres na coordenação, por exemplo, o fórum estadual tem uma representante que consegue se impor, é a Tatiane Valente. Isso eu admiro nela. Ela vai e faz e por isso está cumprindo sua tarefa. Ela é representante do Amazonas no Fórum brasileiro junto à Terezinha e o Ronald (entrevista/2013).

E mesmo diante das resistências na criação desse GT, as mulheres seguem firmes procurando afirmar-se dentro dos fóruns, incidir na elaboração de políticas públicas, pautar a agenda feminista junto a outros movimentos feministas, mudar as relações e estruturas opressoras e contribuir para a formação de gênero como estruturante do projeto político do FBES.

A economia solidária tem como base a organização coletiva, partindo do princípio da autogestão, promovendo a transformação estrutural das relações econômicas e o protagonismo de homens e mulheres. Medeiros (2008, p. 43) assinala que em algumas experiências de economia solidária nota-se a visibilidade e importância das mulheres. Um exemplo dessa consideração é a Rede Xique Xique<sup>5</sup> que traz na sua carta de princípios de 2003, “a valorização do trabalho das mulheres e jovens, reforçando sua participação, através de uma política de ação afirmativa dos processos, respeitando as diferenças sem gerar desigualdades de gênero e geração” (MEDEIROS, 2008, p.47).

Há necessidade de pesquisas que contribuam para o planejamento e implementação de políticas adequadas às realidades das mulheres cooperadas que, igualmente aos homens, participam do desenvolvimento econômico do país.

---

<sup>5</sup> A Rede Xique Xique de Comercialização solidária é um espaço de articulação e comercialização formada por grupos de produtoras e produtores rurais e urbanos no Rio Grande do Norte.

### 1.3. O feminismo e as novas tecnologias sociais

O feminismo no Brasil se consolidou e cresceu articulado com os movimentos sociais, organizações, instituições de pesquisa, partidos políticos, Redes feministas por todo o país principalmente a partir da década de 1970. Sua busca foi e continua sendo pela ampliação dos direitos das mulheres. Trata-se de ações decisivas que indicam o caminho da igualdade entre os gêneros, que apesar de todos os avanços, ainda não é totalmente garantida. De acordo com Bruschini e Lombardi (2003, p.329),

A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicariam não apenas o crescimento da atividade feminina mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo. Processo que vem ocorrendo desde a década de 80. De outro as desigualdades sociais no mercado de trabalho, no emprego e nas relações sociais parecem ter se ampliado além do impacto das políticas de flexibilização, os novos métodos de gestão do trabalho e da produção. Mudanças no trabalho remunerado foram forjadas quando se começou a falar da feminização do mercado de trabalho e das reivindicações por direitos humanos.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho não as eximiu das tarefas domésticas, pois segundo o DIEESE (2010), 90% delas continuam responsáveis pelo trabalho doméstico e ainda ganhando menos que os homens no mercado formal. O feminismo sempre pautou suas ações na reivindicação do direito universal à educação, à saúde e à previdência; defesa dos direitos sexuais e reprodutivos; direito ao acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção; descriminalização do aborto como um direito de cidadania e de saúde pública, dentre outras questões.

As mulheres desempenharam um papel de liderança importante, desenvolvendo ações relacionadas à cidadania e à qualidade de vida. Problemas como a falta de água, esgoto e saúde são questões que afetam diretamente as mulheres. Jacobi (1997, p. 42) considera que “as mulheres estão mais ligadas à manutenção e à qualidade da vida. Ao problema de lixo, ao problema de enchente [...] a voz que se levanta é a da mulher”. As mulheres se levantam diante de problemas que agredem a vida.

A Rio-92 destaca-se na literatura feminina no Brasil como o tempo-espaço em que as reflexões sobre gênero, meio ambiente, sustentabilidade e a estruturação de ações por parte dos movimentos de mulheres tomaram impulso, numa dinâmica sinérgica com o movimento feminista internacional. De fato, dada à presença massiva de milhares de mulheres, foi

incluído na Agenda 21 dos governos um capítulo especial sobre as necessidades das mulheres e sua importância para o desenvolvimento sustentável e equitativo. Vejamos:

No Fórum Global da Rio-92, no Planeta Fêmea, mais que inclusão e chamada por necessidades, a defesa foi por ‘um olhar feminino sobre o mundo’, destacando: combate à pobreza, a importância do diálogo local sobre os recursos naturais, a alerta contra o grande estilo de consumo, além de insistir contra a violência institucional e doméstica (BEZERRA; BURSZTYN, 2000, p. 57).

O feminismo obteve significativas conquistas para as mulheres que, atualmente, encontram-se no centro de vários programas e projetos de desenvolvimento sustentável, incluindo as Tecnologias Sociais apropriadas, traçando entre si as redes envolvendo as universidades, comunidades, igrejas, populações locais, práticas ancestrais de cura, alimentos saudáveis, artesanatos com matérias primas da região dentre outros.

Muitas Redes Feministas surgiram nessa trajetória, tecendo também com as Redes de Economia solidária, com ONGs e com outras Redes envolvendo Mulher, Educação, Etnia, sexualidade, e pastorais da igreja católica como, por exemplo, a Pastoral da Criança, que é também uma rede de mulheres. Esta Pastoral é composta majoritariamente por mulheres que elaboram procedimentos à saúde das crianças e parturientes com base na sabedoria popular.

No Amazonas, ainda há necessidade de organizar cada vez mais o GT de economia solidária articulando com outros movimentos. É uma necessidade e um sonho para algumas feministas como Luzanira Varela (53 anos) pontua, a saber:

Meu sonho é ver todas as mulheres sabendo o que é economia solidária, sabendo quais direitos elas têm. Não só na economia solidária, mas que elas saibam reivindicar políticas públicas. Olha, hoje aconteceu uma coisa aqui nessa feirinha que é conhecida como feirinha da ufam que me deixou bem animada, as mulheres (das barraquinhas da feira) se reuniram e foram lá na direção do ICHL, falaram com a direção, querendo mais um espaço para a feira. Vejo que as mulheres da economia solidária estão começando a adquirir autonomia. Elas não estão mais esperando por ninguém lutar por elas. Elas estão indo buscar sozinhas, não teve nenhum homem orientando elas, não teve coordenação de fórum, foram elas mesmas que se uniram e sentiram a necessidade de ter mais um espaço (entrevista 2013).

É importante perceber a sutileza dos momentos de libertação e encorajamento das mulheres na busca por seus objetivos sem esperar que os homens falem por elas. Trata-se

conforme Oliveira (2012, p. 248), de “capacidade de liderança que é a base para a organização política de todo e qualquer grupo, as mulheres da floresta cumprem todos os requisitos necessários para romper com as amarras da dominação masculina nas relações de gênero”.

A articulação das mulheres catadoras de materiais recicláveis também entra nesse processo de organização. Elas se unem à rede feminista, estabelecem vínculo entre a atividade humana e o sistema ecológico, refletindo na maneira como a sociedade administra seus dejetos e como poderá melhorá-lo para que de fato alcance um nível de sustentabilidade que fortaleça o meio ambiente. Conforme Jacobi (1997, p. 387),

O tema dos resíduos sólidos é provavelmente aquele que melhor exemplifica as possibilidades de formulação de políticas públicas minimizadoras ou preventivas. Entretanto, a timidez das iniciativas e a descontinuidade das políticas tem criado um verdadeiro círculo vicioso pautado pela lógica do *blaming the victim*<sup>6</sup>, porém sem condições tão favoráveis para se estabelecerem os vínculos entre a atividade humana e o sistema ecológico, como no que toca à forma como sociedade administra os dejetos que produz. Este argumento em torno dos meios e fins para atingir-se algum grau de sustentabilidade sócio-ambiental.

No trabalho cooperado, especialmente no caso de catação de recicláveis há necessidade de desenvolver a Tecnologia Social<sup>7</sup> para agregar valor ao produto, ter mais agilidade no tempo de produção e fazer menos esforço físico. Trata-se de um trabalho pesado e exige força física. Sobre a Tecnologia Social em Manaus, Marcela Vieira (37 anos) revela que,

Estamos tentando implementar as tecnologias sociais em Manaus nas cooperativas de catadores, tentamos apoiar e melhorar o beneficiamento que já havia da garrafa PET que era completamente manual. Agora com a parceria do SEBRAE, conseguiu-se automatizar alguns processos, mas ainda vamos inaugurar a produção dos fios de PET para a fabricação de vassouras. Vai ser uma alternativa para agregar valor ao produto. Muitas cooperativas e associações também produzem o artesanato, elas confeccionam bolsas, flores e bijuterias, dentre outros. Mas, falta ainda mapear as tecnologias sociais pelos grupos. A gente está em parceria com o grupo INTERAÇÃO que é vinculado à UFAM para mapear e catalogar essas experiências. A gente não tem como alcançar tudo. Mas, de qualquer maneira as mulheres estão nesse processo e fazem a diferença nesses espaços (entrevista/ 2013).

<sup>6</sup> Tradução livre inglês – português: “*blaming the victim* - culpar a vítima”

<sup>7</sup> Tecnologias sociais segundo a Rede de Tecnologia Social são produtos, técnicas e/ou metodologias reprodutíveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social. Disponível em [www.rts.org.br](http://www.rts.org.br), acessado dia 05.04.2013

A catação de recicláveis também é envolvida com o artesanato e a arte, marcas da raiz indígena. De acordo com Araújo e Torres (2011, p. 232) “o fazer artístico presente na produção artesanal traz a marca da ancestralidade, por meio da trama das fibras, do trançado dos cestos e das cores aplicadas às sementes. As fibras, as sementes e a madeira são o elo das mulheres Sateré Mawé com a natureza”. Essa sabedoria popular se mistura à tecnologia social.

Segundo Dagnino (2011, p.04) o surgimento da Tecnologia Social - TS ocorre no Brasil como uma alternativa a Tecnologia Convencional - TC. Ela surge com essa denominação para se contrapor não somente a TC, mas, à Tecnologia Intermediária de Schumacher e depois à Tecnologia apropriada (TA) difundida nos Estados Unidos, criticadas pela pouca eficiência.

As críticas à Tecnologia Convencional perpassam questões como a exclusão dos mais pobres, a função acumulativa do capital, que ela proporciona o conhecimento individual, o uso intensivo de insumos sintéticos, a degradação ao meio ambiente. A TC é o resultado de uma ação do capitalismo sobre o processo de trabalho num contexto socioeconômico que envolve a propriedade privada dos meios de produção.

Até então não se poderia pensar em outras práticas que se opusessem à grande estrutura do poder capitalista. A tecnologia social (TS) parece quebrar este paradigma. Trata-se de vários estados de transformação na produção de algo, não apenas o resultado, um produto final, mas um processo, marcado pela participação das pessoas envolvidas. O processo que não pode ser pensado em algum lugar e ser aplicado em outro. O processo, portanto, deve ser desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, ou seja, com os atores que irão utilizá-las. A ênfase está em todo o processo de produção e conhecimento local.

De acordo com Antonieta Vieira, coordenadora da Unitrabalho no Amazonas, a TS só pode nascer no meio da comunidade, não se pode trazer de outro lugar para implantar em comunidades diferentes. Ouçamo-na:

A Tecnologia Social (TS) se aproxima da inovação tecnológica por causa de uma coisa que os engenheiros gostam muito de usar: vamos cozinhar só com o que tem dentro da geladeira, porque o que não tem dentro da geladeira, você não vai cozinhar. Então vamos cozinhar com o que tem. Então a TS parte desse princípio: nós temos que ver o que temos para fazer. É isso. (entrevista/2013).

A tecnologia social engendra um processo que se preocupa em produzir algo com materiais existentes na região ou localidade desenvolvendo um ciclo na produção, diferente da tecnologia convencional que busca a técnica para produzir e lucrar numa perspectiva linear. Para Dagnino (2008, p.15 ), “a inovação não pode ser pensada em algo feito num lugar e aplicado em outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, e pelos atores que irão utilizá-las”. Em outras palavras, é o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção, e de um acordo social que legitima o associativismo, o qual enseja no ambiente produtivo um controle autogestionário e uma cooperação de tipo voluntário e participativo.

A ênfase de Dagnino (2011) é dada ao processo que envolve coletivamente a todos: equipes de pessoas envolvidas, as técnicas do grupo para resolver conflitos de relacionamentos, a priorização, a seleção de projetos, as melhorias da interação com outros autores do sistema nacional e local de ciência, tecnologia e inovação brasileira (CT&I), considerando entre outras questões, a qualidade do produto. Mas, de fato, a maior preocupação da TS volta-se prioritariamente para a emancipação dos sujeitos envolvidos, no caso, os produtores. A TS propõe a construção de soluções de modo coletivo pelos sujeitos que irão se beneficiar e que atuam com autonomia. Importante que os atores envolvidos não sejam apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes de especialistas fora da sua realidade local.

No conceito da Rede de Tecnologia Social aparece a preocupação com a participação e uma meta comum: a transformação social. Isso indica um caminho de práticas sociais que se colocam na contramão do capitalismo em interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida.

Para o Instituto de Tecnologias Sociais, as ideias são agrupadas em três categorias: princípios, parâmetros e implicações. Os princípios ressaltam a importância da aprendizagem e participação como processos que caminham juntos na transformação social. Para isto, é necessário realizar um estudo como compreensão da realidade de forma a indicar o respeito às identidades locais. Neste sentido, o processo de TS pode dialogar com as ciências antropológicas e sociais. Os parâmetros fornecem os critérios para a análise das ações sociais decorrentes ou propostas para uma ação.

A razão principal de ser da Tecnologia Social consiste em atender as demandas sociais concretas vividas e identificadas pela própria população (WEBER, 1997). Para este autor,

Depois dos anos 70, os economistas descobriram os recursos renováveis e o meio ambiente [.....]. Emerge o conceito de ecodesenvolvimento devido a Maurice, Strong e que Sachs se incumbirá de sistematizar, definindo o ecodesenvolvimento endógeno e dependendo de suas próprias forças, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecologia e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre o homem e a natureza (WEBER, 1997, p. 119).

A população por sua vez se envolve nas discussões e tomadas de decisão como parte de um processo democrático e desenvolvido, a partir de estratégias dirigidas à mobilização e à participação popular em todos os momentos: estudo, decisão e planejamento.

O conhecimento construído em torno das Tecnologias Sociais se dá entre o conhecimento técnico e o conhecimento popular a partir da prática, respeitando a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Trata-se da relação entre ciência, tecnologia, sociedade e meio ambiente. A direção da produção de conhecimentos e o modo de fazer específico de intervenção na realidade se relacionam tanto com os parâmetros quanto com os resultados. Os dois primeiros conjuntos de implicações remetem ao debate sobre a neutralidade e a única direção.

O conhecimento é socialmente construído e depende de fatores valorativos de natureza econômica, social, política e cultural. A TS pressupõe a ideia de multiplicidade de conhecimentos e a diversidade dos contextos e dos sujeitos que possuem diferentes valores e interesses. Essa visão enseja a ideia de participação ativa das pessoas, dos grupos e comunidades afetados pelas tecnologias. De acordo com Antonieta Vieira,

A TS é sempre a utilidade de como é usado, além disso, sua técnica não pode ser patenteada. O soro caseiro por exemplo, é vendido nas farmácias (o pedialyte). Isso não é Tecnologia Social. Esta, por sua vez, não é só tecnologia, abrange também as relações humanas e a forma de uso, no caso em vista da comunidade, do coletivo. Por causa disso é social. Se for social está focada no homem. Se for capitalista está focada no capital (entrevista/2013)

Um dos objetivos a ser alcançado pela Tecnologia Social é a resolução de problemas considerados sociais, tais como: a falta de água potável, a falta de alimentos saudáveis, a falta

de educação, a falta de saúde coletiva e a falta de renda. Esta situação em geral está voltada para as camadas subalternas da sociedade. População esta que precisa se tornar protagonista e não mera receptora de alguma tecnologia, interagindo com os seus valores e conhecimentos. Antonieta Vieira expõe o nascedouro da tecnologia social nos seguintes termos:

A Tecnologia Social (TS) nasceu no Brasil através da discussão sobre desenvolvimento das comunidades e das situações mais pobres e que não poderiam ser capitalistas porque não haveria dinheiro para pagar a tecnologia. A TS no fundo é uma coisa muito antiga. O movimento da Economia Solidária foi quem começou a utilizar esse termo TS. Porque o soro caseiro é muito antigo e nunca se deu o nome de Tecnologia Social. E um dos primeiros expoentes que começou a discutir muito isso, que começou a dizer que a gente tinha que desenvolver tecnologia própria e não aquela capitalista foi o Renato Dagnino da UNICAMP. Ele foi uns dos primeiros a chegar no Fórum Brasileiro de Economia Solidária e discutir as Tecnologias Sociais. Porque antes os autores chamavam de tecnologia apropriada, mas também a Tecnologia Capitalista é apropriada sim. Principalmente, se você vai fazer uma tomografia computadorizada é apropriada para aquilo (entrevista -2013).

Em setembro de 2001, aconteceu em Brasília a I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de estabelecer parcerias com os diversos setores da sociedade e viabilizar um projeto nacional de longo prazo que incorporasse o tema da CT &I na agenda da sociedade brasileira, pensando suas contribuições para o desenvolvimento sustentável, envolvendo a área social, político, econômico e cultural do país. Neste processo,

O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, o qual está associado a crescimento material, quantitativo, da economia. Isso não quer dizer que, como resultado de um desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico deva ser totalmente abandonado. Admitindo-se, antes que a natureza é a base necessária e indispensável da economia moderna, bem como das vidas das gerações presentes e futuras, desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente (BINSWANGER, 1997, p. 41).

O Governo Federal nesses últimos 10 anos persiste no objetivo de “elaborar proposta de formas e mecanismos de construção de parcerias entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e as organizações do terceiro setor e outros como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Apesar de estar na mira de acertadas críticas como lhes faz Cavalcanti (1997). Para este autor,

Certamente, para engajar todos os setores da sociedade na perseguição de um tipo de desenvolvimento sustentável, equitativo, economicamente eficiente e politicamente viável, pelos menos três parâmetros deveriam ser considerados para fins de reforma institucional: a educação, a gestão participativa e o diálogo entre as partes envolvidas. As escolhas ecologicamente corretas podem ser efetuadas por um processo de diálogo informado, de base científica dos atores relevantes. A participação, criando não somente expectativas consistentes, mas um sentimento de responsabilidade quanto às escolhas feitas. E a decisão em relação aos direitos das gerações atuais diante das futuras pode ser tomada, assim, com balizadores éticos. No Brasil, isso não acontece, pois os estudos ambientais são somente para justificar as decisões já tomadas. No Brasil, a falta de diálogo de partes envolvidas é conspícua, como se percebe na forma que o processo de negociação ambiental vigente emprega no país, com estudos de impacto ambiental levados a cabo, por exemplo, apenas para justificar escolhas já tomadas (CAVALCANTI, 1999, p. 37).

Na transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi convocado um grupo de trabalho (GT) para ajudar na organização e elaboração do Programa de Ciência e Tecnologia e Inovação do Governo eleito (para o início do mandato em 2003). Integraram esse grupo João Furtado, na época presidente do Instituto Tecnologia Social, responsável pela coordenação do GT com Renato Peixoto Dagnino, professor da UNICAMP e Jose Sérgio Leite Lopes, para responder à missão de “desenvolver políticas públicas e estratégias de atuação para a implantação de ações voltadas ao desenvolvimento social e ao combate à fome. Ao final do trabalho foi sugerida a criação de uma secretaria para o Desenvolvimento Social, vinculada ao MCT, pois “o apoio e legitimidade social das atividades científicas e tecnológicas dependiam de sua efetiva atenção à satisfação das necessidades básicas da população” (GT TS, 2002). A proposta ganhou corpo e posteriormente, com a criação da Secretaria para a Inclusão Social dentro do MCT, ocorreu maior abertura e diálogo entre governo e sociedade civil, em relação aos governos anteriores.

Em 2003, uma nova Portaria Ministerial nº 602/2003 ratifica o GT “Ciência e Tecnologia e Terceiro Setor”, já instituído em 2002. E neste ano da portaria se realiza o segundo Seminário “Papel e Inserção do Terceiro Setor na Construção e Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação” com a participação de cem (100) organizações Não Governamentais que discutiram e dialogaram com a Pesquisa do Diretório da Pesquisa Privada (DPP), que se dedicou a investigar as atividades de Ciência, Tecnologia e Inovações, cujo resultado foi apresentado no seminário. Também foi realizado o mapeamento das Linhas de Ação e o levantamento de experiências exitosas. Algumas entidades foram convidadas a participar da série Encontros para Discussão e Sistematização de Conhecimentos sobre

tecnologias sociais para possíveis “modelos”. O mais importante era mostrar as experiências, pois cada realidade precisava de um estudo específico para identificar os aspectos que eram determinantes no processo, encontrando solução para os problemas da população e como as entidades encontram instrumentos para desenvolver tais experiências.

Alguns princípios foram transformados em proposições servindo de base às ideias relacionadas à Tecnologia Social, tais como: a inclusão cidadã, a participação, a relevância social, a eficácia e a eficiência, a acessibilidade, a sustentabilidade (econômica e ambiental), a organização e sistematização, a dimensão pedagógica e a promoção do bem-estar e, por fim, a inovação. Conforme Bezerra e Bursztyn (2000, p. 14),

A aprendizagem e participação são processos que caminham juntos: aprender implica participação e envolvimento; e participar implica aprender; A transformação social implica compreender a realidade de maneira sistêmica: diversos elementos se combinam a partir de múltiplas relações para construir a realidade; A transformação social ocorre na medida em que há respeito às identidades locais: não é possível haver transformação se não a partir das especificidades da realidade existente. Todo indivíduo é capaz de gerar conhecimento e aprender: a partir do momento que está inserido numa cultura e em contato com o mundo, ele produz o conhecimento e aprende a partir dessa interação.

Para chegar a esse novo modelo de desenvolvimento todos os cidadãos e cidadãs precisam ser contemplados, considerando então suas vozes. É dentro dessa ótica que chamamos a atenção para a incorporação da perspectiva de gênero no estabelecimento de políticas sociais de sustentabilidade de forma mais justa. O enfoque de gênero está centrado nas vivências e práticas sociais de mulheres e homens, o que supõe políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento destes sujeitos, mantendo as diferenças e semelhanças entre eles e elas.

Em se tratando de conhecimentos tradicionais, de cultura popular ou conhecimento popular nas comunidades, as mulheres têm muito a contribuir. Castro e Abramovay (1997, p.46) consideram que,

Um enfoque de gênero não se refere somente às medidas utilizadas para incorporar a mulher no processo de desenvolvimento, questiona, tal como o conceito de desenvolvimento sustentável, o fim e o conteúdo do desenvolvimento, assinalando a necessidade de buscar novas políticas que contribuam para a mudança das estruturas de desigualdade existentes e o uso sustentável do meio ambiente. O desenvolvimento será sustentável e

equitativo quando homens e mulheres participarem de forma mais igualitária, em todos os níveis, de tomada de decisão.

Relacionar gênero e meio ambiente supõe abrir o debate sobre o ecofeminismo como práticas sociais das mulheres que buscam a conservação do planeta. De acordo com Torres (2012) as mulheres possuem um *ethos* de cuidado com o meio ambiente envolvendo o trato com a água e com os animais, muito mais aguçado do que os homens. Segundo esta autora, trata-se “de uma racionalização estratégica necessária para a perenidade do planeta” (TORRES, 2012, p.106 ). Para Castro e Abramovay (1997, p. 25),

As mulheres estão em maior aceitação e mais preocupadas em conservar a vida, através de soluções a serem trabalhadas pelo grupo, família ou comunidade. As mulheres na agricultura alternativa fazem uso mais restrito de veneno e passam a utilizar mais o adubo orgânico nas hortas, gerenciam mudanças comportamentais nos homens e nas crianças.

Conservar a vida, na experiência das Catadoras de Materiais Recicláveis é dar visibilidade à relação entre gênero e meio ambiente no cotidiano, no trato com o descarte final dos materiais que, por si, já é um trabalho de conservação ambiental. De acordo com Irineide Silva, (37anos), presidenta da Ecocooperativa ouvida neste estudo,

Hoje tenho consciência de que nosso trabalho contribui com o meio ambiente, com o poder público e com toda a sociedade. E a tendência é melhorar. O catador é que faz por si. Se vier alguém fazer aqui, já deixa de ser um empreendimento do catador. A cooperativa anda hoje só com catadoras e catadores. Nessa gestão maluca, não tem nenhum técnico em nossa secretaria. Olha, hoje quem faz toda a documentação, quem mexe lá no computador (porque eu ainda tenho medo desse bicho papão), é minha filha. Filha de catadora e hoje está lá. Fez cursinho e quer estudar mais. Já sabe fazer uma Ata, sabe construir um ofício, organiza o financeiro todinho. Sabe o que entrou financeiramente e o que não entrou. Minha filha está contribuindo muito. Eu sou uma diretora que gosto de ficar aqui em baixo (o escritório fica em uma sala acima), gosto de ficar junto com todos no trabalho (entrevista - 2013).

Essa autonomia e desembaraço com a gestão se dá pela caminhada e experiência. Essa experiência gera autonomia também enquanto mães e responsáveis pela casa e filhos, como bem demonstrou a catadora incentivando e envolvendo a filha nos trabalhos. É uma autonomia que faz repensar o valor do seu trabalho e da sua pessoa. E pela forma de

tratamento que elas têm com o meio ambiente, tornam-se proprietárias de um espaço coletivo significativo para a vida do planeta. Como diz Castro e Abramovay (1997, p. 37), “é evidente que as mulheres catadoras com a sua experiência de trabalho cotidiano e uma interação diária com a reciclagem de resíduos, tem efetiva relação com o meio ambiente não natural, se não, social”.

Para muitas mulheres catar materiais recicláveis não interfere na relação com os filhos, como podemos perceber neste relato:

Nossos filhos ficam com as irmãs mais velhas ou então a gente paga alguém para tomar de conta ou então traz pra perto. Mas, a gente dá o jeito de acompanhar. Nossos filhos são tudo pra gente. A gente vai ensinando o lado bom da vida, a luta, o trabalho (Alzenira Araújo, 40 anos, entrevista/2013).

Percebemos que a relação com os filhos é de muito cuidado. A relação afetiva é muito forte. Para Bruschini e Lombardi (2003, p. 330) “maternidade é sem dúvida, ainda um dos fatores que mais interferem no trabalho feminino, quando os filhos são pequenos a responsabilidade pelo cuidado e pela educação destes na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado”. No geral, as mães muito pobres são prejudicadas quanto a dedicação à maternidade, muitas vezes seus filhos ficam com os irmãos mais velhos ou com vizinhos.

A relação das mulheres com os recursos naturais é de interatividade com o meio ambiente, com a natureza, num sentido de conservação e cumplicidade. Em uma das cooperativas foram encontradas máquinas idealizadas para facilitar a produção, é o que vemos nas imagens a seguir:



Foto 1: Tecnologia Social: serradeiras adaptadas com finalidade para o corte de livros. – Ecocooperativa  
Fonte: Luiza de Marilac M. Moreira//pesquisa de campo/ 2013.



Foto 2: Tecnologia Social: serradeiras adaptadas com finalidade para o corte de livros. – Ecocooperativa  
 Fonte: Luiza de Marilac M. Moreira//pesquisa de campo/ 2013..



Foto 3: Máquina para desfiar a garrafa PET. Ecocooperativa  
 Fonte: Luiza de Marilac M. Moreira//pesquisa de campo/ 2013.

As mulheres são sujeitos sociais importantes também na construção de novas tecnologias para o desenvolvimento social, especialmente no que se refere ao meio ambiente. Elas estão participando mais dos cursos sobre ecologia, inseticidas domésticos, qualidade da alimentação, comercialização, mas aos poucos elas vão crescendo nesta participação Castro e Abramovay (1997, p. 39) consideram que “a identidade feminina, a autoconfiança, o sentido da interdependência entre homens e mulheres, vai igualmente se afirmando”. Em uma das cooperativas foram encontradas duas serradeiras (uma manual e outra elétrica) adaptadas por elas mesmas para cortar a parte mais grossa com cola (parte não reciclável) dos livros, além de outras máquinas para desfiar a garrafa PET. Por ocasião da pesquisa foi-nos esclarecido que estas máquinas foram adquiridas para melhorar a produção da equipe, mas estavam sem equipamento de segurança.

Ao perguntarmos se a logística reversa<sup>8</sup> é tecnologia social, Antonieta Vieira respondeu o seguinte:

Se a Tecnologia Reversa é TS? Depende. Se ela for usada para fins capitalistas, ela não é TS. Tem muita empresa ganhando, explorando os trabalhadores. Ela depende da finalidade. As empresas desenvolvem por causa do selo verde. Então, ela não foi criada no meio da sociedade (a gente gosta mais de chamar engenharia reversa) Desconstruir o equipamento usado para construir outro equipamento está sendo muito pesquisado pelas empresas. Até pela escassez de matéria prima. O planeta não tem suporte para tanta matéria prima. E tem uma coisa muito pior: onde descartar todo o lixo? A gente vai usar o deserto do Saara para colocar todo o lixo produzido? O planeta também não tem mais espaço para tanto lixo. Tem gente ganhando belo dinheiro sobre isso. Índia e China estão ganhando muito dinheiro em cima do trabalho escravo. Tem que ter muito conflito ainda porque a Índia usa muito trabalho escravo de crianças para desmontar e montar aparelhos. E para piorar é o caso que eles estão lidando com material pesado e estão se contaminando. Tem que ter muito cuidado (entrevista/ 2013).

No artigo 13 do Decreto 7404/2010 fica claro que,

Logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtos ou outra destinação final ambientalmente adequada (DECRETO 7.404 de 23 de dezembro/2010).

É importante que os atores da Tecnologia Social estejam atentos ao *modus operandi* das empresas capitalistas para não se apropriarem de suas propostas, remetendo para outras finalidades (RODRIGUES; BARBIERI, 2008). A tecnologia social tem grande potencial inovador para atender às demandas das populações, especialmente as mais vulneráveis, quanto à geração de renda como é o caso das Catadoras de Materiais Recicláveis. A reciclagem se inscreve no tempo e no espaço e se transfigura consoante aos contextos que surgem, tornando seus resultados passíveis de descrição e estudos.

---

<sup>8</sup> Segundo Barbosa (2012, p. 16) “ a logística é a área da administração que cuida do transporte e armazenamento das mercadorias”.

## **CAPITULO II – AS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS ORGANIZADAS EM ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS EM MANAUS**

Eu não tenho mais vergonha, eu  
tenho é orgulho de ser catadora.  
(Irineide Silva)

### **2.1 – Contextualizando o processo de catação de materiais recicláveis**

O Brasil é considerado um país urbano contando com 85% da população vivendo nas cidades, principalmente as grandes capitais onde a industrialização cresceu. Grandes contingentes populacionais vivem nas grandes cidades em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, morando em áreas socialmente segregadas, marginalizadas, às vezes, não participando da construção da cidade como prevê os arts. 182 e 183 da Constituição federal de 1988 que trata da política urbana municipal. É recente a participação popular na política da cidade e na gestão de programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida. Tanto este programa quanto as Conferências das Cidades como participação popular têm início com o Governo Lula.

Manaus está situada nas margens do rio Negro, afluente à esquerda do rio Amazonas e capital da Unidade Federativa do Amazonas e seu nome é uma homenagem aos índios “Manaós”, tribo originária da região. A cidade nasceu aproximadamente no ano de 1669, de um pequeno forte em pedra e barro com quatro canhões, o qual teve o nome de Forte de São José da Barra do Rio Negro. Mas, somente em 1833 recebeu o título de cidade, tornando-se a capital da Província do Amazonas. As cidades nascem da relação do seu conjunto de sociedade, composição e funcionamento dos elementos de sua história, sejam elementos culturais, econômicos e ambientais. Conforme Nascimento e Torres (2008, s/p. Revista<sup>9</sup>),

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. Atualmente muitos autores afirmam que o mundo se torna urbano devido ao rápido crescimento das cidades modernas e à transformação de vastas áreas em aglomerados urbanos.

---

<sup>9</sup> Revista eletrônica disponível em [www.autor.com.br](http://www.autor.com.br), acesso em 06/04/2013.

Hoje vemos todas as cidades, especialmente as mais desenvolvidas tecnologicamente como personificação da modernidade e nos dá a sensação de poder encontrar e ter tudo para o bem-estar material. Mas há periferias com uma problemática agravada pela exclusão social, doenças, áreas degradadas com o acúmulo do lixo, moradias improvisadas e outras mazelas.

A zona urbana de Manaus possui menos área verde do que dez anos atrás, uma contradição por ser Manaus a metrópole do Norte do país incrustada no coração da selva. Manaus já perdeu 65% de sua área vegetal, sendo 20% de área degradada nos últimos vinte anos (coincidindo com a explosão demográfica)<sup>10</sup>. Junto a essa situação está o agravamento de doenças infectocontagiosas, acidentes de trânsito, assaltos, violências, drogas, mortes. Para Oliveira (2011) não é o avanço da urbanização, sua escala ou velocidade que constituem problemas em si, mas, o modo como estes ocorrem, relacionados à forma de ocupar o solo, a mobilidade da população, a qualidade dos espaços físicos, as condições econômicas, as demandas sociais e as características ambientais.

As especulações imobiliárias também estão cada vez mais altas. Manaus completa 344 anos e aceleradamente perde suas características regionais e o respeito pelo homem da floresta. Muitas situações recentes atraem grandes populações para a capital do Amazonas, como a possibilidade de obtenção de emprego nas variadas construções de condomínios realizadas pelas grandes construtoras da especulação imobiliária, em preparação intensa da cidade para a próxima copa de 2014.

Caminhando por algumas das cidades amazônicas como Belém e Manaus, percebemos que as áreas mais atingidas são também as mais distantes do centro da cidade e são as mais pobres. De acordo com Carlos (1992, p. 41) “a população mais pobre também procura as áreas mais distantes por outros motivos: os terrenos são mais baratos, falta infraestrutura e existe a possibilidade de autoconstrução”.

Os espaços pauperizados estão em áreas distantes sem infraestrutura, sem coleta de lixo e sem transporte coletivo. Espaços estes ocupados geralmente por migrantes de outros municípios ou estados. A expansão demográfica dos deslocamentos para o Amazonas ocorreu, inicialmente, no período da economia da borracha no final do século XIX e nos anos de 1970 no âmbito do projeto Zona Franca de Manaus. Os indicadores do gráfico 1 mostram os anos de maior explosão populacional na cidade de Manaus nos últimos 43 anos.

---

<sup>10</sup> Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_bairros\\_de\\_Manau](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_bairros_de_Manau). Acesso 03.04. 2012

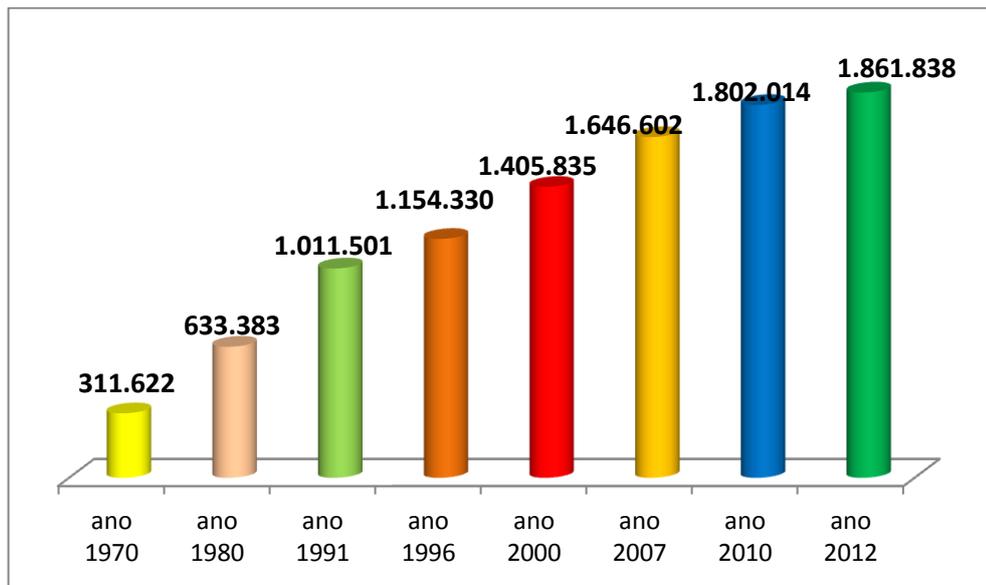
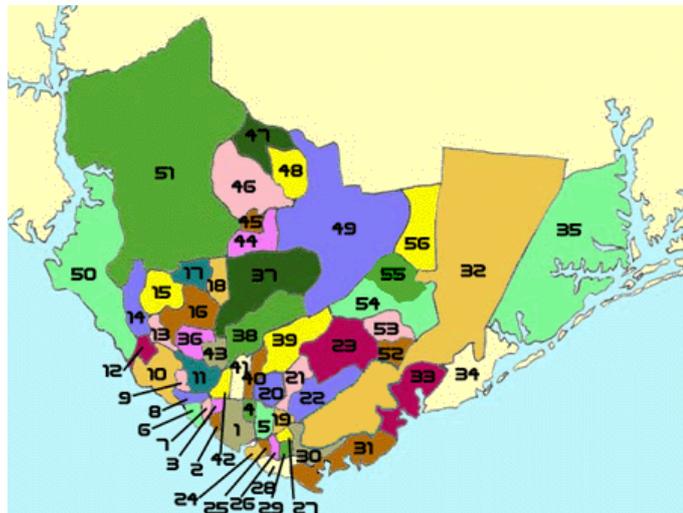


Gráfico 1: Anos de maiores explosões demográficas de Manaus de 1970 a 2012  
 Fonte: IBGE/ 2012

Com essa crescente explosão demográfica, especialmente no período de 1970 a 1991 quando houve um salto maior de 103,05%, a estruturação da cidade tomou forma de mosaico, onde em algumas partes está a cidade modernizada, e em outras, aparece a cidade favelizada. Ocorre, então, uma nítida divisão de classe. Conforme Oliveira (1999, p.234) “a cidade é uma produção coletiva e o espaço urbano contém com maior ou menor relevância cada um dos seus moradores, e hoje tende à lógica do capital”. Manaus é uma cidade de contrastes entre o urbano e o rural no mesmo espaço.

A população de Manaus está distribuída em 56 bairros e 06 Zonas consideradas Zonas Administrativas por uma questão de gestão urbana, são elas: zona sul, Centro sul, Oeste, Centro Oeste, Norte e Leste, detalhadas no mapa a seguir:

**Mapa: Bairros da Cidade de Manaus - Amazonas – Brasil - 2010.**



Fonte: site Enciclopédia Livre<sup>11</sup>

ZONA SUL	ZONA CENTRO SUL	ZONA OESTE	ZONA CENTRO OESTE	ZONA LESTE	ZONA NORTE
1- Centro	37- Flores	6- São Raimundo		23- Coroado	44- Col. Santo Antônio
2- Aparecida	38- Parque 10	7- Glória	36- D. Pedro I	32- Distrito Industrial	45- Novo Israel
3- Pres. Vargas	39- Aleixo	8- Santo Antônio	15- Planalto	33- Mauazinho	46- Col Terra Nova
4- Praça 14 de Janeiro	40- Adrianópolis	9- Vila da Prata	16- Alvorada	34- Col. Antônio Aleixo	47- Santa Etelvina
5- Cachoeirinha	41- N. Senhora das Graças	10- Compensa	17- Redenção	35- Puraquequara	48- Monte das Oliveiras
19- Raiz	42- São Geraldo	11- São Jorge	18- Bairro da Paz	52- Armando Mendes	49- Cidade Nova
20- São Francisco	43- Chapada	12- Santo Agostinho		53- Zumbi dos Palmares	
21- Petrópolis		13- Nova Esperança		54- São José Operário	
22- Japiim		14- Lírio do Vale		55- Tancredo Neves	
24- Educandos		50- Ponta Negra		56- Jorge Teixeira	
25- Santa Luzia		51- Tarumã			
26- Morro da Liberdade					
27- Betânia					
28- Col. Oliveira Machado					
29- São Lázaro					
30- Crespo					
31- Vila Buriti					

Como foi dito anteriormente, Manaus é uma metrópole abrangendo um raio de 44.130,42ha. A região metropolitana foi criada pela Lei 64 de 30 de abril de 2009, com a integração de 13 municípios: Manaus, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Careiro da Várzea, Manaquiri, Careiro Castanho, Autazes, Itapiranga e Silves.

Esta pesquisa é desenvolvida nas zonas Norte e Leste de Manaus que são as áreas mais populosas da cidade: Segundo o mesmo site, a Zona Leste é composta por entorno de

<sup>11</sup> Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_bairros\\_de\\_Manus](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_bairros_de_Manus). Acesso 03.04. 2012

447.946 habitantes, sendo 25,0% da população de Manaus. Já na Zona Norte a população é maior sendo em torno de 501.055 habitantes, sendo 28,0% da população da cidade. O poder público procedeu ao loteamento de várias áreas já ocupadas, constituindo-se os grandes bairros com vários loteamentos como o Rio Piorini no bairro Santa Etelvina, grande Zona Norte, onde se encontra uma das Cooperativas entrevistadas.

O loteamento do Rio Piorini foi feito sem planejamento adequado e a população ficou muito próxima às áreas de conservação que hoje já estão ocupadas. O bairro Santa Etelvina tem uma população de 26.260 (1,5% da população de toda a Zona Norte), contando com 13.184 homens (50,2%) e 13.076 e 13.076 (49,8%) de mulheres. A zona Norte agrega o lixão de toda a cidade no km 19 que também já fica próximo de loteamentos e condomínios.

A Zona Leste também é composta por muitos bairros construídos a partir de ocupações e com um número populacional menor que o da Zona Norte por causa de grande parte da área (45%) pertencer à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Segundo o PNAD (2009) esta é uma das áreas com maiores índices de degradação ambiental, baixo índice de desenvolvimento urbano, maior índice de violência e de doenças tropicais. Um exemplo é o bairro São José Operário, área da base da segunda cooperativa pesquisada e é um dos maiores bairros onde a população é de 66.169 habitantes abrangendo, 3,7% da população manauense. Destes, 32.416 são homens (49,0% ) e 33.753 são mulheres (51,0%).

O uso intensivo do solo e, a ausência de planejamento tem gerado disfunções espaciais e ambientais, repercutindo na qualidade de vida de homens e mulheres e isto se dá de modo diferenciado, atingindo na maioria das vezes de forma intensa, a população de baixa renda. Sachs (2004) alerta para o fato de que o crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, não reduz a pobreza e não atenua as desigualdades, além de depreciar a força de trabalho e os recursos naturais. E é exatamente isso que vemos: as disfunções socioespaciais e ambientais degradantes para o convívio humano, pois, a explosão demográfica de Manaus coloca em xeque especialmente a relação do homem com o meio ambiente natural.

Dentro desse processo a produção de resíduos de toda a população manauense em 2011 era de 545.019720 toneladas ao ano, segundo o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Essa coleta não é realizada com qualidade porque inexistente uma política adequada para o tratamento dos resíduos. Por ocasião da cheia e vazante dos rios, os resíduos ora vem para a superfície da água ora aparecem por baixo das palafitas especificamente. Os resíduos

estão aglomerados em todas as áreas de Manaus do centro às periferias. Decerto que as áreas com grandes aglomerados de moradia, geralmente são as mais afetadas, seja pela inadequação da localização da lixeira, seja pela falta da coleta pública do lixo. A insalubridade e inadequação de moradias próximas às lixeiras atingem a qualidade de vida da população urbana, prejudicando fortemente a sua saúde. Como explica Bentes (2005, p. 82) referindo-se à cidade de Manaus,

Nos casos de inexistência de coleta pública de lixo, os moradores utilizam formas alternativas para livrar-se do lixo doméstico produzido, como queimar, enterrar, jogar na rua ou no rio e igarapés que se constituem em perigo para a saúde, por transformarem-se em focos de disseminação de insetos, roedores, vetores de todos os tipos de doença (leptospirose, diarreias, dentre outras).

O trabalho da catação está relacionado com a prática da sustentabilidade ambiental e econômica. Ambiental por minimizar a quantidade de resíduos a serem destinados aos lixões ou aterros sanitários, pois, evitam-se minimamente consequências ambientais de poluição do ar, do solo e dos lençóis freáticos. Quanto ao aspecto econômico, a reciclagem e o reuso não só geram renda como também aumentam a oferta de matérias primas no mercado secundário. No Amazonas os custos logísticos são demasiadamente altos por causa da falta de estradas especialmente para sair ou chegar a Manaus.

O Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro/2010 regulamenta a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 que institui a política nacional de resíduos sólidos, cria o comitê interministerial da política nacional de resíduos sólidos e o comitê orientador para a implantação dos sistemas de logística reversa e outras providências.

Este decreto viabiliza a concessão às empresas para fazer uso da reciclagem dos próprios produtos que podem ser reutilizáveis, no caso de vidros (garrafas) e recicláveis, tais como o papel, papelão, PET e alumínio. Essa concessão é feita por intermédio de benefícios fiscais para não aumentar o número de empresas no setor da reciclagem. Trata-se de uma lei específica para o pós-consumo.

Nessa mesma lógica se dá a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei 12.305/2010, que regula a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos pelas prefeituras. Com base nesta lei deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: a redução, a reutilização e a reciclagem além do tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, através da união entre governos estaduais e municipais para conceder

incentivos às indústrias de reciclagem. Os municípios só poderão receber verbas do governo federal para projetos de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos depois de aprovarem planos de gestão de resíduos de modo participativo, envolvendo setores envolvidos como indústrias, sociedade e catadores de materiais recicláveis, pois, todos eles fazem parte deste processo.

O Programa Cidades Sustentáveis do Governo Federal disponibilizou neste ano de 2013, uma Cartilha de apoio à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos<sup>12</sup>, destacando a parte econômica, social e ambiental no processo de uma logística reversa de toda a sociedade. Trata-se de um grande desafio porque requer participação dos cidadãos individualmente e das organizações sociais, setores empresariais e governos nas três esferas.

A gestão de resíduos sólidos ainda não é realidade, necessita de uma política consistente e com adesão da sociedade. Isto é bem diferente da logística reversa para empresas que é uma obrigação muito mais que adesão livre. A reciclagem precisa ser levada a sério para que se obtenha novamente a matéria prima no processo produtivo. Ela engendra valor econômico, gera renda.

Os trabalhadores de materiais recicláveis precisam compreender o processo da reciclagem, a forma pela qual ela está interligada com outros setores da gestão pública como, por exemplo, o saneamento básico e a educação ambiental. Leal (2010) destaca que a parceria entre catadores e prefeitura se justifica não somente em termos ambientais, mas também porque envolve o desemprego, além de assumir uma perspectiva política favorável à gestão ambiental e social da cidade.

A gestão pública, a sociedade e o setor empresarial têm suas responsabilidades. Trata-se de uma responsabilidade compartilhada e isso requer além dos incentivos aos empresários, incentivos também às formas de criação e desenvolvimento de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, como se pode observar na fala de Alzenira Araújo (40 anos), a saber:

Nós nunca recebemos nem apoio nem incentivo da gestão pública para formar a cooperativa. Nós nos organizamos como podemos. Na organização interna, em nossa cooperativa, a gente se preocupa com as mulheres para não fazer tanta força. Elas ficam na triagem do plástico e os homens com o papelão que é mais pesado, mas quando precisa a gente faz força também como foi no outro dia que chegou um caminhão cheio de livros da seduc. Todo mundo colocou a mão na massa (entrevista/2013).

---

<sup>12</sup> Ver Guia Cidades Sustentáveis disponível no site: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/residuos>. Acesso dia 10.05.2013

De acordo com Leal (2010, p. 121) “as catadoras estão claramente excluídas de todo o processo de políticas públicas. Estão na zona de esquecimento, formando as parcelas vulneráveis e subalternas da população das práticas de cidadania”. A autora acrescenta que “as mulheres catadoras, ao se inserirem nas cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos, demonstram uma forma de resistência frente ao processo de exclusão social a que estão submetidas” (LEAL, 2010, p. 141).

Atualmente, é obrigatório que a gestão municipal de resíduos sólidos seja guiada por um plano, o qual deve ter como base um diagnóstico da situação dos resíduos e situação social dos catadores/as do município nos respectivos territórios detalhando a origem, o volume, a caracterização e as formas de destinação<sup>13</sup> e disposição final<sup>14</sup> adotadas pelas municipalidades. O importante é reduzir a quantidade de rejeitos<sup>15</sup> a serem encaminhados para a destinação.

O plano deve estar ancorado em leis que tratam dos resíduos e deve garantir o acompanhamento e o monitoramento ou controle do cidadão e avaliação periódica. Deve conter os indicadores de desempenho operacional e socioambiental dos serviços de limpeza pública e de manejo de resíduos sólidos, coleta seletiva (incluindo os orgânicos) e a operacionalização dos sistemas de logística reversa e dos planos de gerenciamento de resíduos industriais, minerários, de construção civil e de saúde.

Isto requer a promoção da cultura e educação incluindo escolas e comunidades, pois deve ser uma questão transparente, ou seja, deve realmente informar para onde vai o resíduo, além de promover dinamismo, criatividade e o uso responsável dos recursos e produtos. Isso se dá pelo incentivo ao consumo sustentável.

Um exemplo é o incentivo que o Governo Federal está repassando ao consumo sustentável através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) à agricultura familiar e escolas<sup>16</sup> as quais estão promovendo uma verdadeira transformação na realidade regional. De acordo com Medeiros e Oliveira (2008, p. 46)

O estudante roraimense comendo matrinxã como alimentação escolar, o aluno gaúcho comendo pinhão, o goiano comendo piqui e o estudante baiano comendo a tapioca [...]. A produção e alimentação como sustentabilidade da

---

<sup>13</sup> Destinação é o tratamento que é dado ao resíduo que colocado à disposição para ser reciclado.

<sup>14</sup> Disposição final é o local onde serão dispostos os rejeitos: lixão, aterro controlado ou aterro sanitário.

<sup>15</sup> Rejeitos são resíduos que não tem mais aproveitamento (lixo).

<sup>16</sup> Cartilhas MDA, O encontro da Agricultura familiar com a alimentação escolar disponível em [www.mda.gov.br/alimentacaoescolar](http://www.mda.gov.br/alimentacaoescolar), acesso novembro/2012.

vida humana torna-se central na economia [...] produz-se para o autoconsumo ao invés para o mercado.

A economia solidária consiste num jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver de modo justo e solidário. Para isto, as políticas também se fazem necessárias.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10 - PNRS) introduz responsabilidades diretas ao manejo dos resíduos sólidos especialmente para reduzir o impacto ambiental que não era regulado pela Política Federal de Saneamento Básico (Lei 11.445/07). Abrange a cadeia de resíduos (logística reversa) que no Brasil, a responsabilidade está com os catadores há aproximadamente 50 anos. E mesmo sendo uma categoria reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as condições em que esses trabalhadores se encontram são precárias e ainda não fazem parte do índice mais detalhado de trabalhadores existentes no Brasil.

Em alguns estados brasileiros existem cooperativas bem sucedidas como no caso da conceituada Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis (ASMARE) em Belo Horizonte. Mas, no geral, as Associações e Cooperativas sofrem pela exploração econômica de empresários ou mesmo de intermediários ou atravessadores como são conhecidos no meio comercial. São esses atravessadores que compram os materiais dos catadores por preços três vezes menores que a revenda. Existem também comerciantes que querem vender o material já descartado na frente da sua loja. A pesquisa divulgada pela Fundação AVINA<sup>17</sup> que, na Bahia, as garrafas PET compradas pelos atravessadores a R\$0,15 são vendidas a R\$ 0,90/Kg.

Os planos municipais devem ser elaborados na forma de gestão integrada de resíduos. Cidades com até 20 mil habitantes, as prefeituras poderão apresentar seus planos em versão mais simplificada, mas, todas devem estar integradas a outras políticas tais como: a Política Nacional de Mudanças Climáticas, a Política Nacional do Meio Ambiente e Política de Saneamento Básico e as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A resolução 316/2002 que prescreve a utilização de tratamento térmico dos resíduos aponta formas para pós-uso como a reutilização e a reciclagem, objetivando a qualidade do meio ambiente natural bem como a saúde da população.

---

<sup>17</sup> Fundación Avina: Lideranças para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina

As diretrizes chamam a atenção quanto ao cuidado com um tratamento antigo que a população e prefeitura se valiam que é a incineração. O Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis que é contrário à incineração<sup>18</sup> do material nos lixões porque é um dos meios não adequados no tratamento dos resíduos, quanto às organizações ambientalistas, pois definitivamente a incineração faz mal ao meio ambiente e à saúde coletiva, além de dar lucros somente às termoeletricas privadas. Portanto, a incineração não é recomendável. A coleta seletiva torna-se, então, uma prioridade para a Política Nacional de Resíduos Sólidos. E a inclusão de catadores de materiais recicláveis deve ser também priorizada nos planos e resoluções locais.

São três os princípios básicos para o manejo de resíduos sólidos: a formulação do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, construído de forma participativa, com indicadores e metas para as seguintes prioridades: redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Até agosto de 2014 todos os lixões devem ser fechados e os catadores incluídos no Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal, ou seja, devem ser incluídos nos Programas Federais. Para Sposati (2006, p.123),

É preciso que a política de assistência social ganhe visibilidade no que se refere ao seu significado e à sua extensão. A assistência social no Brasil não é apenas pronto-socorro social, mas o principal mecanismo pelo qual se opera a extensão de serviços de infraestrutura urbana e social aos pauperizados. Desta maneira, reduzir a desigualdade social.

A prerrogativa da participação dos catadores vem sendo assumida por diferentes iniciativas legislativas, incluindo o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que prevê a realização de debates, audiências e consultas públicas nos processos de elaboração e discussão dos Planos Plurianuais, das Leis de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual, sendo reconhecidamente um instrumento de legitimidade do governo. Todas as responsabilidades determinados nos Planos de Gestão são também essenciais para garantir efetividade dos mesmos. Para isso, é preciso estabelecer o marco regulatório em nível municipal, estadual e federal, bem como a avaliação dos atuais convênios com empresas

---

<sup>18</sup> Incineração é a queima do lixo em fornos e usinas próprias. Era um costume da gestão pública pela vantagem em reduzir bastante o volume de resíduos, chegando até 90% em temperaturas de até 900C. Hoje contestado pela reciclagem e pela forma de poluição do ar.

urbanas e com cooperativas e associações de catadores e catadoras, objetivando a melhoria desses serviços.

Rolnik (2013) acredita que a política urbana brasileira é historicamente dominada por uma coalizão entre interesses empresariais e políticos. Conforme esta autora,

Há uma exigência de um novo modelo de cidade no Brasil. Esse movimento nas ruas, ou uma parte importante dele, é pelo direito à cidade, é uma forma de participar e dizer qual o modelo de cidade que queremos. Na hora em que a pauta e a agenda dos protestos viram não apenas o valor da tarifa e a qualidade dos transportes, mas também saúde, educação e Copa do Mundo, o que temos é uma discussão sobre o modelo de cidade em que vivemos. A ideia de que tudo não passa de um problema moral dos políticos corruptos, na verdade, esconde quem ganha e quem perde com o atual estado das coisas no Brasil. Esconde o que é verdadeiramente uma coalizão dominante na política urbana desse país, na qual políticos ganham a reprodução de seus mandatos, podendo ou não ganhar dinheiro para seus bolsos. Em contrapartida, os interesses empresariais ganham rios de dinheiro e sua prestação de serviços são muito ruins. O lobby e o cartel que as empresas concessionárias de ônibus, por exemplo, têm historicamente na maior parte das cidades do Brasil é altamente lucrativo. Há uma relação forte entre o sistema político e os interesses empresariais que giram em torno dos serviços de obras públicas. Desde a Constituinte, o direito à cidade para todos já era uma das pautas. A população cobrou isso nas ruas, mas essa ruptura não aconteceu. Mas, é possível que ela aconteça (RONILK, 2013<sup>19</sup>).

Todos os locais de destinação devem ser previamente definidos em detalhes como: o tipo de coleta realizada, limpeza de feiras ou podagem de áreas verdes municipais com definida destinação para um possível sistema de compostagem do município. Portanto, tudo deve ser quantificado e qualificado dentro de um plano integrado para contribuir no gerenciamento de cada unidade de gestão do município.

Quanto aos aspectos econômicos é muito importante que sejam analisadas as possibilidades de novos processos, desenhos de produtos e embalagens mais eficientes e tecnologia de recuperação dos resíduos já existentes. Quanto aos aspectos sociais, como já assinalamos, a inclusão de catadores de materiais recicláveis é o caminho para o sucesso do futuro Programa de Coleta Seletiva de cada município que incluirá a geração de trabalho e

---

<sup>19</sup> Entrevista com Raquel Ronilk sobre as manifestações no Brasil. Ela é Relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Disponível em <http://www.apn.org.br/w3/index.php/questoes-urbanas/5583-raquel-rolnik-a-conquista-do-direito-a-cidade>. Acessado dia 20.07.2012.

renda. Muitos desses trabalhadores além de terem somente esta alternativa são os mais capacitados a lidar com essa realidade de coleta e separação do material, tendo em vista os anos de experiências neste trabalho. Mas, faz-se necessário um diagnóstico da realidade do município. Na fala de Irineide Silva (37 anos) percebemos esta clareza, ao revelar que,

O ideal seria que se contratassem as cooperativas e associações de catadores para que eles fizessem a coleta. Ninguém melhor que um catador para dizer a você como é o trabalho. A equipe da prefeitura faz a entrega, mas eles vão pra dormir embaixo das árvores, pegar uma sombra, por quê? Porque eles já têm um salário, eles estão ali só pra cumprir aquela rota, àquela hora, aquela escala, mas, nós não, nós, sobrevivemos disso, então, uma vez que eu busco minha sobrevivência através do meu trabalho, eu vou me esforçar para me garantir (entrevista/2013) .

A cidadania delega ao Estado funções importantes em termos de sedimentação de canais de participação. Esse espaço participativo provém da própria sociedade, sob o signo do controle democrático do Estado através da política sindical, da identidade cultural, do associativismo e do cooperativismo como canais de participação. Conforme Demo (1996, p.38), “a qualidade do Estado está precipuamente na cidadania organizada que o funda. Onde falta sociedade civil organizada, temos tipicamente massa de manobra, seja sob a forma de letargia cultivada e mantida seja sob a forma de ditadura opressora. São as manifestações mais drásticas de pobreza política”.

Para fazer o diagnóstico é pertinente começar pelo mapeamento de cada bairro com suas peculiaridades, necessidades, potencialidades, nível de comunicação. Organizar grupos de moradores comerciantes, donas de casa, catadores e demais interessados em construir um mapeamento para fundamentar estratégias ao plano e sua execução. No Brasil e em alguns países já tem cidades que alcançaram coleta totalmente seletiva. Um exemplo brasileiro é a da cidade de São José dos Campos (SP) e Goiânia (GO).

Segundo o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (2011), a deposição de resíduos sólidos de Manaus acontece desde 1988 no KM19 da Rodovia AM 010. Em 2006 foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (TACA) devido intervenção do Ministério Público Estadual mediante tratamento inadequado do lixo urbano. Em 2007 foram feitas algumas melhorias embora não se tenha conseguido implantar um Aterro Sanitário, mas, um Aterro Controlado. Em 2010 foi feita intervenção novamente à prefeitura para que se implantasse um aterro sanitário, mas, em outro local. Em 2012, ainda que, com pleno vigor da

Lei 12.305/10 (PNRS), a prefeitura tentou nova privatização do tratamento do lixo que dava o direito de 30 anos de gestão privativa do lixo. Foi, então, que houve a manifestação pública em termos de Ação Direta do MNCR, Comitê Manaus e Estadual contra essa ação e em favor da prioridade da coleta seletiva, logística de materiais recicláveis e reaproveitáveis pelas cooperativas e outras formas de organização de catadores, que teve apoio direto do Ministério Público Federal.

Para Alzenira Araújo (40 anos), presidenta da Coopcamare, o trabalho de catação é sempre um aprendizado seja no diálogo com o poder público e ou na negociação do preço dos produtos com as empresas. Vejamos seu relato:

A minha parte é negociar e vender nosso material. Só tenho medo porque eu sei mais ler do que escrever. Eu tenho medo que nos enganem. A gente então se ajuda, especialmente nós mulheres. Quando eu viajei as mulheres cooperadas que ficaram deram conta de ir até a empresa e negociar o preço. Os homens que ficaram na associação não deram conta de fazer isso não. Com o poder público é mais enganação. Então, eu penso que algumas coisas podem mudar, mas outras, não (entrevista /2013).

As catadoras precisam ser conhecidas em suas necessidades e potencialidades na elaboração e implementação de políticas públicas. De acordo com Torres (2012, p. 105) “é preciso traduzir as políticas públicas em engajamento, fazendo o papel indutor na interlocução política para que o Estado ouça os movimentos sociais em suas demandas, do contrário continuaremos reproduzindo as estruturas de poder que estão postas há muito tempo em nossa região”.

As mulheres catadoras organizadas em associações e cooperativas se forjam no trabalho da catação, na cooperativa a que pertence, no bairro, na comunidade, na cidade, tendo por base a sua experiência e aprendizagem adquiridas ao longo do processo de reciclagem.

## 2.2 – O processo organizativo das catadoras de materiais recicláveis em associações e cooperativas

Percebemos na caminhada de organização política das minorias sociais que as instituições de apoio e de assessoria técnica (os intelectuais orgânicos) são realmente importantes, como no caso da organização dos catadores de materiais recicláveis de Manaus. A nossa pesquisa constata que em 2005 um sacerdote da Igreja Nossa Senhora dos Remédios em Manaus, ao perceber a luta inglória dos catadores que chegavam a disputar violentamente o material, solicitou à Caritas Arquidiocesana de Manaus para que realizasse o trabalho de organização dos catadores no local. A Caritas de Manaus, por sua vez, deu início ao acompanhamento dessa categoria abrindo uma linha de ação específica dentro da economia solidária, já que em nível nacional havia essa linha específica de trabalho.

A equipe de assessoria técnica fez o acompanhamento na formação e organização de associações e cooperativas. Essas duas cooperativas de catadoras pesquisadas tem três anos de fundação, mas, nasceram de associações (uma tendo em média 05 anos e a outra tendo em média 08 anos de experiência Associativa). De acordo com Irineide Silva, presidenta da Ecooperativa, a fundação da cooperativa foi muito importante, pois, “enquanto associação não era possível vender nem comprar, nem beneficiar o material. Além disso, participando dos encontros de formação do movimento de Catadores vimos que é importante a cooperativa até mesmo no caso de contratação de nossos serviços” (entrevista/2013).

De fato, a Associação está mais voltada para a busca de efetivação dos direitos adquiridos, enquanto que a Cooperativa é uma alternativa política e econômica para qualquer categoria negociar seu produto ou serviço podendo emitir nota fiscal, fazer balancete financeiro, ter mais controle econômico sobre compras e vendas. Como destaca Singer (2002, p. 89), “a cooperativa possibilita compras em comum a preços menores e vendas em comum, a preços maiores”. No caso das cooperativas de catadores, possibilita armazenar e vender juntos o produto, aumentando o volume do material que é vendido geralmente por toneladas. Alzenira Araújo presidenta da Coopcamare fala da experiência e decisão destas trabalhadoras em optar pelo modelo de ser associação e cooperativa. Vejamos o seu relato:

Nós decidimos ser cooperativa, mas não deixamos de ser associação. Cada uma tem seu objetivo. A cooperativa vai dar pra gente a oportunidade de ser contratada pela prefeitura. Vamos ver. A caminhada é muito difícil. Muita gente desiste da organização (entrevista/2013).

A cooperativa também é força política na reivindicação por melhorias perante o poder público. Como diz Ferraz (2009, p. 67), “tanto os conselhos quanto os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil são espaços de disputa política, de debate de projeto, negociação de interesses e estabelecimento de consensos, ainda que precários e sempre sujeitos a redefinição e negociação”. O mais importante é que enquanto sociedade organizada faz-se necessário discutir participando de novas relações e decisões sobre os rumos da cidade.

As dificuldades encontradas pelas mulheres cooperadas são muitas, principalmente o fato de não haver um local adequado para armazenar o material, no caso, um galpão próprio. As cooperativas geralmente alugam um galpão em torno de R\$ 700 (setecentos reais) a R\$1.200 (Um mil e duzentos reais), ou coloca numa área, na rua, por exemplo, geralmente próxima à residência da presidenta como é o caso demonstrado na imagem 4.



Foto 4: Cooperativa sem local para armazenamento do material – Coopcamare – Zona Leste  
Fonte: Luiza de Marilac M. Moreira//pesquisa de campo/ 2013.

Na cidade de Manaus apenas a Ecocooperativa tem galpão adequado por concessão de uso feito pela Arquidiocese de Manaus como vemos na imagem 5.



Foto 5: Galpão da Ecocooperativa – Zona Norte –  
Fonte: Luiza de Marilac M. Moreira//pesquisa de campo/ 2013.

As demais cooperativas e grupos não têm onde estocar o material coletado. Conforme Alzenira Araújo “nós precisamos de galpão e de logística para vender o material. A prefeitura ultimamente disponibilizou um caminhão, e isso está dando é briga porque as associações e cooperativas ainda não se uniram, às vezes eu penso até em desistir de tudo, sabe” (entrevista/2013). Para Leal (2010, p.90),

Essa nova forma de gerir os resíduos sólidos por meio da intersetorialidade, em que políticas como a Saúde, o emprego e a geração de renda, a capacitação para a economia solidária dentre outras, possam constituir a rede de promoção/proteção social desses trabalhadores, gerando por consequência, a redução dos riscos socioambientais

Irineide Silva é enfática em dizer que,

Em todo esse tempo nós não tivemos condição de comprar um terreno, aliás todas as cooperativas e associações não têm galpão próprio, ou é cedido ou é alugado e o aluguel é sempre alto. O mais incrível é que por conta disso perdemos muitos editais para ter acesso a maquinários, EPIs, perdemos muito recursos federais. Até agora entra e sai prefeito, e junto, as promessas de galpões. Nunca se cumpre esse direito que é nosso (entrevista/2013).

De fato, a responsabilidade de concessão de uso de galpões deve ser do poder público local, mas, que até agora só foram promessas. Recentemente ouvimos do representante da Secretaria de Limpeza Urbana de Manaus no I Encontro de Catadores de Materiais Recicláveis da Amazônia Legal (ECAL) realizado nos dias 11 e 12 de junho de

2013, que a prefeitura está providenciando seis (06) galpões, um por zona para que seja administrado pelas cooperativas, além da contratação dos serviços prestados pelas cooperativas ao serviço público. O referido representante informou que o orçamento da folha de pagamento está passando pelo Tribunal de Contas para trâmites legais e burocráticos, próprios da gestão pública. E que neste ano de 2013 irão inaugurar os dois primeiros galpões, um na Zona Norte e outro na Zona Leste.

Uma das lideranças ouvidas na pesquisa revelou que a gestão democrática da cooperativa está sendo uma experiência bem diferente, pois na medida em que todas as pessoas envolvidas têm conhecimento do que está acontecendo de forma mais geral, toda a Cooperativa ganha. Vejamos o relato de Irineide Silva, presidenta da Ecocooperativa: “agora, nós cooperados, aqui do galpão, nos reunimos todas as sextas-feiras no final da tarde para dizer como foi durante a semana e ver as tarefas de todos para a próxima semana. Assim dá tudo certo e todos se envolvem nas atividades (entrevista/2013). Para, Benevides (1998), o cidadão é alguém que exerce direitos, cumpre deveres e goza de liberdades em relação ao Estado, sendo copartícipe da função do poder público. Estes são elementos essenciais da democracia. Nas cooperativas esse exercício democrático nasceu com a economia solidária.

Singer (2002, p.10) lembra que “a democracia econômica e a gestão coletiva é que caracterizam um novo modo de produção”. Os trabalhadores/as acalantam suas utopias buscando uma sociedade igualitária como possibilidades concretas de reapropriação por eles próprios daquilo que o capital lhes expropriou. A gestão democrática se faz no exercício com erros e acertos em busca de uma nova sociedade.

Sobre isto, uma das cooperadas justificou a necessidade de reunião para avaliação e planejamento semanal da seguinte forma:

Agora é diferente. A gente sente que está melhor porque agora a gente sabe o que está acontecendo. O que é preciso fazer. E isso a nossa presidente está fazendo muito bem porque ela chama a gente para dizer como estão as coisas e a gente dizer também. Chama pra gente ver como vai ser a agenda da outra semana. Agora está melhor (Marcela, 26 anos, catadora cooperada, entrevista/ 2013).

A fala de Marcela, uma das cooperadas entrevistadas mostra que mesmo não tendo uma formação específica e aprofundada em economia solidária, elas realizam a autogestão. De acordo com Singer (2000, p. 19),

A economia solidária melhora para o cooperado as condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando muito a desejar. Afinal de contas, assumir o poder de participar das decisões, e portanto, de estar informado a

respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante para a redenção humana do trabalhador.

Mas nem todos estão exatamente nesse processo, pois, algumas cooperativas ainda não realizam reunião especificamente para tratar da gestão da cooperativa, e somente uma pessoa ou poucas pessoas decidem por todos. Vejamos o que revela uma das cooperadas: “Decidir as coisas? Não, eu não sei muito não. A presidente é que sabe mais. Ela que vê como ficam as coisas” (Maria, 60 anos, catadora cooperada, entrevista/ 2013).

Outra situação é a disputa por resíduos recicláveis e por espaços de coleta. Em meados de 2008 ocorreu um conflito relatado por Alzenira Araújo nos seguintes termos: “a briga por material no centro da cidade de 2008 para 2009 foi muito grande, quase deu em morte. E na verdade a gente hoje convive por respeito, mas, não por companheirismo. Tem cooperativa que quer comandar o centro, expulsou muitos catadores e associações do centro. É verdade”.

As cooperadas precisam de formação em economia solidária. Como assinala Vieira (2010, p. 163),

O papel da incubadora é estimular, subsidiar, fomentar, enfim, criar condições para que os cooperados e cooperadas construam sua capacidade crítica para entender a realidade em constante transformação no mundo do trabalho, criando uma inteligência coletiva capaz de atuar com competitividade no mercado sem abandonar os princípios da economia solidária.

De fato, muitas cooperativas tem gestão centralizadora como revela Marcela Vieira, assessora da Caritas Arquidiocesana de Manaus, a saber:

Precisamos disseminar essa economia que é possível e que é viável desde que tenhamos bases fortalecidas e organizadas e com o entendimento da política do que realmente acontece na Amazônia. Digo que enquanto movimento de economia solidaria ainda estamos nos planos das ideias. Esse cenário não é diferente para os empreendimentos dos catadores. Eles ainda estão nas mãos do capital, são explorados pelos atravessadores. Eles têm dificuldades de trabalhar a autogestão, acabam tendo um empreendimento centralizado com um coletivo de domínio bem reduzido - a gestão e as decisões são feitas por poucas pessoas. Hoje eles trabalham com a metodologia da produção, ou seja, quem produz ganha, quem não produz não ganha. Porque acaba sendo a cultura que eles estão acostumados. Nós, através do projeto cataforte fazemos oficinas de formação para despertá-los para as perspectivas de economia solidária e precisa de desconstrução de

outra cultura e isso não é nada de um ano para outro, requer tempo de formação. Isso demora tempo para maturação (entrevista/2013).

A fala de nossa entrevistada demonstra uma forma de indignação ou talvez desânimo com a organização da economia solidária de modo geral e no setor da catação no Amazonas. Novaes (2008, p. 44) diz que “cooperação e competição fazem parte das tensões nos empreendimentos solidários. De fato, dois tipos de tensões nos empreendimentos de economia solidária. O primeiro ocorre no âmbito interno envolvendo conflito entre as catadoras que às vezes se desentendem em seus interesse pessoais e coletivos. A outra tensão se estabelece no âmbito mais externo da cooperativa e está relacionada com o mercado da reciclagem e sua lógica capitalista na compra e venda de seus produtos.

Para além dessas questões “miúdas”, torna-se fundamental perceber os avanços mais gerais e observar que diferente das mudanças rápidas do sistema capitalista, esta outra economia se dá de forma mais lenta, contudo, mais segura. São muitas as formas de desenvolvimento de cooperativas, associações, grupos. A economia solidária tem a força política gestada gradualmente desde a sua organização no Brasil. O site oficial da Economia Solidária<sup>20</sup> ressalta que,

A economia solidária cresceu e se consolidou nestes 10 anos, avançou em experiências em todos os campos (educação, cultura, produção, comercialização, consumo, marco legal e finanças solidárias) e de forma transversal com as demais lutas sociais do campo e da cidade. Hoje, a economia solidária está presente em todos os estados e em mais de 160 fóruns locais com ações para fortalecer o movimento dentro das práticas de desenvolvimento justo, solidário e sustentável.

Os empreendimentos precisam de acompanhamento ou incubação. A ação formadora das incubadoras é uma realidade necessária. Vieira (2010) sinaliza para a necessidade de acompanhar cada passo dos empreendimentos econômicos solidários, pois, ainda persistem situações do comportamento humano fundado na herança de uma cultura individualista.

As cooperativas de Catadores e Grupos de Catadores de Manaus formam um Comitê Estadual do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e contam com o acompanhamento da Caritas Arquidiocesana de Manaus, através de uma assessoria. O Comitê tem tido apoio da Fundação Banco do Brasil, do Ministério Público e do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis (CIISC)

---

<sup>20</sup> Economia Solidária disponível em <http://www.fbes.org.br/index.php>, acessado em 12.08.2013

do Governo Federal. Enquanto força política busca discutir e decidir sobre várias situações, condições e Leis que amparam a categoria, ao mesmo tempo em que promovem eventos, discussões mais amplas e negociação com a prefeitura e Ministério Público Estadual. Souza (2010, p. 223) considera que,

A Caritas se coloca, junto com outras entidades pastorais ao lado de movimentos da sociedade civil numa mobilização crescente por direitos cidadãos. Na década de 1980, já no ambiente de abertura democrática, após a ditadura militar, os grandes marcos nesse sentido foram as manifestações pelas eleições diretas para a presidência da república (1984) e os debates sobre a nova constituição (1988). A caridade libertadora da Caritas se desenvolveu nesse contexto de mobilizações amplas por cidadania plena, traduzida em direitos civis, sociais e políticos. No rol de reivindicações seriam incluídos também nos anos de 1990, os direitos econômicos e ambientais, na busca de uma sociedade economicamente justa, socialmente igualitária e politicamente democrática.

A Caritas também faz parte hoje das instituições de apoio às organizações de economia solidária e mais especificamente aos grupos de geração de renda, incluindo os catadores/as de materiais recicláveis.

Sobre o mercado de material reciclável, Irineide Silva revela que,

É uma constante variável para o produto das cooperativas, pois, alguns fatores influenciam, a alta de fabricação de alguns materiais como caixas de papelão, a logística, o clima. Por exemplo, no tempo de chuva fica muito complicada a catação e a logística de papelão, o tempo fica melhor para o PET. Por outro lado, as indústrias também fazem seu pedido de material gerando demandas (entrevista/2013).

Esses fatores são imprescindíveis para a venda dos produtos. O mercado sofre altas e baixas de material e de preço. No geral, o que mais coletam e vendem são o papel, o papelão e as garrafas PET, pois não há mercado ou indústrias para todos os resíduos recicláveis em Manaus. É o que diz uma de nossas entrevistadas: “no momento estamos separando papel e PET. O papel a gente vende para a SOVEL e o PET a gente desfia para agregar valor. Nós ainda não conseguimos beneficiar nosso material. Se a gente conseguisse, nós ganharíamos mais. O papelão está parado porque não tem mercado (Irineide Silva, entrevista/2013). Amorim (2010) considera as condições de produção dos empreendimentos de economia solidária inferiores as do grande capital, o nível de preços dos produtos e serviços, posiciona-se de acordo com o mercado capitalista. Uma verdadeira ditadura do mercado.

Quando perguntamos se elas conheciam a economia solidária uma das mulheres respondeu: “não entendo bem, mas acredito que vivemos, porque geralmente entre as mulheres há muita solidariedade entre elas mesmas. Por exemplo, ficar com a filha da outra para trabalhar e partilhar alimentos” (Maria de Fátima, 47 anos, entrevista/2013).

A Ecocooperativa possui um número de 15 mulheres e 03 homens. A outra cooperativa, a Coopcamare possui 15 mulheres e 06 homens. Poder-se-ia dizer que a economia solidária é feminina, porém, o último senso oficial do Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES/2006) mostra que a participação das mulheres era de 36% e os homens com 64%. Sabemos que esses dados precisam de atualização diante do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal e informal. Hirata (2005, p.42) assinala que,

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho se deu no contexto adverso, com aumento do desemprego, desregulamentação do mercado, perdas salariais, aumento da precarização das condições de vida e maior presença feminina nos segmentos menos organizados da economia, com maior ocorrência de contratos informais e menor presença sindical.

A partir do momento em que as mulheres entraram no mercado de trabalho, tudo passou a ter um olhar e uma análise diferente do que se vinha tendo. Santos (2009) fala que a economia solidária e as feministas podem muito contribuir entre si para o seu desenvolvimento.

Do total de 06 catadoras entrevistadas 50% disseram ter de um a dois filhos dependentes, 20% delas afirmaram ter entre três a seis filhos e 30% informaram que não tem filhos dependentes. Vejamos a disposição estatística no gráfico 2.

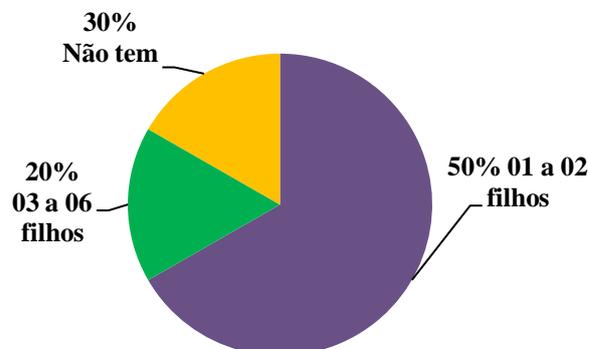


Gráfico 2: Número de filhos dependentes  
Fonte: Pesquisa de Campo/2013.

Para Pacheco (2005, p. 7) o Estado deve ter participação importante no sentido de garantir e prover serviços públicos de qualidade (educação, saúde, lazer) que complementem e, se necessário, substituam as mães durante o tempo que se encontram ausentes de casa e no trabalho. Essas mulheres, muitas vezes sem ajuda externa, têm que dar conta, sozinhas, do sustento da família e do cuidado dos filhos dependentes. Como diz Irineide Silva, presidenta da Ecocooperativa revela que,

Muitas mulheres ainda trazem seus filhos para a sede da cooperativa. A gente sabe que é errado, mas, elas não têm mesmo com quem deixar. Às vezes a gente consegue uma escolinha tipo creche, mas, não é todo dia. E a criança quer muito ficar com a mãe. Então a gente deixa trazer. Outras já são os filhos maiores que cuidam. Geralmente, as maiores já tem quinze anos (entrevista/2013).

Uma das opções para resolver este problema é relatado por Alzenira Araújo, presidenta da Coopcamare da seguinte forma:

Em nossa cooperativa a gente se preocupa com isso, então, geralmente a gente paga alguém para cuidar dos filhos, fazer comida, cuidar da casa. Se não, a gente não aguenta. O trabalho é muito. Tem marido ou companheiro que ajuda em casa também (entrevista/2013).

De qualquer maneira, os filhos geralmente são uma preocupação absoluta das mães. Dados do IBGE (2010) revelam que das 129.820 crianças com faixa etária de 0 a 3 anos existente em Manaus, apenas 8.759 (6,7%) frequentavam creches. A capital contava com 33,7 mil crianças com menos de um ano de idade e 32,2 mil com três anos de idade. Michele Bissoli revelou em entrevista ao jornal Diário do Amazonas,<sup>21</sup> que

Até o ano passado, só existia uma única creche voltada ao atendimento de crianças na capital. Esse ano foram inauguradas quatro creches. Esta primeira que vai ser inaugurada na Zona Leste será para o atendimento de 150 crianças, mas, o que significa isso para uma demanda muito maior? A lista de espera só para essa primeira creche é de 116 crianças.

A creche é um direito assegurado na Constituição e não existirá boa educação sem um modelo eficiente de Educação Infantil que atenda a demanda de mais de 129.820 mil

---

<sup>21</sup> Professora da Universidade Federal do Amazonas em entrevista sobre creches em Manaus, disponível em <http://www.d24am.com/noticias/amazonas/manaus-tem-116-criancas-na-lista-de-espera-por-vagas-em-creches-municipais/88268>, acessado em 10.08.2013.

crianças de zero a cinco anos (IBGE/2010), que estão na fila de espera por uma vaga em creches em Manaus. Uma das principais medidas para as mulheres do Governo Dilma Rousseff foi a criação do Programa Brasil Carinhoso que tira da extrema pobreza famílias com filhos nessa faixa etária. Este Programa foi concebido numa perspectiva de atenção às mulheres, incluindo a expansão da rede de creches no país, além da potencialização da política de saúde. Por isso, além do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa envolve o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação (MEC). Estados e municípios também têm papel importante na implementação do Programa Brasil Carinhoso.

Outro dado da pesquisa é que as mulheres realizam o trabalho mais pesado que os homens. Uma das entrevistadas afirmou que “as mulheres fazem muita força física neste tipo de trabalho. Os homens são poucos, então, quando tem que fazer força somos nós mesmas. A gente faz muita força. E depois ficamos sentindo muitas dores no corpo, incluindo as costas, a cabeça e a pente<sup>22</sup>. Vejamos nas imagens:



Foto 6: A catadora prepara o papel para colocar na prensa.  
Fonte: Luiza de Marilac M. Moreira//pesquisa de campo/ 2013.

---

<sup>22</sup> Na região norte, “dor na pente” refere-se a dor no baixo ventre.



Foto 7: A catadora colocando o papel na prensa.

Fonte: Luiza de Marilac M. Moreira//pesquisa de campo/ 2013.

Outra mulher cooperada ouvida nesta pesquisa reitera o fato de que,

Aqui a gente tem que coletar, separar, cortar, envergar. É muito trabalhoso até porque aqui é mais mulher, a maioria é mulher. Nós que carregamos ajudando os homens a carregar o material quando chega o caminhão com material (Maria de Fátima, 49 anos, entrevista/2013).

Sobre o esforço físico, Leal (2010) revela que para as mulheres este trabalho é desgastante, exigindo das mesmas um esforço extra na medida em que o trabalho só se efetiva mediante esforço físico e dispêndio de energia e muitas horas de dedicação às tarefas. Muitas famílias se beneficiam diretamente dos frutos deste esforço feminino, pois a renda proveniente da atividade é empregada essencialmente para o sustento de maridos desempregados, filhos e até mesmo netos.

Percebemos que as mulheres entrevistadas aparentam ter muito mais idade do que têm devido as longas jornadas de trabalho (uma média de no mínimo 40 horas semanais), exercendo essa atividade em média 10 anos.

As 06 mulheres entrevistadas declararam ter entre 37 a 65 anos de idade. Percebemos que são mulheres envelhecidas pela luta do trabalho. Podemos conferir no gráfico 3 que das 06 entrevistadas, 33% afirmaram ter de 20 a 30 anos, 50% disse ter de 40 a 59 anos, 17% informaram que têm 60 anos em diante.

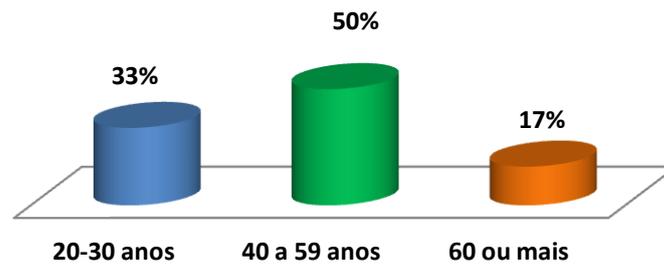


Gráfico 3 – Idade das entrevistadas  
Fonte: Pesquisa de campo/2013.

Quanto à idade das entrevistadas a pesquisa constata que elas estão na faixa etária do índice nacional da população economicamente ativa (IPEA), contando com o número acentuado de mulheres na faixa de 35 a 60 anos de idade. E sua participação é cada vez mais crescente. Dados comparativos da PNAD/IBGE (2010) mostram que o gênero masculino se manteve com 80% da idade ativa e continua sendo a maioria, enquanto as do gênero feminino mesmo sendo em menor proporção referente a eles, tem crescido 54% em dez anos (2000 a 2010).

Isso se deve ao crescimento do nível de escolaridade delas e da necessidade que elas têm de prover a família, sozinhas, como é o caso da maioria de nossas entrevistadas. Esta pesquisa revela que 67% das 06 mulheres entrevistadas chefiam suas famílias, mesmo todas (100%) terem declarado viver com companheiros ou sendo casadas. É o que mostra o gráfico a seguir:

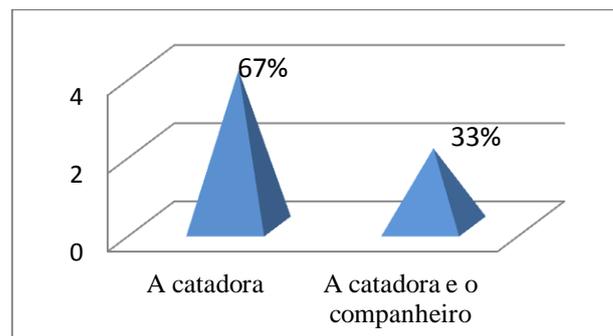


Gráfico 4: Os responsáveis pelo sustento da família  
Fonte: Pesquisa de campo/2013

Já no final da década de 90 alguns dados oficiais aferidos pelo IBGE apontam que cerca de 26% dos lares do país eram chefiados por mulheres. Muito embora os números

confirmassem que mais da metade (55%) das famílias brasileiras fossem constituídas por casais com filhos, outras 17,1% do total são formadas essencialmente por mulheres sem cônjuge e com filhos. Desde então tais dados aumentam cada vez mais a proporção da chefia familiar feminina. O PNAD e o DIEESE (2004 e 2010), indicam que a porcentagem de domicílios chefiados por mulheres aumentou em 32,2% , mas, segundo as mesmas fontes elas tem renda inferior aos domicílios com chefia masculina.

Segundo Montalli (2000) as condições de vulnerabilidade e pobreza que permeiam essas famílias exigem cada vez mais a dimensão da responsabilidade dessas mulheres na luta pela sobrevivência. Uma das entrevistadas disse ser ela mesma a provedora do lar, revelando que “muitas vezes, o marido chega bêbado ou gasta o dinheiro que recebe. A mulher é quem se preocupa com a família” (Maria de Fátima, entrevista/2013).

A participação das mulheres no mundo do trabalho é considerável, porém, essa participação no caso das catadoras não se traduz em melhoria de qualidade de vida, nem em respeito aos seus direitos. A economia solidaria representa a possibilidade de mudanças desta situação com o evento das novas tecnologias sociais.

Pinheiro e Barbosa (2012, p.96) revelam que há oito anos atrás, o prefeito de Manaus fez uma proposta ao grupo de mulheres que catavam no lixão para que elas se integrassem a um projeto de coleta seletiva do município, contanto que o grupo se responsabilizasse pelo local de destino final do material que viria do caminhão todas as quartas feiras. Esse local foi à casa de uma das famílias e a coleta seletiva nunca chegou. Chegou todo o material que iria para o aterro. Hoje, o lixão está fechado para os catadores, mas, esse processo continua o mesmo. Em alguns dias da semana os caminhões levam todo o material para seis (06) cooperativas realizarem a triagem do material.

A sociedade também não está preparada para a coleta seletiva. Barbosa (2012, p. 128) relata que “iniciativas de coleta seletiva vêm sendo implantadas por parte das cidades brasileiras, mas, esta coleta ainda é pouco significativa”. O Ministério das Cidades (2011) concluiu que menos de 5% dos materiais recicláveis gerados no país são coletados por programas municipais de coleta seletiva. O mesmo autor revela que em 2011 apenas 28,5% de todo o lixo gerado pelos habitantes da cidade de Manaus são encaminhados para o aterro sanitário e que poderiam ser reciclados. São estimados que cerca de 1500 toneladas de material reciclado todos os dias.

De outro lado, as cooperativas de Catadores continuam sem o devido apoio do poder público. Este que, como diz Leal (2010, p.140), “não pode se restringir somente à disponibilização de ações paliativas e tuteladoras, que em grande medida se mostram ineficazes na resolução dos fenômenos socioambientais ocasionados pela poluição e precarização do trabalho dos catadores/as, sem o devido respeito ao meio ambiente sob os princípios de desenvolvimento humano e sustentável”. É preciso diálogo e mapeamento da realidade das cooperativas e associações das catadoras em Manaus para obter uma resposta na elaboração do plano de resíduos da cidade e de políticas públicas neste setor.

Consideramos que o processo organizativo das catadoras de materiais recicláveis em associações e cooperativas de Manaus não trata de um processo simples, mas de uma complexidade em várias formas de enfrentamentos e conquistas, novos aprendizados, muitas articulações entre elas mesmas, autogestão, solidariedade e negociação com o mercado da reciclagem como também diálogo com o poder público municipal e federal sobre as políticas públicas para a inserção de sua categoria de trabalho.

### **2.3 – A reivindicação de políticas públicas para as mulheres catadoras de materiais recicláveis**

Até antes da Organização Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis em 2000, o trabalho de catação desses materiais exigia apenas muita disposição e esforço físico. Hoje, após dez anos de existência do movimento percebe-se que além do esforço físico, precisa do apoio intelectual de argumentação teórica, pois, trata-se da busca de cidadania desses novos sujeitos políticos. A construção de sua cidadania passa, fundamentalmente, pelo constante processo de formação num debate necessário para o conhecimento de seus direitos e a afirmação de seu protagonismo político.

A profissão dos Catadores foi reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pela portaria nº 397 de 09 de outubro de 2002 do Ministério do trabalho sob o código nº 5.192-05 que diz “os trabalhadores são profissionais que catam, selecionam e vendem materiais recicláveis. São profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas e associações com diretoria e gestão dos próprios catadores”. Além dessas atribuições, os catadores também podem promover sensibilização das pessoas mobilizando para mudança de comportamento referente ao uso e separação doméstica ou empresarial do material descartado reciclável.

Para armazenar o material, as catadoras e catadores precisam de galpões. A realidade é que muitos acumulam o material nas ruas como é o caso dos trabalhadores/as das cooperativas de Manaus aqui pesquisadas. Em relação à situação do Estado, muitos destas trabalhadoras e trabalhadores permanecem ainda dentro dos lixões. Segundo o relato da representante do Comitê de Catadores e Catadoras de Manaus, no I Encontro de Catadores de Materiais Recicláveis da Amazônia Legal,

No Estado, temos 59 lixões, (referindo-se às cidades) e em 12 municípios tem catador trabalhando neles. Os maiores lixões por quantidade populacional são: Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Coari, Tefé, Tabatinga e Maués. E que desenvolvem sua ação em condições insalubres (Irineide Silva/MNCR-AM).

Em Manaus, como já assinalamos anteriormente, está proibida a entrada de catadores no lixão da cidade. O que se firmou foi que 06 grupos entre cooperativas e grupos de Catadores devem receber em dias diferentes da semana a “coleta seletiva da cidade”, porém, isso não está acontecendo, como vemos nas seguintes imagens,



Foto 9: Núcleo recebendo a coleta seletiva – coleta pública.  
Fonte: Comitê dos Catadores/as de Manaus (MNCR/AM/2012)

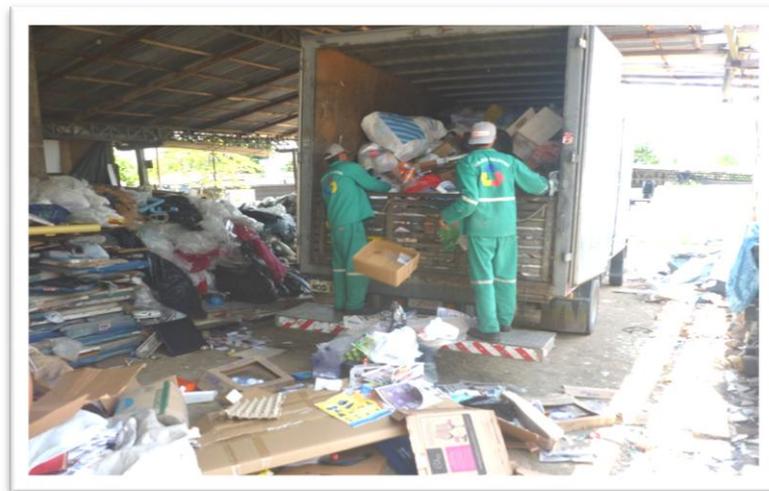


Foto 10: Núcleo recebendo a coleta seletiva. Coleta pública  
Fonte: Comitê dos Catadores/as de Manaus (MNCR/AM/2012)

Para Souza e Barbosa (2012, p. 145), “a coleta seletiva é uma forma alternativa para o problema dos resíduos sólidos, possibilitam melhor aproveitamento de materiais como papéis, vidro, metal, plástico e matéria orgânica e pneus”. As principais empresas de prestação de serviço em Manaus são a Coplast (Empresa de reciclagem de plástico e gerenciamento de resíduos industriais), Cometais (empresa que atua na coleta de materiais ferrosos, transporte de materiais perigosos, alumínio reciclável, borra de alumínio, limalha de ferro e fios de cobre) e a CTR (Empresa de incineração e tratamento de resíduos perigosos) dentre outras.

Irineide Silva, presidenta da Ecocooperativa dirige críticas a esta situação nos seguintes termos: “o quê adianta sair do lixão e construir vários pontos de lixo na cidade”? A coleta que deveria ser seletiva, não é. O que é? É um monte de lixo, e se torna mais agravante ainda para a saúde do catador (entrevista/2013).

Esta fala reproduz uma das bandeiras de luta do Movimento Nacional de Catadores que diz: “nós, catadores, trabalhamos com o material reciclável não com o lixo”. Isso é necessário que a sociedade e o poder público entendam.

As Catadoras e os Catadores têm várias bandeiras de luta em busca dos direitos trabalhistas e sociais mais amplos bem como por outros benefícios para a categoria. Os direitos trabalhistas incluem os direitos à Previdência especial e o direito aos serviços socioassistenciais, dentre outros, como pudemos constatar na fala de Francisco Nascimento, 43 anos, um dos representantes da Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis (CIISC) quando em sua estada em Manaus, a saber:

A luta dessa categoria é pelo reconhecimento e valorização deste importante trabalho como estratégia de sustentabilidade ambiental de uma sociedade que não tem mais saída para o resíduo que produz. Este é um trabalho que não requer mais somente o esforço dos catadores e catadoras, mas de todos os cidadãos e gestores públicos. E isso depende do marco legal local, ou seja, da gestão local (entrevista – 2013).

As catadoras lutam pela valorização do seu trabalho, mas isto claramente só estará efetivado quando houver políticas públicas e preocupação de gestores públicos locais. Sobre isto, Nunes e Andrade (2011, p.55) consideram que,

É preciso, portanto, caracterizar a competência dos entes governamentais para que o controle ambiental seja exercido. Isso não significa que a responsabilidade seja apenas do setor de limpeza urbana, mas pressupõe ainda, o envolvimento de diferentes órgãos da administração pública e da sociedade civil. As câmaras municipais, por exemplo, exercem um papel chave nesse processo, levando em conta que a aprovação de instrumentos legais fundamentais para a implementação de um sistema de gestão sustentável.

O trabalho das catadoras torna-se um desafio a cada dia. Não é fácil enfrentar as péssimas condições e penosidade neste tipo de trabalho, mas, é esta condição da catadora na luta pela sua sobrevivência e de sua família. Essas trabalhadoras buscam no meio do lixo descartado de toda a cidade, a subsistência delas mesmas e de suas famílias.

Essas trabalhadoras lutaram no dia a dia, na noite a noite, para que hoje pudessem contar com leis em nível federal, estaduais e municipais. É oportuno dizer igualmente, que tais leis somente serão eficazes somadas à vontade política dos representantes públicos. Importante entender que essas trabalhadoras e trabalhadores deram início a uma tecnologia social coletando, separando, armazenando, e vendendo um material para reaproveitamento ou reciclagem. Conforme Dagnino (2011, s/p) trata-se de “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social”. A tecnologia social e desenvolvimento sustentável andam juntos.

O professor Minoru Kodama do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), ressalta que “a valorização dessa categoria está não somente no material que eles coletam, mas no serviço que eles fazem a toda a sociedade”<sup>23</sup>. Há aqui um sentido de valorização do trabalho que trabalhadores/as desenvolvem com um olhar não somente para o material que se coleta, como também para a dignidade de seu trabalho.

Uma atenção deve ser dada às condições de vida e trabalho destes trabalhadores, pois, como diz Antunes (2006), há distintas formas de empreendedorismo, cooperativismo, voluntariado e outras formas de trabalho. Longe do que foram as cooperativas na sua forma original, construídas em forma de luta e defesa dos trabalhadores, hoje são formas precárias que visam a redução e destituição dos direitos dos trabalhadores.

A propósito disto, o professor Minoru afirma que como qualquer outra profissão, surgem especializações desse trabalho nas cooperativas e que é preciso estar atentos para que seu trabalho não seja destituídos de seus direitos. Na cooperativa há quem realize a coleta seletiva, quem se encarregue da triagem, quem prensa o material, quem está na equipe de administração, dentre outros. Ou seja, o trabalho, a ocupação ou o serviço precisa ser valorizado.

Wills (1969, p. 236 e 250), realiza uma análise detalhada do significado do trabalho para o desenvolvimento humano, assim como das distorções desse desenvolvimento na sociedade capitalista. Mas, que na modernidade “é preciso levar em consideração todos os quatro aspectos da ocupação - qualificação, poder, renda e status – para compreender o

---

<sup>23</sup> Professor Minoru Kodama ministrou a palestra: A oportunidade para a Inclusão Social dos Catadores. Manaus, 12 de junho/2013.

significado do trabalho e as fontes de satisfação que ele pode oferecer” (WILLS, 1969, p. 236 e 250).

Percebemos que o trabalho na cooperativa só se desenvolve quando todos, ou melhor, cada um, ou cada uma estiver a par do seu trabalho específico integrado aos trabalhos dos demais. E como geralmente a maioria são mulheres, elas estão em todas essas especializações, encontramos no campo da pesquisa mulheres trabalhando na prensa, outras no Ponto de Entrega Voluntária (PEV), na triagem, na administração da Cooperativa.

A Lei nº 12.305 de 2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que prevê o fechamento dos lixões até agosto de 2014 em todos os municípios, ressalta que os catadores e catadoras que neles trabalham devem ser inseridos em Programas de Coleta Seletiva do Município. Esse é um direito que precisa ser considerado na gestão local.

A partir de 2003 o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tem a família como matricialidade das políticas de transferência de renda. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2006), esse é um reconhecimento da importância da família no contexto da vida social garantida no art.226 da Constituição Federal de 1988 que declara: “Família base da sociedade tem especial proteção do Estado”. Em todas as políticas de assistência social observa-se esta prerrogativa. Para representar a família nas políticas sociais, a mulher (mãe) foi eleita como a responsável para receber o recurso. Segundo Raicheles (2000, p.153) “os assistidos dos programas e serviços assistenciais são os pobres, geralmente assim definidos a partir de sua renda e emprego, este se mostra um fator importante para classificar os níveis de pobreza” do país.

Quanto aos direitos sociais dos catadores observamos no caderno<sup>24</sup> de divulgação dos direitos dos catadores que se trata de direitos individuais de ir e vir, igual como a qualquer outro cidadão brasileiro, liberdade de opinião, reunir em associação ou cooperativa (5º Art. da CF/88) e Direitos Sociais (6º Art. da CF/88), habitação, educação, cultura, à ciência, à alimentação adequada e acesso à saúde pública.

Os catadores estão amparados pela Lei Federal nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que no seu artigo 7º traz como um dos objetivos, a “integração dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis nas ações que envolvem a

---

<sup>24</sup> Cartilha de divulgação: O Catador é Legal. Guia na luta pelos dos Direitos dos Catadores de Materiais Recicláveis. Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2013.

responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”, tendo como instrumento, no art. 8º, as cooperativas ou associações da categoria. Prevê a implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos, concessão de incentivos fiscais, financeiros ou de créditos. E no art. 36 a contratação dos serviços dos catadores e não de empresas terceirizadas.

O que se observa é que a contratação de empresas terceirizadas é de praxe das prefeituras, talvez pela simplificação contratual ou porque não havia de fato uma política voltada para esta área. Contratar terceirizados é uma prática da gestão local para recolhimento do lixo e administração dos lixões da cidade. Esta é a uma das grandes dificuldades em deixar essa prática para contratar os serviços das cooperativas de catadores.

No ano passado o Comitê do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis/Manaus conseguiu impedir através de uma Ação Direta, com manifestação em frente à prefeitura com mais de cem catadores e catadoras, uma licitação dirigida à contratação de empresa terceirizada para privatizar o lixão por 30 anos. Isso se deu pela organização da categoria e a assessora da Caritas já a vê como um dos frutos do trabalho do Comitê enquanto espaço de discussão das políticas. De acordo com Marcela Vieira, assessora da Caritas/Manaus,

Com a ação do Projeto Federal Cataforte conseguimos reunir o Comitê de Catadoras e Catadores como espaço de discussão (fórum da categoria de trabalho) para dialogar com as políticas públicas e reivindicar as melhorias de trabalho. Estudar a questão da contratação dos trabalhadores e pensar um projeto de lei para cidade de Manaus e depois também para outros municípios. A inserção desses atores nos debates acerca da política nacional nos espaços municipais e estaduais para incidir mesmo, marcar presença pois, antes disso não eram vistos nem ouvidos. Eu acho que a Caritas fez esse papel importante e principalmente quando no ano passado, Manaus iria privatizar a gestão dos resíduos e com parceria com o Ministério Público conseguiu-se paralisar esse processo da prefeitura de privatização da gestão dos resíduos e com o apoio do tribunal de contas, impugnar o edital de contratação. Então, isso foi uma conquista do movimento organizado (entrevista/2013).

Como se vê, a luta pela efetivação das políticas públicas voltadas para esses trabalhadores é árdua e precisam ser estudadas, compreendidas e planejadas. O art.18 da PNRS prevê a elaboração de um Plano Municipal de Resíduos Sólidos sugerindo que a gestão deve ser integrada com a participação dos grupos interessados, em especial, as cooperativas ou outras formas de associação de catadores. Dentre outros interessados estão os conselhos

municipais para gerenciamento dos resíduos sólidos, representantes das organizações de catadores, comunidades, ONGs, associações de bairros e escolas, dentre outros. Para Raicheles (2000, p.85),

O controle social é um componente importante na conformação de uma esfera pública cujo requisito central é a existência de sujeitos coletivos dotados de autonomia e representatividade legítima, permanentemente ativada pela democratização radical dos mecanismos decisórios e pelo controle social exercido pelas bases que fundam essa representação.

Como aludimos anteriormente os municípios precisam ter um plano municipal de gestão integrada dos resíduos sólidos, avaliado e construído com a participação da sociedade para que possam receber recurso da União, conseguir empréstimos e incentivos nesta área. Essa é uma exigência federal. O objetivo principal dessa dinâmica participativa consiste em dar visibilidade às demandas das parcelas excluídas e incorporá-las à agenda do governo. Participar é dialogar, é dar expressão às reivindicações da sociedade civil. Nogueira (2004, p.133) diz que “a participação ocorre por intermédio de indivíduos e grupos para fazer com que diferenças e interesses se explicitem num terreno comum organizado por leis e instituições bem como para fazer com que o poder se democratize e seja compartilhado. Esta participação consolida a proteção e dinamiza a cidadania”.

Em Minas Gerais as cooperativas de catadores fazem e participam da gestão dos resíduos. Há investimento do Governo Estadual na transferência de renda através do “Bolsa Reciclagem”. A transferência é feita através da Associação ou Cooperativa, em que 90% são repassados aos catadores cooperados ou associados, permitindo a utilização do restante em custeio de despesas administrativas ou da gestão, no investimento em infraestrutura e aquisição de equipamentos, na capacitação de cooperados ou associados, formação de estoques dos materiais, na divulgação e na comunicação do grupo. O Bolsa-Reciclagem é um incentivo pecuniário tanto aos membros individualmente como coletivamente.

Outro incentivo vem da isenção de taxas da licença ambiental para os galpões sem deixar de exigir o estudo ambiental necessário.

Também o Decreto 5.940 de 2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados prevê que órgãos e entidades da Administração pública federal direta e indireta, devam fazer a destinação às Associações e Cooperativas dos Catadores de Materiais Recicláveis. Ou seja, os órgãos e entidades do Governo Federal devem destinar os resíduos recicláveis às organizações dos Catadores. Estas instituições federais são: Banco do Brasil,

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Defensoria Pública e Ministério Público, Correios, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as Universidades Federais, entre outros. A presidenta da Ecocooperativa Irineide Silva afirma que,

O Decreto 5.940 obriga os órgãos públicos federais a doar, destinar o material reciclável que eles produzem para uma instituição que seja exclusivamente de catadores. É um decreto federal, é a entrega do material para uma cooperativa. O que não está claro no decreto é quem deve entregar ou pegar a coleta: se são eles ou nós. Atualmente quem faz a coleta são as cooperativas. Elas vão lá, alugam, fretam caminhão, vão lá fazer a retirada. (ou seja, a logística fica por conta da cooperativa) E fica muito difícil, porque, por exemplo, saímos daqui da Zona Norte para ir para o centro, lá no Banco do Brasil e tiramos apenas dois saquinhos pretos. Gastamos 50,00 de diesel para buscar dois saquinhos, isso não compensa (entrevista 2013).

A nossa entrevistada faz uma avaliação muito segura do Decreto, pois realmente é muito importante que a logística fique sob a responsabilidade da gestão local. Mas, de fato tudo necessita de diálogo e pressão da categoria desses trabalhadores que precisa ser mais organizada. Pressão que deve ser feita constantemente para que haja acesso das catadoras à inclusão social, pois, segundo o representante da Secretaria Executiva do Comitê Interministerial para Inclusão dos Catadores - CIISC, Francisco Nascimento, não há políticas públicas exclusivamente para catadores ou catadoras. Vejamos seu relato:

O acesso das catadoras e catadores às políticas públicas se dá exatamente pela garantia dos recortes que esses programas podem fazer. Então, o governo cria ferramentas de alcance universal, no entanto, existem algumas situações ou públicos que se tornam públicos prioritários dessas políticas. Posso usar como exemplo os povos tradicionais e outros públicos que são específicos. Os catadores, em função da organização do Movimento de Catadores e de outros que inclusive não são do movimento, mas, que são organizações de catadores, eles tem acessado às políticas públicas, garantindo o devido recorte. Chamamos de recorte, a garantia do acesso desses trabalhadores às políticas públicas. Por exemplo, pode ser um recorte nos programas na área de saúde, ou nos programas na área de educação, então, posso citar, o PRÓ JOVEM ou mesmo o PRONATEC que na verdade é pra todo mundo, mas, existem seus públicos prioritários. Ele existe para a população brasileira, mas, que em função e reconhecimento da importância da figura do trabalho do catador, em função desse processo de visibilidade social do catador nos últimos anos, estão sendo abertas algumas possibilidades de inserção do catador como público prioritário dessas políticas. Então, o acesso se dá pela organização e pelos recortes que são feitos dentro dessas políticas de tal forma que a política pública aconteça no território. Porque a gente tem que pensar a política pública como acesso, como garantia dentro do território. A Política Nacional de Resíduos Sólidos coloca a figura do catador como ator importante no fluxo do resíduo. No entanto os desdobramentos ou a construção prática dessa inclusão se faz é no município (entrevista/2013).

Outros acessos são direcionados a esta categoria de trabalhadores como público prioritário no CADÚnico para receber o Bolsa Família e cadastramento no Programa Minha Casa Minha Vida. Como disse o nosso entrevistado essas políticas são organizadas e implementadas pela gestão local. Um exemplo são os muitos recursos disponíveis às prefeituras na Web SUAS, e que as prefeituras deixam de acessar por falta de conhecimento e ausência de acompanhamento às políticas federais.

De acordo com o site da Secretaria de Relações Institucionais (SRI)<sup>25</sup>, 85% das prefeituras de municípios brasileiros deixam de receber recursos da União por não atualizarem dados no Cadastro Único de Convênios (CAUC). De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a principal pendência está na publicação de dois dos 13 itens do cadastro: o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão de Fiscal (RGF).

Para Stein (2005), as estratégias de implementação de redes de proteção social no Brasil destacam-se por seu papel contraditório, pois ao mesmo tempo em que priorizam, elas reduzem direitos e utilizam mecanismos descentralizados e participativos para isso. Além do risco de que a prioridade não se volta para as necessidades dos beneficiários em um atendimento universal e equânime, mas, para a necessidade de ampliação da cobertura cada vez maior do programa no país.

A representante da Secretaria Executiva do Comitê Interministerial para Inclusão dos Catadores - CIISC, a senhora Daniela Metelo, discursou no encontro de catadores destacando as dificuldades para o acesso às políticas, nos seguintes termos:

A falta de documentação dos catadores é ainda um grande empecilho para que os catadores tenham acesso às políticas públicas. Portanto, em muitos municípios o diagnóstico vai dizer se precisa fazer um mutirão para documentar essas pessoas. Muitos só têm o registro de nascimento. E sem isso os catadores não conseguem ter acesso a nenhuma política. Mas, um mutirão é possível. Enquanto documentação civil, no cadastro único já tem um campo específico para identificar se é catador e se for, ele pode ter acesso ao benefício sem precisar enfrentar fila nenhuma. Na questão de saúde dá para mobilizar as equipes do SUS - de saúde básica de saúde da família, saúde do trabalhador, colocar essa população que vive em situações extremamente frágeis nas situações ambientais em que eles vivem. A partir do diagnóstico, tem como ter acesso à escolaridade, ter acesso ao

---

<sup>25</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Disponível em [http://www.relacoesinstitucionais.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2013/04/prefeituras-deixam-de-receber-recursos-da-uniao-por-nao-atualizarem-dados-no-cauc](http://www.relacoesinstitucionais.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/04/prefeituras-deixam-de-receber-recursos-da-uniao-por-nao-atualizarem-dados-no-cauc) - acessado dia 20.07. 2013.

PRONATEC, tem como a gente mobilizar isso. E essa mobilização vai desde a documentação até a construção de galpões. Tem como a gente mobilizar, mas, isso, tem que estar organizado primeiramente no município. Nós do Governo Federal podemos dar o suporte. Precisa de vontade política. O município tem que querer e mostrar isso pra gente. O CIISC é um órgão que mobiliza vários ministérios. No município também tem que ser mobilizado várias secretarias. Esse modelo tem que ser replicado. Não adianta a gente chegar e só aparecer as Secretarias de Assistência Social é preciso também estar as secretarias de meio ambiente, de limpeza pública, de educação, saúde. (Discurso proferido no I Encontro dos catadores da Amazônia Legal/2013).

As catadoras e catadores de materiais recicláveis constituem-se em público prioritário nos Programas de Assistência Social, e nos Programas de Educação como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Resta aos governos locais essa responsabilidade, visto que, por exemplo, nem todos os catadores são beneficiários do Programa Bolsa Família. É o que mostra o gráfico a seguir que do universo de 06 catadoras entrevistadas, 50% disseram ser beneficiárias de um Programa do Governo Federal, mais especificamente o Programa Bolsa Família e outras 50% disseram não ser beneficiárias de nenhum programa social.

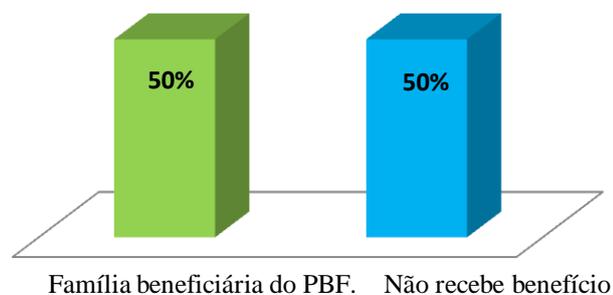


Gráfico 5. Beneficiárias das políticas sociais  
Fonte: Pesquisa de Campo/2013.

Carvalho (2004) afirma que a complementação de renda familiar é indispensável na política de proteção e tem bons resultados em muitos países. Uma complementação importante não somente nos momentos de crises econômicas, mas, na garantia dos mínimos sociais aos cidadãos que não conseguem uma renda fixa diante das exigências impostas pelo mercado de trabalho informal. Sobre aquelas que não são beneficiárias uma disse ter se cadastrado e não recebeu ainda, outra afirmou que sempre falta algum documento e a outra informou que pensava que o P. Bolsa Família contemplava só mulheres com filho pequeno

que não é o caso dela. Demo (1996, p. 49) afirma que é importante a preparação de recursos humanos no esclarecimento dos direitos dos cidadãos e “a maior preparação de um Estado é a política de educação como instrumento de participação política”.

As mulheres catadoras já se organizam em nível nacional e buscam soltar a voz e discutir as problemáticas políticas da rede produtiva de comercialização, pois mesmo sendo a maioria, o MNCR tem em sua coordenação, uma maioria de homens e são eles majoritariamente que discutem e encaminham as políticas. Uma de nossas entrevistadas nos fala dessa particularidade dentro do MNCR, a saber:

Em todo o movimento a presença das mulheres é maior. Inclusive em Curitiba, uma catadora disse ‘nós vamos fazer o encontro das mulheres sem o aval do movimento’ (eles acreditavam que seria um racha), mas, não teve isso. Ela foi muito corajosa, não queremos racha, queremos dizer nós estamos aqui. Somos mulheres, mães de família. E isso foi muito importante (Irineide Silva, entrevista /2013).

Percebe-se na fala de Irineide que no início dos encontros das mulheres catadoras houve certo temor masculino no sentido de que poderia dividir o movimento, mas o que elas querem é ser ouvidas, serem reconhecidas, discutirem politicamente as dificuldades e os avanços de sua categoria de trabalho. Este encontro possibilitou para elas a firmeza da discussão, já que nos encontros mais gerais, são eles que dominam com a palavra.

O debate sobre as relações de poder, conflitos sociais e as relações de gênero (no caso a subordinação das mulheres) se deu a partir dos anos 1970<sup>26</sup>, quando o mundo começou a discutir a necessidade de alcançar a igualdade legal, política e social inserindo temas práticos e estratégicos para melhorar a situação de desigualdade das mulheres em relação aos homens. O debate sobre políticas públicas para as mulheres entrou na pauta dos governos instigado pela Conferência Mundial de Mulheres realizada pela Organização das Nações Unidas, em 1995, na cidade de Beijim, que deliberou sobre a exigência do corte de gênero nas políticas públicas dos países signatários. Valeu a luta das mulheres no mundo interno, a qual já caminha para dois séculos de existência.

---

<sup>26</sup> Nesse período a ONU começa a se preocupar com a temática das mulheres. Em 1975 ela decretou o Ano internacional da mulher.

### CAPITULO III – DINÂMICA E RELAÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS DA ECOCOOPERATIVA E COOPCAMARE.

São vozes emancipatórias de mulheres e homens que encarnam a utopia de uma nova sociedade equânime e sem *apartheid* social, onde a justiça fará sua morada

(Iraíldes Torres)

#### 3.1 – O trabalho da catação no contexto das crises do capital

As transformações ocorridas na economia mundial nas últimas 40 décadas desencadearam o processo de reestruturação produtiva nas empresas desarticulando postos de trabalho e demitindo a massa de trabalhadores, de forma a produzir um estado ostensivo de desemprego. Harvey (2001, p. 144) considera que,

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. Na Inglaterra, os ‘trabalhadores flexíveis’ aumentaram em 16% alcançando 8,1 milhões entre 1982 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram 6%, ficando em 15,6 milhões. Mais ou menos no mesmo período, cerca de terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria de temporários.

No Brasil, conforme analisa Pochmann (2006, p.113),

Cresceu velozmente o desemprego aberto, cuja taxa mais do que quintuplicou nas últimas duas décadas, pois passou de 2,8 em 1980 para 15% em 2000. Da mesma forma, o aumento do desemprego veio acompanhado da diminuta geração de postos de trabalho, na maioria precária. No ano 2000, por exemplo, a taxa de precarização dos postos de trabalho ultrapassou os 40% do total da ocupação nacional.

O desemprego estrutural é uma das contradições mais perversas do capitalismo produz e reproduz velozmente trabalhadores descartáveis e excluídos das condições essenciais à vida. Conforme o IBGE/2013 de 2000 a outubro de 2013 a maior taxa de desemprego registrada no Brasil foi a do mês de abril de 2004 (13,1%) e a menor foi a de dezembro de 2012 (4,6%). Somente duas vezes, em 2006 e 2009, a taxa subiu em relação ao ano anterior. Depois de sucessivas altas da taxa de emprego a partir de 2003, atualmente o país voltou a

decrecer. Apesar do crescimento de postos de emprego em algumas áreas, o mercado de trabalho vem mostrando exaustão, num cenário de fraco crescimento e queda nas confianças do setor produtivo e do consumidor (POCHMANN, 2001).

Essas mudanças trouxeram consigo o trabalho terceirizado ou subcontratado como resultado do enxugamento das empresas. Contribuiu para isso a crescente desestruturação do *welfare state* nos países desenvolvidos que já apresentava sinais de inflexão desde os anos 1970 agudizando-se com a crise do trabalho dos anos 1990 e mais recentemente com a crise de 2008.

O desemprego priva o trabalhador dos seus direitos básicos além de acarretar sérios problemas de ordem emocional, psicológica e social como o alcoolismo e a criminalidade. Nascimento (2004) considera que o que mais contribuiu para o grande impacto da reestruturação produtiva no Amazonas foi a despreocupação das empresas com a qualificação da mão de obra nativa para o mercado de trabalho. Parte dos trabalhadores desempregados, sem outras opções, buscam no trabalho informal iniciativas próprias para garantir a sobrevivência, não esperando por iniciativas de elevação do emprego por parte do Estado.

A iniciativa cooperada resurge nesse cenário com grande potencial de gestão do próprio trabalho por parte dos trabalhadores” (NASCIMENTO, 2013,p. 76). Desde então, o trabalho informal e a organização de associações e cooperativas tornaram-se uma necessidade.

No caso dos catadores de materiais recicláveis as suas cooperativas ganharam força a partir dos anos 2000. Na cidade de Manaus essa categoria de trabalhadores ainda não está totalmente organizada nas modalidades de associação e cooperativa. Segundo a Secretaria de Limpeza Pública<sup>27</sup> os catadores estão organizados em Associações , cooperativas, núcleos e grupos independentes em todas as zonas da cidade de Manaus. Vejamos o quadro dessa organização disponível no portal da prefeitura:

**ASSOCIAÇÕES DE CATADORES:**

Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental (ARPA)

Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis de Manaus (ALIANÇA)

Catadores Associados pela Limpeza do Meio Ambiente (CALMA)

Rede de Catadores e Reciclagem Solidária (ECO RECICLA)

<sup>27</sup> Associações e Cooperativas de Catadores de Manaus. Disponível em <http://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/ENDERE%C3%87OS-DOS-N%C3%9ACLEOS-EASSOCIA%C3%87%C3%95ES1.pdf>. Acessado em 05 de outubro de 2013.

Associação de Catadores de Resíduos (ACR)

**COOPERATIVAS:**

ECOCOOPERATIVA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE MATERIAIS  
RECICLAVEÍIS

Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (COOPCAMARE)

COOPERATIVA ALIANÇA

**NÚCLEOS DE CATADORES:**

NÚCLEO I E V (Santa Etelvina)

NÚCLEO II (Beco N.S. de Fátima Ramal do Janjão AM 010, Km 18)

NÚCLEO III Santa Etelvina

NÚCLEO IV Santa Etelvina

NÚCLEO VI - (obs: ligado ao Instituto Ambiental Dorathy Stang) Monte das Oliveiras

**GRUPOS INDEPENDENTES:**

INSTITUTO AMBIENTAL DOROTHY STANG - bairro Santa Etelvina

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES MARIA DO BAIRRO Compensa I

PROJETO RECICLAR DÁ VIDA - Parque Riachuelo II

PROJETO LIXO E CIDADANIA ( RECEBE ÓLEO DE COZINHA )

Japiim I (Comunidade Santa Luzia)

Estas organizações constam no portal oficial da prefeitura, contudo, quando perguntamos à SEMULSP pelos cadastros dos seus membros, os representantes institucionais nos informaram encontrar-se em fase de finalização do cadastramento dos catadores, apresentando-nos um quadro parcial, sendo no total 3 (três) cooperativas e 10 (dez) associações. Informaram também que uma cooperativa e duas associações não possuem registro de nenhum catador por resistência deles próprios. No geral, os cadastros dão conta da existência de 172 catadores, sendo 105 mulheres e 67 homens. Os representantes da SEMULSP também nos entregaram cópia dos catadores cadastrados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH) no Cad único (Cadastro Único de Assistência Social) do Programa Bolsa Família do Governo Federal. Esse cadastro foi iniciado no mês de maio de 2013 integrando-os no item “Grupos populacionais Tradicionais e Específicos: Famílias de Catadores de Materiais Recicláveis”, um grupo prioritário para receber o benefício. O cadastro de Manaus são no total 144 cadastrados, sendo 128 mulheres e 16 homens.

Nesses números parciais a predominância é feminina, a maioria das associações, cooperativas ou grupos é composto por mulheres, alguns são compostos somente por elas. Portanto, no total o número de mulheres é quase o dobro do número do gênero masculino. O aumento da chefia feminina é uma tendência crescente no mundo contemporâneo. Antunes e Alves (2004) assinalam que o trabalho feminino atinge mais de 40% da força de trabalho em

diversos países avançados e que tem sido absorvido pelo capital preferencialmente no âmbito do trabalho precarizado e desregulamentado.

Ana Maria Souza, coordenadora geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa, na palestra “Contribuição Feminina no Fortalecimento e Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (ZFM)” proferida em 2013 na 21ª edição do Congresso Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica<sup>28</sup> afirma que o segmento Eletroeletrônico, o mais rentável do Polo Industrial de Manaus (PIM) é composto por 64% de mão de obra feminina. Porém, continua com a desigualdade de remuneração de salário entre os gêneros. A coordenadora também ressaltou que de 2002 a 2011, o crescimento de emprego total no Brasil foi de 19,6%, enquanto no Amazonas foi de 86,4%. No caso do acréscimo de empregos no setor industrial, no Brasil, o percentual foi de 12,4% e no Amazonas, 39,4%. No caso da mão de obra feminina, o crescimento geral de empregos no Brasil foi de 22% e 81,7% no Amazonas. No setor industrial, as vagas para mulheres aumentaram em 12,6% no Brasil e 52,9% no Amazonas.

Os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores homens. Inferioridade que ocorre também com relação aos direitos sociais e trabalhistas. Igualmente sofrem esta desigualdade, os trabalhadores: migrantes, negras e negros e indígenas (HIRATA, 2007).

As mulheres e estas outras minorias sociais apontadas pela autora tem sido os sujeitos mais vulneráveis do mercado de trabalho formal. Estão inseridos mais fortemente no trabalho informal, por tempo determinado, e/ou como trabalhadores autônomos, ambulantes dentre outros. É nesse aspecto de agudização da crise que ocorre a proliferação de formas precárias de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, nas quais, as mulheres têm presença marcante.

Para Antunes e Alves (2004, p.13),

É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariamentos médios no setor de serviços, que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização.

---

<sup>28</sup> 21ª edição do Congresso Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica realizada no período de 12 a 14 de setembro de 2013. Disponível em [http://www.suframa.gov.br/suf\\_pub\\_noticias.cfm?id=14855](http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=14855). Acessado em 06.10.2013.

Portanto, o setor de serviços teve um crescimento considerável em todas as outras regiões brasileiras, pois são serviços de ordem terceirizada. São nesses setores do mercado de trabalho que se inserem as pequenas empresas, micro empresas, cooperativas, associações.

As cooperativas pesquisadas foram fundadas no ano de 2010 por causa das exigências nas contratações de seus serviços pela prefeitura e pela necessidade de inserção em alguns projetos de capitalização do Governo Federal. Ambas já tinham a experiência de associação. A Coopcamare já tinha oito (08) anos de fundação enquanto Associação de Catadores de Recicláveis foi fundada em 2002 e a Ecocooperativa já tinham cinco (05) anos de fundação. A Associação Eco recicla foi fundada em 2005. Mesmo com a fundação das cooperativas, as associações não deixaram de existir, como podemos perceber na fala de Irineide Silva:

A Ecocooperativa nasceu da Ecorecicla e as duas estão em funcionamento com coordenações diferentes. Era para caminharmos mais juntas, mas, isto ainda não está acontecendo. Isso gera grande confusão na cabeça dos catadores. A associação tem mais de 150 catadores e a Cooperativa tem 30. E esses 30 fazem parte das duas organizações. A cooperativa está com dificuldades dos documentos. Eles sumiram e então temos de recorrer para a segunda via no cartório. Estamos aguardando um dinheiro para isso (entrevista/2013).

Alzenira Araújo nos informa que

A Coopcamare nasceu da ACR. Aliás a ACR foi a primeira Associação de Catadores dentro de Manaus. E as duas continuam existindo. Meu marido é quem toma mais de conta da associação e eu fico mais na cooperativa. Mas, quando vamos negociar preço, vender material, fazemos pelas duas organizações (entrevista/2013).

As cooperativas são reguladas hoje pela nova Lei 12690/2012 a qual substituiu a antiga Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 que regulava a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas.

As cooperativas são definidas como sociedades constituídas por trabalhadores que, com autonomia e autogestão, buscam “melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho” (artigo 2º da lei 12690/2012). Regidas por princípios e valores específicos – tais como adesão voluntária e livre, gestão democrática, intercooperação, interesse pela comunidade e não precarização do trabalho – elas podem ser de dois tipos: de produção e de serviços. De produção, quando constituídas por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e detiverem, a qualquer título, os meios de

produção. De serviços, quando constituídas por sócios para a prestação de serviços especializados.

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis compõem o segmento de produção e de serviço. Estas organizações são constituídas por uma coletividade de pessoas voltadas para a realização de interesses comuns ou coletivos às quais a ordem das leis atribui personalidade jurídica com direitos e vinculações por pessoas e bens, constituindo autonomia do grupo em questão.

Os membros da coletividade se identificam com o todo, são membros do todo. Quando perguntamos sobre o maior interesse da coletividade no momento, as duas representantes das cooperativas se mostraram favoráveis à aquisição de um galpão para imprimir qualidade às suas condições de trabalho. Conforme Alzenira Araujo,

Precisamos de um galpão, nós pagamos R\$700, 00 no bairro cidade de Deus. E a Dr<sup>a</sup> Alzira do Ministério Público Estadual disse que temos de dialogar com a prefeitura porque se não forem nos entregar um galpão a prefeitura tem de entrar com uma parte do aluguel. Temos que ver isso também. A gente quer o apoio. Mas o que também corremos o risco é de que a prefeitura entrando com apoio financeiro pode querer saber quanto a gente ganha, quem são os cooperados, enfim, podem querer se intrometer em nossa vida. Assim não compensa. A gente precisa de apoio financeiro sim, mas, catadora não gosta que pegue muito no pé (entrevista/2013).

O galpão para as catadoras é o mínimo que o poder público pode fazer para atender as catadoras em seus direitos sociais e, assim, poderem realizar o seu trabalho com maior geração de renda, pois, trata-se de uma necessidade primordial para que haja coleta e armazenamento do material sem o gasto com aluguel. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de 2010) prevê o dever da gestão pública local na aquisição e entrega do galpão para os catadores como de fundamental importância no desenvolvimento do trabalho da catação, separação, triagem, prensagem e venda do material.

Em nove anos de organização dos catadores em Manaus o diálogo com o poder público local não teve efeito, posto que até o momento não há nenhuma política concreta de inclusão no plano de saneamento do município. Cada gestão que entra na prefeitura há discussão, boas intenções, até planejamentos. A atual gestão da Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP), por exemplo, planejou implementar (06) galpões, um (01) para cada zona da cidade a serem administrados pelas cooperativas de catadores com inauguração prevista de ao menos dois (02) galpões ainda em 2013. Mas, em entrevista com o

Secretário Municipal de Limpeza Pública, o Sr. Paulo Rocha Farias foram confirmados apenas dois (02) galpões, como podemos observar:

Nós temos dois (2) processos que estavam parados há bastante tempo e não desatava. Um é o famoso terreno da Suframa para o qual já conseguimos a concessão do terreno, temos as licenças e já desatou. O outro é o de Santa Etelvina também uma historia antiga. O prefeito já assinou o decreto de desapropriação. Para esses dois terrenos já fizemos o projeto arquitetônico sendo que o da Suframa, nós temos além do projeto arquitetônico temos também o projeto estrutural, hidráulico e o orçamento pronto. Esse está mais avançado. O terreno de Santa Etelvina há dois meses apareceu alguém se dizendo dono, mas, já estamos no processo de desapropriação, mas está meio tumultuado (entrevista/2013).

Paulo Rocha Farias que desde janeiro de 2013 e pela segunda vez, assumiu a Secretaria Municipal de Limpeza Pública (O primeiro período foi de 2005 a 2008) deixou claro que a inclusão social dos catadores será através da contratação de seus serviços. Segundo ele “a folha de pagamento já tem aprovação da Procuradoria Geral do Município (PGM) e eles serão pagos conforme a Lei por seus serviços e pela produção. Mas, concretamente será pelo volume do seu produto” (entrevista/2013). Santos (1978, p. 180) enfatiza que

O Estado tem que assumir a cada dia seu papel mistificador, propagador ou mesmo criador de uma ideologia de modernização, de paz social, de falsas esperanças que ele está longe de transferir para os fatos. O Estado necessita propagar mesmo que esteja longe de acontecer seus projetos de inclusão social dos pobres

Foucault (1979) assinala que desde o século XVIII, as pessoas pobres tinham sua função no interior de uma cidade e era como uma condição também da própria existência urbana. Eram pessoas que tinham incumbências, levavam cartas, se encarregavam de despejar o lixo, apanhar móveis velhos, trapos, panos velhos e retirá-los da cidade para redistribuí-los, e vendê-los, transportar água entre outras incumbências, tornando-se úteis para a sociedade, e se tornaram parte da instrumentalização da vida urbana. Os séculos passaram, mas, a realidade ainda é a mesma. Os pobres são úteis na cidade para fazer a parte que ninguém quer fazer, tocar no lixo, naquilo que sobra da sociedade capitalista.

As mulheres que realizam trabalho fora de casa ainda têm os afazeres domésticos como parte de suas vidas, numa dupla jornada de trabalho. Como declara Azenira Araújo

“sentimos o peso da exigência do trabalho e da família. O trabalho sempre exigiu estar fora de casa, mas, graças a Deus, minhas filhas não se perderam. Ao contrário, se orgulham e hoje trabalham com a gente na catação” (entrevista/2013). Para Dedecca (2004,p.43)

além de estar no mercado de trabalho parte preponderante delas realiza também afazeres domésticos, menos da metade dos homens destina seu tempo para essa forma de atividade. Sem dúvida, essa diferenciação já sugere uma menor responsabilidade do homem na organização familiar, cabendo relativamente mais às mulheres este tipo de ônus social. A mulher tende, portanto, a conhecer melhor a organização social da família

A chefia feminina se coloca de frente às dinâmicas econômicas como uma questão de sobrevivência. Cresceu enormemente a chefia feminina na região Norte como em todo país. A PNAD (2010) demonstra que entre 2001 e 2009, o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de 27% para 35%. São quase 22 milhões de famílias que indicam como principal responsável do domicílio uma pessoa do gênero feminino.

Na fala de Irineide Silva, percebemos a presença da chefia feminina na vida de sua própria mãe, a saber:

Meu pai foi estivador, depois foi gari e só depois começou a coletar no horto de Manaus. Minha mãe era índia, ela era uma mulher muito sofrida. Era constantemente agredida fisicamente por ele. Ela fumava e foi deixando de cuidar da própria saúde para cuidar mais dos filhos. Meu pai só queria saber de bebida e de farra. A gente dormia sem ver ele e acordava sem vê-lo também. Às vezes ele não vinha para casa, então, minha mãe tomou a frente da família, começou a trabalhar fora, se sacrificava. Fazia dindin, vendia pão, tudo o que poderia fazer para vender, ela fazia. Meu pai ficava cada vez mais distante da família. No leito de morte, ela pediu aos filhos para que não abandonassem nosso pai e assim fizemos. Cuidamos dele até sua morte. O nosso pensamento era que a mãe ficasse na casa cuidando, mas, com nossa mãe era diferente, ela saía para trabalhar pela necessidade de subsistência. Ela chegava à noite e ainda ia dar banho nos filhos e saber como tinha sido na aula, mesmo sem saber ler, ela queria ver as tarefas feitas. Conto a história para os meus filhos. Ela era muito rígida. Na hora da alimentação, ela fazia a fila indiana dos filhos, e dizia, só tem isso: duas bolachinhas e dois dedos de café. Não pode olhar para o lado, para o copo do outro irmão pois, a medida era a mesma, ela dizia. A gente comia calado e nos conformávamos com o que tinha para comer. E isso eu trouxe para os meus filhos também compreenderem sem exigir as coisas (entrevista/2013).

A fala de Irineide contém uma grande lição de vida. As mulheres são sempre os sujeitos centrais no bem-estar da família. Essa é uma experiência de mulheres que lutam diariamente pela sobrevivência de seus filhos e de si mesma. Sem dúvida é uma manifestação e uma expressão de profunda experiência cotidiana da mais profunda humanidade de muitas mães espalhadas em vários grupos, organizações, famílias que encontram forças para enfrentar todo o tipo de obstáculos que enfrentam na vida. Conforme Rossini e Calió (2011, p.173), “o trabalho da mulher é realizado em benefício da humanidade”.

Quanto aos afazeres domésticos, Fontoura e Bonetti (2011), coordenadora da Igualdade de Gênero do IPEA, relata que as mulheres com cônjuges e filhos gastam mais tempo com trabalho doméstico do que aquelas que vivem apenas com filhos. Nas famílias com os dois cônjuges, as transformações ocorrem muito lentamente. As famílias monoparentais chefiadas por mulheres conduzem melhor os afazeres domésticos.

O poder exercido pelas mulheres no espaço privado levou as cooperativas às formas de mais diálogo e organização nas reuniões garantindo, por exemplo, melhor participação dos envolvidos e a elaboração de consensos por meio de articulação e negociação de interesse do grupo. Marcela, uma das cooperadas afirma o seguinte: “eu percebi diferença entre a coordenação do homem e da mulher. A mulher sabe conversar melhor. Ela reúne mais com a gente para combinar a agenda de trabalho da semana. Antes parecia que a gente trabalhava para os outros. Agora não. O trabalho é nosso” (entrevista/2013). Isso demonstra que a mulher tem dado passos para deixar de ser a vitimizada, passando a ser sujeito de sua história. Para Torres (2005, p.213),

A história já demonstrou que o gênero feminino não é covarde, e tampouco cheia de medo [...]. Mulheres de diferentes classes sociais criaram, cada uma a seu modo, um novo movimento da história. Dotadas de luz própria e de uma personalidade confrontante que é, ao mesmo tempo guerreira e amorosa, terna e combatente, brava e sensível. As mulheres tiveram que construir a sua própria história às duras penas, numa busca pertinaz de fazer-se conhecer no mundo dos homens.

As mulheres sentem-se orgulhosas por sua história de organização e conquistas. Outro ponto revelado em nossa pesquisa é o fato de que as catadoras têm consciência de que devem participar dos movimentos sociais e que, com seu trabalho, estão participando do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável. Uma das entrevistadas, Fátima (47 anos), revela que “através dos estudos nos encontros e reuniões sobre o nosso trabalho, percebemos que ele é muito importante para a sociedade e para o planeta” (entrevista/2013).

De acordo com Santos (2002, p. 25), essas cooperativas fazem parte das “múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente”. A economia solidária é uma possibilidade de organização igualitária daqueles que acreditam e se associam para produzir, trocar, consumir de maneira justa, saudável e sustentável. Esta organização é feita também em redes sociais e de comercialização as quais possibilitam o fortalecimento desse ideário, podem ser redes locais (bairro, um município, grupos), ou redes globais entre países como algumas experiências existentes entre Brasil e Itália (MANCE, 2004).

A economia solidária como um sistema alternativo de produção vem se desenvolvendo muito comumente em conjunto com propostas de desenvolvimento regional já que este último exerce ação indutora à atividades econômicas baseadas na solidariedade e na sustentabilidade.

De fato, a economia solidária enquanto alternativa ao capitalismo assenta-se num plano de ação coordenado, descentralizado, destinado a ativar e melhorar – de maneira sustentável – as condições de vida dos habitantes de uma localidade e no qual o desenvolvimento estimula a ampla participação de todos os sujeitos. As propostas de desenvolvimento regional levam em consideração tais sujeitos e significam uma nova concepção de gestão municipal, em que essa função não se reduz a apenas um administrador, mas se transforma em parcerias para captar recursos e promover o desenvolvimento social.

O princípio da participação supõe a democratização da gestão pública. Isso significa que o processo de discussão, de tomada de decisões, bem como de implementação das políticas públicas deve ser feito juntamente com a sociedade civil.

### 3.2 – As relações de trabalho nas cooperativas pesquisadas

A cooperativa de catadoras e catadores de materiais recicláveis é uma organização autogestionária, em que cada sócio é proprietário de uma cota igual do capital e tem direito a um voto na assembleia. Todas as decisões importantes são tomadas coletivamente em cuja assembleia são eleitos os diretores e demais encarregados da administração. Alzenira Araújo, relembra bem como tudo começou, a saber:

Quando começamos, nós fundamos uma associação no centro da cidade, mas, ninguém respeitava o nosso trabalho. Xingavam, diziam que já vinham os catadores de lixo, vira saco. Mas depois que passamos a ser uma cooperativa, andando fardados com o nome da cooperativa, sentimos que nosso trabalho passou a ser respeitado. Quando nos olhavam, começaram a nos admirar. A SEMINF conseguiu que a gente tivesse autorização para entrar nas lojas do centro e conversar sobre o material descartável. E ficou certo de que só poderíamos entrar nas lojas depois das 17h. Antes disso era formar briga. Então com essa autorização e com as fardas, até que foi um apoio da prefeitura na época, nós poderíamos chegar a qualquer loja. Até os taxistas que implicavam com a gente por causa de área nas calçadas, quando nós passamos a usar as fardas, não houve mais esse problema. Até diziam que era a área dos catadores. E nós precisávamos porque não era só carrinhos, era também os caminhões para retirar o material. Então melhorou (entrevista/2013).

Esta situação de preconceito é superada se a cooperativa tiver força e demonstrar êxito. Os trabalhadores informais são capazes de criar empreendimentos competitivos no mercado e conseguem auferir renda melhor e de modo mais sistemático do que o trabalho individual. A experiência nacional indica que a organização cooperativada requer apoio sistemático, ao menos em sua fase inicial, para ajudar os novos cooperados a ganharem cultura solidária e capacitação gerencial, estreitando os laços entre o trabalho formal e o informal para formar uma frente unida contra a hegemonia exploradora do grande capital.

O segmento dos trabalhadores da catação é bem vulnerável, as pessoas possuem baixa escolarização e, por este motivo nem consegue inserção no mercado de trabalho. São pessoas que necessitam de acompanhamento na organização e legalização do empreendimento solidário.

As incubadoras e as instituições de acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários são necessárias na medida em que realizam um trabalho de reeducação

das pessoas. Conforme Alves<sup>29</sup> “o capitalismo colocou a competitividade em cada um de nós e, hoje, nós somos competitivos. Contudo, por gênese, somos solidários e amorosos. Assim é necessário reeducar as pessoas”. Para isso é importante esclarecer, discutir ideias, construir posicionamentos coletivos e individuais no processo de reeducação solidária.

Alzenira Araújo, relembra das dificuldades que as catadoras enfrentaram no início da criação da cooperativa. Ouçamo-na:

Nós nunca recebemos nem apoio nem incentivo da gestão pública para formar a cooperativa. Nós é que nos organizamos como podemos. A cooperativa surgiu da associação que já estava em funcionamento há oito anos. A Associação ainda existe. Eu e meu marido somos os responsáveis pela casa, pela Associação e cooperativa. Sobre os frutos da cooperativa ainda é cedo para falar pois, temos pouco tempo, ainda não conseguimos trabalhar como deve ser a cooperativa. Ela ainda está mais no papel. A gente caminha devagar. Um exemplo é a questão do espaço que a cooperativa não tinha. Agora que conseguimos um lugar para alugar. Temos um espaço no bairro Cidade de Deus (entrevista/2013).

Alzenira reclama da ausência do poder público no processo de criação da cooperativa na medida em que este tipo de trabalho é necessário para manter a cidade ambientalmente sustentável. A destinação do lixo faz parte da política de saneamento da cidade. Tomamos por base o Relatório da Comissão Brundtland (1988, p. 46) para definir desenvolvimento sustentável nos seguintes termos:

O termo desenvolvimento sustentável surgiu em 1980 e foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, que introduziu um relatório considerado básico para a definição desta noção e dos princípios que lhe dão fundamento. Desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

No relatório da Comissão Brundtland/1988 a ênfase maior do desenvolvimento sustentável é dada à exploração dos recursos naturais, deixando relegado o problema do saneamento das cidades e tratamento dos resíduos. Para Cavalcanti (1999, p.36) trata-se do “meio ambiente urbano, com seus feixe de males (água poluída, esgotos não-tratados,

---

<sup>29</sup> Ver: Raízes e práticas da economia solidária: articulando economia plural e dádiva numa experiência do ceará. Artigo em pdf. Disponível em [http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1153](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1153). Acessado em 12.10.2013

inadequado lançamento do lixo, habitação miserável, violência) a suscitar preocupação especial em termos de qualidade de vida dos pobres [...]. Isso requer políticas sociais de saneamento que possam ser ajustadas ao arcabouço geral da sustentabilidade”.

Os dados mais recentes sobre políticas de coleta seletiva são de 2004. A coleta seletiva é um processo de recolhimento dos resíduos com o objetivo de serem reciclados. Além de retirar o entulho do meio ambiente, economiza-se energia e conserva-se recursos naturais. Em países desenvolvidos, a coleta seletiva não é só levada a sério, ela é obrigatória e realizada com zelo. Materiais de longa vida como as garrafas plásticas precisam ser lavadas, amassadas e embaladas em sacos específicos. O Japão é o país que possui uma política definida para os materiais recicláveis. Cada prefeitura determina em quantas categorias o lixo deve ser dividido, sendo estas, pelo menos, cinco: vidro e alumínio, garrafas PET, metal, lixo incinerável. Também não é só colocar o lixo para fora, é preciso levar em horário pré-estabelecido para que ele não fique por muito tempo nas ruas, caso contrário, não é levado.

Outro problema revelado nesta pesquisa diz respeito à disputa entre os catadores pelo espaço de coleta. Alzenira Araújo revela o seguinte: “nós já tivemos muita briga entre as cooperativas e associações pelos espaços no centro da cidade. Nós até abandonamos lá e viemos para o bairro. Foi melhor assim. Hoje ainda temos muitas discussões. É difícil. Às vezes dá vontade de desistir de trabalhar juntos” (entrevista/2013).

O professor Minoro ressaltou em palestra proferida em junho de 2013 que em Manaus “brigar por espaços de coleta é uma realidade das cooperativas que ainda não trabalham em rede. Não têm definidos os espaços para a catação e ainda não alcançaram um nível maior de organização da categoria. Em Manaus já é tempo de organizar uma Rede Solidária das Associações e Cooperativas”. Novaes (2008) considera que embora a defesa e luta pela socialização dos meios de produção esteja presente, a dimensão da circulação ainda se processa nos moldes capitalistas.

O próprio Governo Federal reconheceu a relevância do setor informal no Brasil, implementando uma pesquisa nacional, denominada Economia Informal Urbana, realizada pelo IBGE em 2010. A amostra é centrada no domicílio com base nas pequenas unidades produtivas e não considera os trabalhadores sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados.

A renda das catadoras entrevistadas sofreu aumento com a organização em cooperativa, mas, a questão é o mercado de compra e venda. Alzenira Araújo revela que,

Depende da semana, em algumas dá pra gente tirar R\$300 e em outras R\$ 400 reais. Depende da produção e por mês dá em torno de R\$ 2.000,00. Os maiores gastos estão com alimentação e com a própria cooperativa. A gente tem de investir no trabalho se não, não tem como trabalhar. Para a cooperativa estar em dia, precisa investir em gastos como a documentação, custos com advogado, é muita coisa! E tudo é custo. Né? Mesmo diante de toda confusão, tudo só melhora. Eu quero ainda construir bem bonita minha casa para que um dia olhem e digam olha a casa da catadora de lixo como dizem. Quero mesmo mostrar os frutos do nosso trabalho. Quero o nosso carro, entendeu? A gente consegue sim (entrevista/2013).

A cooperativa de fato requer gastos nos moldes de uma micro empresa e isso dificulta muito a gestão e compreensão do trabalho. De outro lado, a renda oscila de acordo com o mercado do reciclado. Amorim (2010) considera que as cooperativas de catadores produzem para as empresas capitalistas. E Salazar (2008) indica também que as metas são o surgimento de uma nova cultura do trabalho coletivo, uma sociabilidade que se insere na dinâmica da acumulação capitalista. A coesão existe entre os catadores, há uma luta por um desenvolvimento mais justo e prejuízos menos desigual. Para Singer (2004, p. 07),

A economia solidária pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. Seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. A economia solidária quer abolir as classes

Um direito a ser conquistado na busca pela igualdade é o projeto de emenda constitucional para a inclusão dos catadores como segurados especiais da Previdência social. O referido projeto é de iniciativa popular do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e visa a aposentadoria de catadores sem a necessidade de contribuição prévia aos que trabalham há anos na área.

Se aprovada a emenda beneficiará a categoria desses trabalhadores em todo o Brasil, permitindo a contribuição de 2,3% do rendimento para o INSS. Esse tipo de contribuição já é adotado para pescadores. Mas, para os catadores é necessário emenda constitucional. Hoje os catadores não têm contribuição específica para o INSS e são obrigados a recolher imposto como de uma empresa. A contribuição autônoma varia entre 11% a 20% para os catadores que pagam por meio da cooperativa. Destaque-se que a renda média nacional dos catadores encontra-se abaixo de um salário mínimo. Mas, a dos trabalhadores em geral, segundo o IBGE (2010) houve aumento de 0,8%. Em nossa pesquisa, do universo de 08 catadoras entrevistadas 50% afirmaram receber por mês de 0 a 1 SM (o equivalente de R\$100,00 a

R\$150,00 por semana) e outros 50% disseram receber de 1 SM a 3 SM mensalmente (em média R\$ 150,00 a R\$ 450,00 semanalmente como é o costume das cooperativas). Vejamos no gráfico seguinte:

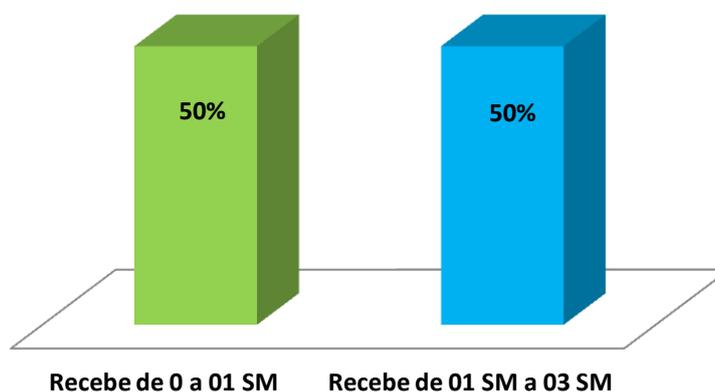


Gráfico 6: Renda Familiar  
Fonte: Pesquisa de campo/2013.

A pesquisa retrata que a renda das catadoras de Manaus segue a leve subida de renda dos trabalhadores no mercado atual. Antes, elas ganhavam menos de um salário a um salário, hoje, 04 das 08 entrevistadas disseram que sua renda subiu e que às vezes conseguem até R\$500,00 reais por semana, ultrapassando 03 salários por mês. Contudo, elas afirmaram também que essa renda depende muito do período de venda do material, como já foi ressaltado anteriormente. De acordo com Alzenira Araújo “agora pode estar em um tempo bom, mas, no próximo mês pode não estar mais” (entrevista/2013). Amorim (2010, p.92) afirma que “o que ocorre por exemplo, é quando os grupos produtivos vendem seus produtos para uma única empresa que determina todo o processo produtivo: forma de produzir, prazos rígidos e divisão do trabalho. Isso elimina a autogestão do grupo”.

Outra situação detectada foi que nenhuma das cooperativas declarou estar contribuindo com o INSS das cooperadas por não terem condições financeiras. A aposentaria especial<sup>30</sup> é uma necessidade para essas trabalhadoras. Na pesquisa de campo observamos

<sup>30</sup> A Aposentadoria Especial é o benefício concedido ao segurado ou à segurada que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para ter direito à aposentadoria especial, além do tempo trabalhado, deverá ser comprovada a efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos ou biológicos ou associação desses agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física pelo período exigido para a concessão do

mulheres que estão há mais de dez anos na catação, e estão desfiguradas pelas precárias condições de trabalho.

No Brasil a renda média das mulheres foi maior de 2000 a 2010 pois cresceu 13%. Três vezes mais que o aumento da renda dos homens que foi de 4% (IBGE 2011). A renda das mulheres está mais próxima da dos homens, mas continua a ser inferior, é quase 74% do rendimento deles. O fator importante para esse aumento da renda das mulheres foi, segundo Bezerra (2012), a articulação construídas pelas famílias para a organização do cotidiano e para a superação das dificuldades, posto que ocorria a insuficiência de rendimentos e a instabilidade de emprego.

Ao indagarmos sobre o preço do material, tentando verificar os valores dos ganhos obtidos neste trabalho, Alzenira Araújo, presidenta da Coopcamare revela o seguinte:

Quanto ao preço do material depende mais das empresas recicladoras. Por exemplo, a PCE paga R\$0,19 o kg do papel, de oito em oito dias. A SOVEL paga R\$ 0,25, mas só depois de um mês. Quando a SOVEL não recebe nosso material a gente fica entre uma e outra empresa procurando quem compre. Eu até dei essa ideia para o Projeto Cataforte em São Paulo, eu acho que se deveria chamar os empresários das empresas recicladoras de Manaus para que eles tenham um compromisso conosco. O PET em São Paulo está a R\$ 2,50. Aqui fica entre R\$ 0,80 a R\$1,00 e é sempre numa briga para nos pagar. O papelão em São Paulo é R\$ 0,30 a 0,40 o kg. Em Manaus ele está a R\$ 0,25 na SOVEL. Esse preço é bom para nós, a questão é o descompromisso com nossa categoria. Por exemplo, se eles disserem que essa semana não vai pegar o material, imagina como é que a gente fica!?. Se é daqui que a gente tira o nosso sustento? E depois não temos local para armazenar por muito tempo. Eles recebem recurso do governo federal, eles têm que ter essa responsabilidade social. Mas somos nós que temos que chamar? Acho que não. O ministério público do trabalho, ministério publico federal fazem o quê? Tem que cobrar porque a gente fala mas, eles não ouvem a gente não. Tem que ser um órgão acima deles. Autoridades. A PCE recebe incentivo do governo e por que não pega sempre nosso material? Eles oferecem logística. Por quê? Por que são bons? Não. É porque eles têm a obrigação de fazer. Eles tem carro e caçamba. Para nós, deram carrinho, rancho durante dois anos e depois parou porque? O que nos disseram que estavam pagando uma multa e estavam fazendo com os catadores. Mas as coisas não são esclarecidas. Não sabemos ao certo (entrevista/2013).

Os catadores organizados em cooperativas tem força para negociar diretamente com os empresários donos das empresas recicladoras em Manaus. Essa é uma estratégia própria da economia solidária que para Mance (2008, p. 120), “contribui para o bem viver das

comunidades pela reintegração ao tecido social e econômico de grandes parcelas da população que estavam excluídas das possibilidades de uma vida digna”.

Essa integração entre as cooperativas acontece quando as pessoas aderem à Economia solidária, quando se disponibilizam a aprender novas formas de produzir cotidianamente e coletivamente. A economia solidária gera mudança no indivíduo e na coletividade na medida em que os cooperados podem imprimir seu modo de gestão com autonomia, como é o caso da compra e venda direta com as empresas, fazendo frente à figura do atravessador na negociação como acontecia nas cooperativas pesquisadas.

A organização em cooperativa permite transformar o trabalho informal de forma que todos saiam ganhando. A pequena produção, fragilizada pelo tamanho reduzido das unidades transformam-se em produção em escala média e de grande porte por toneladas, mês, caso contrário não há renda, pois o preço por kg é irrisório. Isso, porém, exige um capital que pode ser proveniente de fonte pública (programas de geração de trabalho e renda) ainda, do investimento das próprias trabalhadoras em suas cooperativas. O trabalho da catação é tão digno quanto qualquer outro trabalho. O que as catadoras reclamam é das condições precárias e insalubres nas quais ocorre o trabalho. O catador não pode ser visto como coitadinho, conforme adverte nossa entrevistada:

A minha irmã, está no segundo ano da faculdade de enfermagem, mas, está lá trabalhando com a gente. A outra colega está fazendo contabilidade, e de onde é a renda? Do lixo, como o pessoal fala. Do nosso trabalho. Portanto, hoje não dá mais para falar coitadinha da catadora. Não! A catadora ou catador pode ter seu caminhão. Pode ter seu carro. Aquele tempo de miséria já passou. Um dos rapazes aqui, trabalha desde que era menor de idade, ele tinha 17 anos. Uma assistente social visitava a gente e dizia que iria mandar recolher o garoto, mas, ele dizia para ela, eu estudo de dia, se a senhora quiser ver minhas notas, e estou na catação à noite. Quando completou 18 anos serviu o exército, e quando saiu agora, comprou um caminhão pequeno, uma moto e voltou de novo para a reciclagem. Está conosco. O catador tem que deixar de sentir coitadinho (Alzenira Araújo entrevista/2013).

As fragilidades da cooperativa estão em torno da competição acirrada do mercado capitalista. Nesse mercado estão as empresas recicladoras e os atravessadores que ganham e exploram as catadoras nesse processo. Na verdade, o mercado da reciclagem é muito complexo. Praticamente cada produto tem um mercado próprio: o alumínio, o plástico, o vidro, o papelão, têxtil, material de construção, dentre outros. Cada produto tem tecnologias e engenharias próprias. Teixeira (2004) assinala que a reciclagem no Brasil enfrenta muitos problemas e, por essa razão, ainda não deslanchou. A reciclagem ainda precisa resolver

questões básicas, entre os quais, os mais importantes, são o incentivo fiscal, a cobrança do imposto sobre Circulação e Serviços (ICMS), e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que é superior no caso de produtos reciclados que são 12% contra 10% para a embalagem confeccionada a partir de matéria-prima virgem e a aquisição de matéria-prima além da falta de um gerenciamento integrado do lixo no Brasil prejudica o fornecimento de material a ser reciclado para as empresas com uma frequência necessária para a produção não parar. O fortalecimento das cooperativas de catadores também poderá melhorar esse item

O cotidiano das catadoras é bem intenso de trabalho. Conforme Alzenira Araújo,

De segunda a sexta passamos o dia no galpão que é alugado lá na cidade de Deus, por enquanto. Foi o único lugar que encontramos. A gente passa o dia inteiro lá, tira a cola do papel, separa o material. Para almoçar a gente faz almoço na casa de uma das catadoras que fica bem em frente. E quando a gente vende material a gente paga as despesas e divide a sobra entre nós (entrevista/2013).

As mulheres são mais autônomas e mais lutadoras por seus objetivos, mas também são elas que realizam o trabalho mais pesado na cadeia produtiva da catação. A limpeza de todo o material e o processo de separação desse material constitui-se num trabalho pesado para elas. Para Torres (2012, p. 203) pode até parecer um trabalho leve, “mas se torna pesado pela intensificação das outras atividades”.

Os trabalhadores informais são unânimes em reivindicar a regulamentação de suas atividades. Com razão, pois a informalidade é uma insegurança na vida das trabalhadoras. E isso também afeta o conjunto de cidadãos ao seu redor: usuários dos serviços, consumidores ou simplesmente moradores da mesma localidade. O trabalho informal pode afetar vidas (POCHMAN, 1996).

Os processos dialéticos estabelecidos nas relações de poder na sociedade determinam mudanças significativas na arena política, e para tanto, é importantíssimo a participação democrática dos sujeitos sociais nas definições de políticas públicas que venham atender as necessidades dos indivíduos na sua coletividade, mesmo que esta esteja atrelada à reconfiguração do capital.

### 3.3 – Os problemas de saúde das mulheres cooperadas provocados pelas precárias condições de trabalho

A saúde das mulheres é um dos objetivos do milênio a ser alcançado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no período de 2000 a 2015. O Amazonas ostenta o primeiro lugar no *ranking* brasileiro nos casos de câncer de colo do útero. Os dados são do Instituto Nacional do Câncer (INCA/ 2012) os quais revelaram que o Amazonas dobra o índice nacional. Enquanto no país a taxa bruta de incidência para cada 100 mil mulheres é de 17,49 casos, no Amazonas, este número sobe para 35,15. Por isso, o governo estadual iniciou um Programa de vacinação contra o vírus Papiloma Vírus Humano (HPV) em 2013.

Sobre a saúde das mulheres catadoras, Irineide Silva (43 anos), afirmou em entrevista que na Ecocooperativa, elas trabalham com o material pesado, pelo fato de haver poucos homens no processo. Vejamos:

Pelo fato das mulheres serem em número maior do que os homens, nós mesmas precisamos carregar, puxar, prensar, empurrar. É muito trabalho mesmo. A gente fica muito cansada. Dores nas costas e na pente (baixo ventre). Por isso também que hoje, a gente não trabalha aos sábados. É somente de segunda a sexta. Mas, antes quando catava no lixão da cidade, já catei até quase no último mês de gravidez (entrevista/2013).

De acordo com Torres (2012, p. 202) as mulheres da Amazônia sempre realizaram trabalhos pesados. “No período colonial, homens e mulheres trabalharam na produção das drogas do sertão, sob o jugo do trabalho forçado”. A autora se refere especialmente ao trabalho na roça como um trabalho pesado realizado pelas mulheres tais como a capinação no sol escaldante, a coivara<sup>31</sup> e carregamento de grandes paneiros de mandioca nas costas. Essas condições na quais esse tipo de trabalho é realizado acabam prejudicadas enormemente a saúde das mulheres. Conforme Torres (2012, p. 204) em face da

Condição biológica do corpo das mulheres quanto à sua condição uterina e a exposição dos hormônios através das mamas, elas não são aconselhadas a carregar peso porque é prejudicial à sua saúde. O trabalho pesado para as mulheres é, sobretudo, a dupla jornada de suas atividades fora e dentro de casa.

---

<sup>31</sup> Coivara é uma técnica agrícola tradicional utilizada em comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas que derrubam a mata nativa, queimam a vegetação e plantam intercalando várias culturas, tais como o milho, o arroz e o feijão durante três anos e que depois necessitam dar repouso também a terra por no mínimo, três anos. Disponível no site <http://pt.wikipedia.org/wiki/Coivara>, acessado em 15 de dezembro de 2013.

Uma das catadoras entrevistadas, Maria de Fátima, revela que sofre com uma hérnia abdominal adquirida no trabalho pesado. De acordo com suas palavras,

Senti que nestes dias essa hérnia está pior. Eu acredito que essa doença nasceu quando trabalhava na estrada carregando os produtos da roça. Ainda não tive coragem de fazer cirurgia. E deixar de trabalhar diminui a renda. Eu tenho duas adolescentes para criar (entrevista/2013).

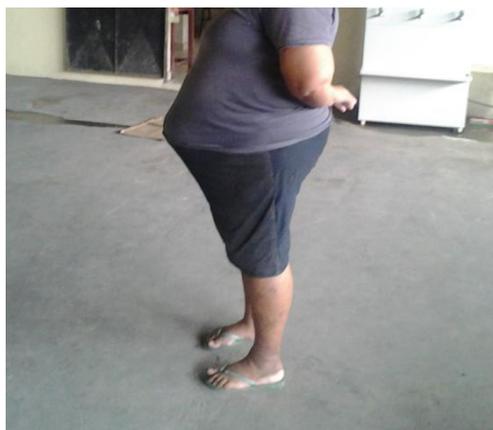


Foto11: Catadora obesa e com hérnia -  
Fonte: Luiza de Marilac M. Moreira//pesquisa de campo/ 2013.

Nossa pesquisa constata que as catadoras parecem perder o medo dos riscos seja de contaminação ou de adquirir doenças ou mesmo pelo risco de acidentes. Todo trabalho precisa ter ambiente salubre para não prejudicar a saúde dos próprios trabalhadores. O que acontece no caso das catadoras é que a sua atividade laboral as coloca diretamente diante de condições insalubres a começar pelas materiais com as quais elas lidam. FOUCALT (1999, p.93) analisa a salubridade dizendo,

A salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública - no século XIX

Entre as catadoras essa é uma situação inevitável. Elas acabam se acostumando com o ambiente insalubre. No ano de 2012, uma das casas que servia também para guardar o material reciclável foi autuada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) pela

insalubridade do ambiente que atingia toda a família, incluindo crianças no ambiente. Nessa oportunidade a Anvisa exigiu também que o poder público garantisse condições para o trabalho das catadoras, o que constituiu-se num processo de diálogo delas com o poder público municipal no que tange à reivindicação de direitos.

Constatamos nesta pesquisa que uma das mulheres catadoras desenvolveu uma hérnia possivelmente por causa das condições insalubres e em face da realização do trabalho pesado. Esta trabalhadora nos informou que ainda não fez a cirurgia “por causa de pressão alta e também porque tenho medo, além disso tenho duas filhas ainda adolescentes para criar” (entrevista/2013). Se não houver uma preocupação urgente com a saúde das mulheres catadoras, elas serão vítimas fatais de condições de trabalho insalubres e precários. Para Leal (2010, p.86) a “precarização do trabalho atinge, sem dúvida, os empreendimentos solidários, principalmente as cooperativas de serviços. Com efeito, mais do que a economia solidária é o trabalho informal individual, descolado dos princípios de solidariedade e cooperação, que é fortemente precarizado. As mulheres têm se constituído na mão-de-obra majoritária desse tipo de trabalho informal em todo o país”. A precarização traz grandes riscos à saúde e à vida.

As mulheres parecem perder o medo dos riscos quando trabalham sem o Equipamento de Proteção Individual (EPI), como constatamos nesta imagem:



Foto12: A catadora colocando os livros na serra/ Pesquisa de campo/2013  
Fonte: Luiza de Marilac M. Moreira//pesquisa de campo/ 2013.

A cooperativa recebeu livros da SEDUC para realizarem limpeza das colas e depois venderem para a SOVEL onde fabricam o papel higiênico. No trabalho de campo observamos que as catadoras lidam com uma serra elétrica para retirar a parte da cola dos livros. A serra

fazia muito barulho e saía muito pó do cortante, sentimos também um forte odor de queimado. E apesar de tudo isso, a catadora não usava luvas, não usava máscaras, nem óculos de proteção, nem fone para proteger os ouvidos, nem avental de trabalho. Para Oliveira (2011, p.76) “a falta de informação impede que o indivíduo identifique e perceba a magnitude dos riscos presentes nas ocasiões mais variadas. A ausência ou reduzida percepção de risco impossibilita o homem a assumir condutas de prudência”.

Quando perguntamos sobre os EPI's foi-nos dito que estão preparando um ofício para adquiri-los através de um patrocínio da Coca-cola. Já fizeram orçamento e é muito caro. Nossa entrevistada Irineide Silva nos relatou sobre as maiores queixas de doenças: “no início a queixa das cooperadas era mais a dor de cabeça, mas, hoje, há queixa de tudo, a mais frequente é a pressão alta e micoses” (Entrevista/2013).

A hipertensão<sup>32</sup> ou pressão alta é uma doença caracterizada pela elevação dos níveis tensionais de sangue. É uma síndrome acompanhada por alterações como a obesidade, e cerca de 20% da população brasileira é portadora de hipertensão e 50% da população obesa tem a doença. As artérias perdem resistência para dilatar e contrair. A hipertensão é a maior causa de morte no mundo. A hipertensão tem três estágios e dependo de cada um, aumenta o risco de morte. O paciente precisa saber qual é o seu estagio para tratá-la, pois, ainda que não haja cura, ela pode ser controlada. É importante que o paciente pare o fumo, o consumo de bebidas alcoólicas, o grande consumo do sal, o estresse com problemas pessoais e familiares, controle o colesterol, faça exercícios físicos e controle a diabetes, além de ter mais um sono adequado. Além disso a hipertensão aumenta com a idade acima de 50 anos. É preciso que fique atenta aos sintomas: podem ocorrer dores de cabeça, tonturas, zumbido no ouvido e calor excessivo. É importante recorrer à avaliação médica, pois, somente este profissional poderá medicar um paciente hipertenso.

A micose<sup>33</sup> é o nome genérico dado a várias infecções causadas por fungos e estão por toda parte. Mas, existem condições mais favoráveis à ela como ambientes úmidos ou calor excessivo. Os fungos se reproduzem e se localizam na pele ao redor dos pelos e unhas. Nas unhas dos pés causa infecção (onicomicose), é extremamente frequente na população adulta,

---

<sup>32</sup> A Hipertensão. Disponível em <http://www.minhavidade.com.br/saude/temas/hipertensao>. Acessado em 06 de outubro de 2013

<sup>33</sup> Micose. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Micose>. Acessado em 06.10.2013

assim como a Pitiríase versicolor<sup>34</sup>, popularmente conhecida como pano branco. Trata-se de uma infecção cutânea provocada por uma parasitária na *Levedura malassezia* componente da flora normal da pele qual sob as condições de calor, umidade, imunossupressão, má nutrição e mesmo predisposição individual da pele com maior oleosidade pode ocasionar esta infecção frequentemente.

A micose profunda pode se espalhar e afetar a circulação sanguínea e órgãos internos como pulmões, intestinos, ossos e sistema nervoso. Os locais mais propícios são os chuveiros públicos, piscinas, animais, botas, luvas, uso de roupas úmidas e contato com material contaminado como é o caso do trabalho das catadoras de recicláveis. A micose geralmente aparece sintomaticamente com coceiras excessivas, vermelhidão e irritação da pele dentre outros.

A pesquisa constata que entre as catadoras tem aumentado o número de mulheres acima do seu peso, algumas estão obesas. Esta situação atinge principalmente mulheres acima de 50 anos que trabalham dentro do galpão.

Denomina-se obesidade uma enfermidade caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal associada ao problema de saúde, ou seja, que traz prejuízos à saúde da pessoa. O organismo humano é o resultado de diferentes interações entre o seu patrimônio genético e o ambiente socioeconômico, cultural e educativo dentro do seu ambiente familiar e das relações sociais. A massa física de uma pessoa apresenta diversas características especialmente sua maneira de nutrição.

A Organização Mundial de Saúde (OMS/1997) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. A saúde é um direito fundamental da pessoa assegurado pela Constituição Federal de 1988. A saúde é um bem coletivo, um bem de todos, concatenado com as condições de habitação, de nutrição, de salubridade, lazer dentre outros (OMS,1997).

Esse conceito também inclui a saúde mental. O bem estar psíquico também é atingido pelas contradições da sociedade capitalista envolvendo famílias, trabalho e comunidade. A saúde, portanto é uma condição de bem estar social, onde a distribuição da riqueza circulante deveria ser equânime, pois, todos têm parte, a sociedade ou a cidade é uma construção de todos (CARLOS, 1992).

---

<sup>34</sup> Pitiríase versicolor disponível em <http://www.ache.com.br/Corp/dermatologia-pano-branco.aspx>. Acessado em 28.10.2013

A obesidade é o resultado de diversas alterações sociais tais como fatores ambientais e das relações sociais. Novos conhecimentos científicos estão sendo feitos aos diversos mecanismos pelos quais se ganha peso. Independente disto, o ganho de peso está sempre associado a um aumento da ingestão de alimentos e a uma redução do gasto energético correspondente a essa ingestão. O aumento da ingestão<sup>35</sup> pode ser decorrente da quantidade de alimentos ou de modificações de sua qualidade, resultando numa ingestão calórica totalmente aumentada, como nos revela a catadora Maria de Fátima: “a gente se alimenta mais de pão, ovos, salsicha, calabresa, refrigerantes e comidas rápidas” (entrevista/2013).

Dados do Ministério da Saúde (2013) revelam que, pela primeira vez, o percentual de pessoas com excesso de peso supera mais da metade da população: 51% de brasileiros acima de 18 anos estão nesta situação. A obesidade cresceu no país, em 2006 quando o índice era de 43% da população. Atualmente, a obesidade aumentou 17% da população em geral, entre os homens, 16% estão obesos e entre as mulheres, 18% são atingidas.

Esse é certamente um importante instrumento para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde e para estimular hábitos saudáveis. O Ministério da Saúde adverte para a grande influência dos padrões alimentares inadequados tais como a ingestão de gorduras saturadas e refrigerantes aliado ao sedentarismo no crescimento desse dado. Portanto, há necessidade de programas sociais e de saúde ligados ao incentivo de ingestão de frutas, verduras, hortaliças, sucos naturais e alimentos menos gordurosos além do incentivo às práticas esportivas e de movimento do corpo.

O gasto energético, por sua vez, pode estar associado a características genéricas ou ser dependente de uma série de fatores clínicos e endócrinos, incluindo doenças nas quais a obesidade é decorrente de distúrbios hormonais, provocando o excesso da gordura corporal. Independente da severidade a obesidade apresenta limitações estéticas, de movimentos, tendem a serem contaminados por fungos, outras infecções da pele, sobrecarregam a coluna e membros inferiores, apresentando degenerações como artroses e doença varicosa superficial e profunda (varizes), má circulação sanguínea e erisipela como foi encontrado também em uma das catadoras entrevistadas.

Esta forma de ingestão e de doenças estão relacionadas à situação socioeconômica e ao saneamento ambiental inadequado, o qual representa um grande problema no espaço de

---

<sup>35</sup> Ingesta: (lat *ingesta*) é uma palavra usada na área da medicina para significar todos os alimentos introduzidos e trabalhados no tubo digestivo. Disponível em <http://www.dicio.com.br/ingesta/>. Acessado em 22 de novembro de 2013.

trabalho das catadoras. O Estado protetor é uma instância estrutural importante na provisão de políticas públicas. E a saúde nos dizeres de Leal (2010, p. 131), “não pode ser pautada somente em procedimentos curativos e hospitalocêntricos, pois no processo saúde-doença outros elementos devem constar como condições de trabalho, ambientais, saúde mental dentre outros”. No Brasil dificilmente se correlacionam os problemas de saúde com as condições de vida e trabalho dos usuários dos serviços, onde se estabelece apenas uma rotina curativa, mas não de prevenção.

Na Coopcamare, a presidenta Alzenira Araújo, afirmou que já estão no segundo ano que elas se preocupam e se organizam em separar o trabalho pesado para os homens e o trabalho leve para as mulheres realizarem. Vejamos:

Então, quem trabalha com plástico vai ganhar do plástico – e no caso são mais as mulheres. No caso dos homens eles trabalham mais com o papel e papelão, eles prensam, vão buscar esse material e vão entregar. Esse material mais pesado fica para eles mesmos. No caso de separação do papel, plástico e pet fica com as mulheres. Mas, as mulheres pegam no pesado quando precisam. No geral elas estão com o trabalho mais leve e na direção da cooperativa. Por exemplo, a minha filha fica dentro do galpão e faz a contabilidade. Ela vai fazer até um curso de contabilidade. Ela que faz todo trabalho de ver quem faltou, anota os fardos de quem está produzindo. Ela e a Claudia que não é minha parente. E a renda do papelão dá para pagar as meninas que fazem esse trabalho de secretária (entrevista/2013).

Na Coopcamare existe a divisão de papéis definidos entre o homem que fica com o mais pesado e as mulheres com os mais leves no trabalho coletivo da cooperativa. Alzenira Araújo (40 anos) esclarece que essa divisão do trabalho é contribuir com a saúde das cooperadas.

Na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da mulher – PNISM (2004-2007) mostra que no Brasil, as principais causas de morte da população feminina eram as doenças cardiovasculares, destacando-se o infarto agudo do miocárdio e o acidente vascular cerebral; as neoplasias, principalmente o câncer de mama, de pulmão e o de colo do útero; as doenças do aparelho respiratório, marcadamente as pneumonias (que podem encobrir casos de aids não diagnosticados); doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, com destaque para o diabetes; e as causas externas como os acidentes de trânsito e violência. Gama (2004, p.81) aponta que,

A avaliação em saúde, quando incorpora as relações de gênero, deve voltar-se, ainda, para captar mudanças nas condições de saúde das mulheres, bem como nos aspectos inerentes aos seu lugar social subordinado, superando,

dessa forma, a concepção de avaliação como simples medida de desvio entre o esperado e o realizado no campo das políticas de saúde.

A pesquisa realizada pela PNISM (2002) nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, analisando óbitos em mulheres de 10 a 49 anos (ou seja, mulheres em idade fértil), as dez primeiras causas de morte encontradas foram as seguintes, em ordem decrescente: acidente vascular cerebral, aids, homicídios, câncer de mama, acidente de transporte, neoplasia de órgãos digestivos, doença hipertensiva, doença isquêmica do coração, diabetes e câncer de colo do útero. A mortalidade associada ao ciclo gravídico-puerperal e ao aborto não aparece entre as dez primeiras causas de óbito nessa faixa etária. No entanto, a gravidade do problema é evidenciada quando se chama atenção para o fato de que a gravidez é um evento relacionado à vivência da sexualidade, portanto não é doença, e que, em 92% dos casos, as mortes maternas são evitáveis.

A pesquisa feita pela PNISM (2011) acusam as principais causas que continuam: as doenças cerebrovasculares (taxa padronizada de mortalidade: 16,1 óbitos/100 mil mulheres habitantes) e nas cinco regiões. As doenças isquêmicas do coração foram a segunda causa de morte no Brasil e em todas as regiões, com exceção da Região Norte, onde esta posição foi ocupada pela neoplasia maligna do colo do útero (taxa padronizada de mortalidade: 10,8 óbitos/100 mil mulheres). A neoplasia maligna da mama feminina foi a terceira causa de morte no país e nas regiões Sudeste e Sul. Nas regiões Norte e Nordeste, a terceira causa de morte foi diabetes *mellitus*.

Para superar esse quadro é necessário reformular o objeto e os serviços das políticas públicas de saúde, pois segundo Gohn (2002, p. 92),

As políticas de saúde neste país, na medida em que restringem o seu objeto à necessidade do atendimento médico, não consideram as condições de vida dos usuários e a carência maior em que sobrevivem – nutricional, habitacional e educacional – e se limitam a prover recursos de assistência médica.

Gama (2004,p.84) é enfático em reafirmar o fato de que,

Uma perspectiva de gênero também é propositiva no sentido de sugerir modelos de mudança cultural que desconstruam as iniquidades, operacionalizados por meio de políticas, programas, planos que facilitem ou abram espaço ao empoderamento das mulheres, que modifiquem os estereótipos masculinos e femininos, erodindo as atuais hierarquias e abrindo possibilidades para que homens e mulheres tenham uma vida mais igualitária

A preocupação com a saúde mostra que as mulheres catadoras estão cada vez mais tomando a frente, a liderança da cooperativa e de suas casas, como revela esta pesquisa em relação à recusa da dupla jornada de trabalho. Conforme Irineide Silva, “trabalhar fora e dentro de casa já é demais. A gente paga alguém para ficar com as crianças, mas sobretudo para cuidar da casa e da comida. Quem sempre ficou em casa foi meu marido. Enquanto eu trabalhava na catação ele cuidava da casa, das crianças e da roupa porque adquiriu uma doença e não podia trabalhar fora. Ele dava conta de tudo mesmo. Sempre perguntava o que eu queria comer, almoçar” (entrevista 2013).

Sobre os papéis no âmbito familiar, Torres ( 2005, p. 188), aponta para as mudanças que vem ocorrendo mesmo de forma lenta para a igualdade de gênero, ao dizer que,

Com efeito, não comungamos da ideia de que a cidadania da mulher tenha por fim a igualdade com o homem. Não se pode descartar as bases biológicas das diferenças entre os sexos, como também não se pode negar que a luta das mulheres possui pauta específica em termos de políticas públicas [...] Ressalte-se que algumas mudanças já podem ser notadas nesse processo, ainda que de forma descontínua e residual. Em algumas sociedades, questões como planejamento familiar, economia doméstica e educação dos filhos, aos poucos vão deixando de ser uma preocupação exclusivamente da mulher para ser um problema do homem e da mulher.

Vimos anteriormente que os dados do PNAD 2011<sup>36</sup> revelam que o número de mulheres chefes de família aumenta ao longo dos anos. No Brasil esse número subiu de 20,81% para 26,55%. A Pesquisa Nacional por Domicílio aponta que 37,4% das famílias têm como pessoa de referência uma mulher, enquanto cresce o número de homens que ficam em casa cuidando da casa e dos filhos.

A experiência de chefia feminina na América latina relata que os papéis domésticos são repensados. Para Samara (1997, p. 17) “a compreensão dessa diversidade é um primeiro passo da crítica à construção dos estereótipos, o que não significa que devemos atomizar, tomando-se a premissa de que a análise histórica permite comparar e visualizar mudanças ao longo do tempo, preservando as nuances da individualidade”. MATOS (2009) mostra que esse conflito de papéis e mudanças de protagonismo se deu de forma espontânea, ou seja, por

---

<sup>36</sup> Ver Mulheres chefes de família não são mais pobres e nem sozinhas. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/22/mulheres-chefes-de-familia-nao-sao-mais-pobres-e-nem-sozinhas-diz-pesquisadora>. Acessado dia 07 de outubro de 2013.

uma necessidade das mulheres em resistir diante da sobrevivência pessoal e de sua família na sociedade capitalista, conforme esta autora,

Na América latina, procurou-se reconstruir a estrutura ocupacional feminina num meio urbano através do exercício de papéis improvisados, destacando e descobrindo sua presença constante na inserção no espaço público, onde as atividades femininas adquirem importância. A maior parte desses trabalhos privilegiou o período colonial e anos iniciais do século XIX, localizando a mulher no espaço urbano, em sua faina para colaborar na manutenção da casa, quando não provendo sozinha o próprio sustento e o da família. Nesse sentido, os estudos como o de E. P. Thompson foram inspiradores para trazer luzes sobre o que poderíamos chamar de uma cultura de resistência, em que a luta pela sobrevivência e a improvisação tomaram feições de atitudes políticas, formas de conscientização e manifestações espontâneas de resistência (MATOS, 2009, p. 281).

O conflito de papéis se deu através da resistência feminina modificando ao mesmo tempo a mudança no protagonismo social e histórico de forma espontânea. Santos (2005) chama a atenção para a necessidade de uma adequação da ação governamental, no sentido de considerar o fato de que homens e mulheres apresentam, concretamente, condições e demandas diferentes.

Nos anos 1990, o Poder Executivo Federal adotou um conjunto de medidas com o objetivo de implementar os compromissos assumidos na IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijing (1995). Dentre estes compromissos destacam-se os protocolos assinados pelos Ministérios da Justiça e do Trabalho, com intermediação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), assegurando prioridade de acesso às mulheres em situação de risco social, prioridade nos Programas Sociais voltados para a geração de emprego e renda e para a qualificação profissional, tais como o Proeger (Programa de Geração de Emprego e Renda), o Planfor (Plano Nacional de Qualificação Profissional) e o Pronaf/mulher (Programa Nacional de Agricultura Familiar) dirigido às mulheres.

A maior limitação dessas políticas de emprego estava, portanto, no fato de que elas não conseguiram superar a desigualdade de gênero, justamente por não atingirem e por não incorporarem de modo efetivo às mulheres.

O crescimento do desemprego, o aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho, com o surgimento de novas formas de trabalho precário e o aumento da exclusão social na última década, levaram à ampliação das discussões sobre desenvolvimento local e

economia solidária, promovendo ao mesmo tempo, uma reorientação nas políticas de geração de emprego e renda de modo a incluir os homens e mulheres para os quais não se apresentavam possibilidades de inserção ou retorno ao mercado de trabalho (SILVA, 2003).

As políticas adotadas principalmente por governos municipais e estaduais contribuíram para promover e fortalecer no Brasil a Economia Solidária que ganhava espaço enquanto movimento social por iniciativas de universidades, sindicatos, ONGs, igrejas, na medida em que tinham como objetivo a inserção das populações excluídas em cooperativas populares e auto-gestionárias buscando garantir a sua viabilidade (BENINI, 2003).

No entanto, em poucos casos essas políticas foram concebidas a partir de uma perspectiva de gênero, apesar dos programas municipais e estaduais atenderem uma maioria de mulheres em situação de pobreza, cuja inserção no mercado de trabalho está marcada, como observam Azevedo e Argonez (2002), por grandes desvantagens, dentre elas a responsabilidade unilateral no cuidado dos filhos e demais obrigações domésticas.

O caso mais conhecido de política de geração de emprego e renda que adotou uma orientação de gênero é o do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, na gestão de 1999 a 2001. No caso da prefeitura de São Paulo (2001 a 2004), apesar dos programas sociais distributivos e dos voltados para a geração de emprego e renda não terem adotado explicitamente um critério de gênero para a seleção de beneficiários, no conjunto eles atingiram uma maioria de mulheres.

No Rio Grande do Sul, foi criado pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, o Programa Coletivos de Trabalho, que estabeleceu prioridade de acesso às mulheres Azevedo e Argonez (2002). O Programa foi estruturado a partir de duas dimensões. Uma de caráter emergencial, com duração de seis meses, destinada à geração emergencial de renda para atender às necessidades imediatas dos envolvidos e que se realizava pela execução de trabalhos nas suas comunidades. A segunda de caráter estratégico, visava a constituição de alternativas de trabalho auto-sustentáveis através da qualificação profissional e da organização de empreendimentos autogestionários.

A prioridade dada às mulheres e, em especial, às chefes de família fez com que estas constituíssem 65% dos beneficiários do Programa, sendo que em algumas das cooperativas elas chegaram a cerca de 90% dos membros. A prioridade de acesso visava superar os obstáculos à inclusão, identificados em um conjunto de características encontradas

principalmente nas mulheres: a baixa escolaridade, os baixos níveis de qualificação profissional, o elevado tempo de exclusão do mercado formal de trabalho.

Andrade (2007, p.112) afirma que “um olhar sensível no âmbito das políticas do trabalho é essencial para demolir um dos grandes pilares das desigualdades sociais no Brasil que é a desigualdade de gênero”, aludindo à política nacional de economia solidária sob o olhar de gênero. De fato, as políticas públicas de renda, saúde e planejamento familiar precisam ser elaboradas a partir da leitura e da escuta das experiências e lutas das mulheres pelo Brasil inteiro como foi feita nesta pesquisa de campo com as mulheres catadoras de recicláveis e o movimento de economia solidária em Manaus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar as mulheres catadoras e o movimento de economia solidária em Manaus foi motivo de grande alegria para mim, na medida em que foi possível travar um debate profícuo com temas importantes como a questão socioambiental, as relações de gênero e a economia solidária, o que nos oportunizou leituras das várias manifestações sociais dentro deste universo.

No decorrer da pesquisa muitas dificuldades foram encontradas, a desconfiança de algumas catadoras para conceder entrevista foi bem visível. Algumas delas eram resistentes em falar de si mesmas, do seu espaço de trabalho e de suas vidas, o que para nós é muito compreensível, já outras contribuíram com muito ânimo. Momentos de maiores dificuldades encontramos na Semulsp, pois várias vezes estivemos naquela instituição para realizarmos a coleta de dados, e não éramos atendidas, até que um dia conseguimos a entrevista com o Secretário da referida pasta.

Quanto à grande questão colocada à nossa reflexão no início deste estudo, ou seja, a de sabermos se as catadoras eram efetivamente reconhecidas como trabalhadoras pelo Estado brasileiro, os resultados revelam que aos poucos elas estão sendo conhecidas e reconhecidas por causa da sua forma organizativa. Hoje existem alguns Programas Sociais voltados para a geração de emprego e renda e para a qualificação profissional direcionados às mulheres, tais como o Pronaf/mulher (Programa Nacional de Agricultura Familiar), mas, não existe nenhum programa específico para as catadoras. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece prioridade às catadoras quanto à política de transferência de renda como o Bolsa Família, moradia (Programa Minha Casa Minha Vida) desde o início de 2013, contudo, elas precisam ser esclarecidas disso.

A feminização da economia solidária é também uma grande revelação de nossa pesquisa, o que contradiz a pesquisa do SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária da SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária que aponta a maioria masculina dentro da economia solidária brasileira. Isto definitivamente não corresponde à realidade. Na área urbana, elas é que são maioria. As mulheres protagonizam a transformação social no seu cotidiano retirando suas famílias da miséria ou da pobreza através de sua participação na economia solidária. As mulheres são as que mais se adaptam à economia

solidária pelo fato de poderem organizar o próprio horário, pela forma com a qual realizam os trabalhos sem pressão de patrão, dentre outros motivos.

O empreendimento solidário toma forma de desenvolvimento sustentável e de inclusão social na sociedade capitalista pela sua maneira coletiva de produzir. Mas, a economia solidária em Manaus precisa de melhor acompanhamento e empenho dos próprios membros do movimento. Um exemplo é o Grupo de Trabalho (GT) de Gênero que ainda não tinha sido consolidado até a finalização desse estudo.

As catadoras devem ser inseridas em Programas de Coleta Seletiva do Município de Manaus, pois a Lei nº12.305 de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) prevê essa participação na coleta seletiva e nos programas assistenciais, e o fechamento dos lixões até agosto de 2014 em todos os municípios do Brasil.

Ficou claro em nossa pesquisa o fato de que são as mulheres que realizam o trabalho mais pesado na cadeia produtiva da catção. São elas que fazem o trabalho da prensa e de “puxar” o material como elas mesmas dizem. E por esse motivo, pelo contato com o ambiente insalubre e pela questão alimentar, tem sua saúde atingida e fragilizada.

Por fim, constatamos que a chefia feminina é a realidade de todas as entrevistadas, mesmo aquelas têm companheiros são elas que organizam a família e os afazeres domésticos e que organizam as cooperativas. Por isso, elas são os sujeitos centrais nessa forma de trabalho. Elas organizam a vida, o cotidiano, dividem as tarefas, as economias, as várias necessidades que se põem no dia a dia.

E ao contrário do que muitos poderiam pensar, as mulheres catadoras não são “coitadinhas”, nossas entrevistadas demonstraram-se felizes com a caminhada feita, por suas conquistas, pelas famílias que têm. Elas têm muito amor, cuidado e preocupação com as filhas, filhos e netos.

Essas são mulheres que apesar de não serem totalmente reconhecidas pelo Estado, vivem a dignidade do trabalho solidário na catção de materiais recicláveis. Elas vivem o zelo, o cuidado e o equilíbrio entre a vida humana e a vida ambiental em meio as ruas, calçadas, casa, terra, água, galpão, plásticos, pets, papel, papelão, prensa, begs, artesanatos. Elas vivem a efetividade e a afetividade no trabalho solidário. As catadoras de materiais recicláveis educam a sociedade para o valor da vida, do sujeito mulher e para o equilíbrio socioambiental.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Andressa Nunes. **Economia Solidária – Princípios e contradições**. Dissertação de Mestrado em política social Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES 2010.
- ANDRADE, Priscilla Maia de. **A economia solidária é feminina? Análise da Política Nacional de Economia Solidária sob a perspectiva de gênero**. Dissertação de mestrado - Departamento de política social da Universidade de Brasília, UNB, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. In: SILVA, Maria Ozanira da; YASBEK, Maria Carmelita (Org.). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004
- ARAÚJO, Verônica Fagundes; RIBEIRO, Eduardo Pontual. **Diferenças de Salários por gênero no Brasil: Uma análise regional**. Disponível em [http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2001\\_11.pdf#page=10&zoom=121,0,425](http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2001_11.pdf#page=10&zoom=121,0,425), acessado em 05 de agosto de 2013.
- ARAÚJO, Wagner; TORRES, Iraildes Caldas. **Trajetória de vida e de trabalho de mulheres indígenas em Manaus, AM**. In: TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vicente dos (Org). **Intersecção de gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011
- AZEVEDO, Neusa; ARGONEZ, Iara. **Coletivos de trabalho: uma experiência de geração de renda**. In: Coordenadoria Especial da Mulher, prefeitura do Município de São Paulo, Caderno 1, 2002.
- BARBIERI, José Carlos. **A emergência da tecnologia social: revistando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento Sustentável**. In: **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/03.pdf>. Acessado no dia 27 de fevereiro de 2013.
- BARBOSA, Evandro Brandão (Org.). **Logística Reversa de pós-consumo na Amazônia**. Manaus: BK editora, 2012.
- BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. **Pobreza e domicílios chefiados por mulheres**. In: II Seminário Nacional: políticas econômicas, pobreza e trabalho. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- BARTHOLO, Roberto e TUNES, Elizabeth. **É preciso popularizar a Ciência?** – Cadernos de Tecnologia Social, disponível em <http://www.ltds.ufrj.br/gis/> - Acessado dia 03 de março de 2013.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1998.

BENINI, Edi Augusto. **Economia Solidária, Estado e Sociedade civil: um novo tipo de política pública ou um agenda de políticas públicas?** In: VEIETEZ, Neuza Maria (Org), Revista Org & Demo. Marília, Unesp, 2003

BENTES, Norma. **Manaus, realidade e contrastes sociais**. Manaus: Editora Valer, 2005.

BERTUCCI, Ademar de Andrade. **A construção do sujeito no contexto dos excluídos. O caso dos projetos Alternativos Comunitários – PAC's da Cáritas Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 1995.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; BURSZTYN, Marcel. **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento Sustentável**. Edições IBAMA, Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consorcio CDS-UNB-Abipti, 2000.

BEZERRA, Neuzeli Maria de Almeida. O papel das mulheres na elaboração de estratégias de sobrevivência. In: FERREIRA, Maria Mary (Org). **Conhecimento Feminista e Relações de gênero no norte e nordeste brasileiro**. São Luiz: REDOR, NIEPEM, 2012.

BINSWANGER, Hans Christoph. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudo de caso de duas cidades na Índia. Tradução de Cristina Cruz. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL, Constituição Federal – 1988. Disponível em [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_04.02.2010/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf). Acessado em 12 de julho de 2013.

BRASIL, Diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, **LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007**. Acessado em 05 de julho de 2013.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br), acessado em 02 de março de 2013.

BRASIL, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_sintese.shtm). Acesso em 10 de julho de 2013.

BRASIL, Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei 12.305/10 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm), acessado em 20 de julho de 2013.

BRASIL. Economia Solidária, outra economia acontece: cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social. Brasília: SENAES, FBES, 2007.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Bruna. **Banco de dados, série mulheres e mercado formal de trabalho são Paulo**. Fundação Carlos Chagas disponível em [WWW.fcc.org.br/seveletsmulher/seriesonline\\_historicas](http://WWW.fcc.org.br/seveletsmulher/seriesonline_historicas). Acessado dia 20 de junho de 2013.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARVALHO, Luiza. **Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Nº 57, São Paulo: Cortez, 1998.

CARVALHO. M. do C. Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: Kaloustian. Sílvio M. **Família brasileira, a base de tudo**. Brasília, DF: Cortez e UNICEF, 2004.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

COELHO, Franklin. **Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local**. In: *Revista Pólis* No. 25, São Paulo, Instituto Pólis. (1996)

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a02v12n3.pdf>. Acessado em julho de 2013.

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC – Campanha da Fraternidade Ecumênica, 2010, Brasília: Edições CNBB, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, **RESOLUÇÃO Nº 316, DE 29 DE OUTUBRO DE 2002** - Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos, disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res31602.html>, acessado em 20 de junho de 2013.

COSTA, Ana Alice; MENICUCCI, Eleonora; BEZERRA, Maria Ednalva (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

CULTI, Maria Nezilda. Economia Solidária: incubadoras universitárias e processo educativo no Paraná. In: TORRES, Iraíldes Caldas (Org.) **As malhas do Trabalho e da Economia Solidária no Brasil**. Manaus: EDUA, 2010.

DAGNINO, Renato – **Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa**. Campinas: Ed. Campinas, Unicamp, 1997.

DAGNINO, Renato et al. **Tecnologia Social, ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Ed. Campinas: Unicamp, 2007.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Tecnologia Social: base conceitual, 2011**. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=7199&Itemid=62](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7199&Itemid=62)> – Acessado em 04 de março de 2013.

DAGNINO, Renato. Cultura, Cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

DAGNINO, Renato. **Neutralidade Científica e Determinismo Tecnológico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

DAGNINO, Renato; THOMAS, Héran. **Planejamento e Políticas públicas de inovação: em direção a um marco de referência latino-americano**. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas, Nº 23. Brasília: IPEA, 2001.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, Trabalho e gênero. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora M. de; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; Vera, SOARES (Org.) **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas, São Paulo: Papirus editora, 1996.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Disponível em <http://www.dieese.org.br/>. Acessado em 15 de junho de 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1992.

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Brasília, DF, 2013.

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária, IV Plenária Nacional de ECONOMIA SOLIDÁRIA (Relatório Final), Brasília, DF, 2008.

FONTOURA, Natália; BONETTI, Alline. **O trabalho doméstico remunerado e as desigualdades de gênero e raça no Brasil contemporâneo**. In: CASTRO, Jorge A.; VAZ, Fábio Monteiro. Situação Social brasileira: monitoramento das condições de vida. Brasília: IPEA, 2011

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social. Soluções para o Desenvolvimento sustentável**. Brasília: FBB, 2009.

GAMA, Andréa de Sousa. Gênero e avaliação da qualidade da atenção em serviços de saúde reprodutiva. In: BRAVO, Maria Inês Souza (Org.). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

GOHN, Amélia. **A saúde como direito e como serviço**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução: Fátima Murad, 2007, disponível em [www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf). Acessado em 17 de agosto de 2013.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. **Território-rural: pequena Agricultura Familiar e meio Ambiente**. Dissertação de mestrado em geografia pela Universidade Federal de Goiás, 2008.

IPEA. Referência latino-americano. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**. N. 23. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

JACOBI, Pedro. Meio urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

LEAL, Wanja S. de Sousa Dias. **Vida e Trabalho das Mulheres Catadoras de Resíduos Sólidos no aterro Municipal de Manaus: um olhar para a comunidade Lagoa Azul**. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Am, 2010.

LEITE, Márcia de Paula (Org.). **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero**. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/gptrabalho/node/4>. Acessado em 08 de outubro de 2013.

LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [versão online]. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acessado em 25 de junho de 2013.

MANCE, André Euclides. **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

MANCE, Euclides André (Org.). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro, DP & A, FASE, IFIL, 2004.

MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lúcia (Org.). **Olhares feministas**, Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009.

MEDEIROS, Rejane; OLIVEIRA, Márcia. **A perspectiva feminista e a agroecologia na assessoria técnica realizada pelo Centro Feminista 8 de março**. In: Cadernos Feministas de Economia e Política. N.4. Recife (PE): Casa da Mulher do Nordeste, 2008.

MELO, Hildete. **Gênero e pobreza no Brasil**. In: Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América latina y El Caribe. Brasília, DF: CEPAL e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) 2005.

MELO, Lúcia Albuquerque de. O acesso ao crédito: uma peleja para as mulheres agricultoras familiares. In: FERREIRA, Maria Mary (Org.). **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro**. São Luis: Redor/NIEPEM, 2012.

NASCIMENTO, Celso Augusto Torres do. **A força do trabalho cooperativado em Manaus.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2013.

NASCIMENTO, Celso Augusto Tôrres do. **Níveis de desemprego no processo de inflexão da Zona Franca de Manaus.** In: Anais da 56ª Reunião Anual da SBPC- Cuibá, MT- julho/2004.

NASCIMENTO, Eveline Maria Damasceno; TORRES, Iraildes Caldas. **Impactos ambientais na cidade de Manaus: uma busca de compreensão.** Disponível em <http://revistaautor.com>. Acessado em 20 de outubro de 2012.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social.** Braga, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2001.

NOGUEIRA, Marco. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticas de gestão democrática.** São Paulo, 2004.

NOVAES, H.T. As bases sócio-históricas do Socialismo Autogestionário: a contribuição de István Meszaros. In: A alienação em cooperativas e associações de trabalhadores, 2008: disponível em: <[http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/P&T\\_Novaes%20A%20alienacao%20em%20cooperativas%20de%20trabalhadores%20uma%20introducao.pdf](http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/P&T_Novaes%20A%20alienacao%20em%20cooperativas%20de%20trabalhadores%20uma%20introducao.pdf)> Acesso em 10 de outubro de 2013

OLIVEIRA, Aécio Alves de. A economia solidária no Ceará. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.) **As malhas do Trabalho e da Economia Solidária no Brasil.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

OLIVEIRA, Denise Alves Miranda de. **Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis: Estudo em uma Cooperativa em Salvador-Bahia.** Universidade federal da Bahia, 2011.

OLIVEIRA, Márcia Maria. A capacidade de organização comando e liderança das mulheres da floresta a partir do lócus na casa de farinha. In: TORRES, Iraildes Caldas. **O ethos das mulheres da floresta.** Manaus: Editora Valer, Fapeam, 2012.

OLIVEIRA, Márcia; PINTO, Renan Freitas. Feminização e vulnerabilidades da migração internacional na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia. In: TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vicente dos (Org.). **Intersecção de Gênero na Amazônia.** Manaus, EDUA, 2011.

PACHECO, Ana Lúcia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de família.** Tese de doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.

PEREIRA, Jordeana Davi (Org.). **Políticas sociais no contexto neoliberal: focalização e desmonte dos direitos.** In: Qualit@s - Revista Eletrônica - ISSN 1677- 4280 – Edição Especial. Campinas, 2004

PINHEIRO, Gersonete Maia; BARBOSA, Evandro Brandão. Logística Reversa de pós-consumo: catadores de Manaus buscam melhorias na infraestrutura de associação com investimentos em equipamentos mecânicos. In: BARBOSA, Evandro Brandão (Org.). **Logística Reversa de pós-consumo na Amazônia.** Manaus: BK editora, 2012.

PNAD – Pesquisa Nacional por amostra de domicílio. Disponível em [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br), acessado em 20 de julho de 2013.

POCHMAN, Márcio. **Mapa do trabalho informal em São Paulo/2006**. Disponível em <https://www.google.com.br/#q=o+mapa+do+trabalho+informal>. Acesso dia 07 de outubro de 2013.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAICHELES, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

REDE TECNOLOGIA SOCIAL – RTS. Banco de Pautas – **2ª. Conferência Internacional de Tecnologia Social e 2º. Fórum, Nacional de Rede de Tecnologia Social**. Brasília, 2009, disponível em <http://conferencia.rts.org.br>. Acessado em 20 de maio de 2013.

REIS FILHO, Milton Melo dos. **O operariado industrial no contexto da reestruturação produtiva: um grande desafio do movimento sindical nos anos 80 (século XX) no pólo industrial de Manaus – PIM**. In: Revista travessias. N. 02. Cascavel, Paraná: Edunioeste, 2008.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Émile Durkheim: os tipos de solidariedade social**. Unicamp. Disponível em <http://www.brasilecola.com/sociologia/Emile-durkheim-os-tipos-solidariedade-social.htm>, acessado dia 18 de agosto de 2013.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. **A emergência da Tecnologia Social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável**. In: Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro, nov/dez 2008.

RONILK, Raquel. Entrevista sobre as manifestações no Brasil, Disponível em <http://www.apn.org.br/w3/index.php/questoes-urbanas/5583-raquel-rolnik-a-conquista-do-direito-a-cidade>. Acesso dia 20 de julho de 2012.

ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, Sônia Alves. **Amazônia brasileira: gênero e meio ambiente**. In: TORRES, Iraíldes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente dos. **Intersecção de Gênero na Amazônia**, Manaus: EDUA, 2011.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SALAZAR, S. N. Trabalho e educação nas práticas de economia Solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória. Tese de doutorado em Serviço Social – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A construção da identidade social de gênero**. IN: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda de (Org.). **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SANTOS, Boaventura Souza – **Introdução a uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Graal: 1989.

SANTOS, Boaventura. Os processos da globalização, In: SANTOS, Boaventura (Org.). A globalização e as ciências sociais, São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SANTOS, Fabiane V. dos. **Intersecção de Gênero na Amazônia**. Manaus: Edua, 2011.

SANTOS, Graciete. **Economia Solidária e Feminista: Um encontro possível**. In: Cadernos Feministas de Economia & Política. Recife: Casa da mulher, 2005

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, Hucitec, 1978

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, Jul/Dez.1990.

SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária. Disponível em <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/tabcgi.exe?ParticipantesnoEES.def> – Acesso em 29 de março de 2013.

SILVA, Fábio Correa da; Barbosa, Evandro Brandão. Logística reversa: o processo de reciclagem das embalagens Longa Vida entre as cooperativas de empresas e bairros, na cidade de Manaus em 2011. In: BARBOSA, Evandro Brandão (Org.). **Logística Reversa de pós-consumo na Amazônia**. Manaus: BK editora, 2012.

SILVAN, Denison. Protagonismo feminino no Amazonas. In: TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vicente dos (Org.). **Intersecção de Gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011.

SINGER, Paul. **A força da Mulher na Economia Solidária**. Instituto Consulado da Mulher (ICM), 2009: Disponível em: [http://www.consuladodamulher.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3:entrevista-com-paul-singer-a-forca-da-mulher-na-economia-solidaria-&catid=1:noticias&Itemid=25](http://www.consuladodamulher.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3:entrevista-com-paul-singer-a-forca-da-mulher-na-economia-solidaria-&catid=1:noticias&Itemid=25) – acesso dia 28 de março de 2013.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: Revista Estudos Avançados, v. 18, 2004

SINGER, Paul. Economia solidária, um modo de produção e distribuição. IN SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Danila Lima de; BARBOSA, Evandro Brandão. **Pólo Industrial de Manaus: processo de coleta de materiais recicláveis por empresa especializada**. In: BARBOSA (Org.). Logística Reversa de pós-consumo na Amazônia. Manaus, BK Editora, 2012.

SOUZA, André Ricardo de. **Os projetos alternativos e comunitários da Caritas em São Paulo**. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). *As malhas do Trabalho e da Economia Solidária no Brasil*, Manaus: Edua, 2010.

SPOSATI, Adaílza. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social** In: Revista Serviço social e Sociedade Ano XXVII – nº87 – São Paulo: Cortez editora, 2006.

STEIN, Rosa Helena. **As políticas de transferência de renda na Europa e na América Latina: recentes ou tardias estratégias de proteção social?** Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. DF, 2005.

TEIXEIRA, Murilo. **PET: perspectivas de reciclagem para a preservação ambiental sustentável**. Dissertação de Mestrado em Sistema de Gestão, Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente. RJ: Universidade Federal Fluminense, 2004

TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **O ethos das mulheres da floresta**, Manaus, Valer, 2012.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas**, Manaus, Editora Edua, 2005.

VIEIRA, Antonieta do Lago. *Construindo cooperativas populares e solidárias*. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil**, Manaus: EDUA, 2010.

WALDMAN, Maurício. **Lixo e Economia: a fantasia do resíduo brasileiro emergente**. [http://mw.pro.br/mw/geog\\_lixo\\_e\\_economia.pdf](http://mw.pro.br/mw/geog_lixo_e_economia.pdf). Acessado em 05 de março de 2013.

WEBER, Jacques. **Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas**. In: VIEIRA, Paulo e WEBER, Jacques (Org.) *Gestão de Recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

WILLS, Wright. **O trabalho**. In: *A nova classe média (White Collar) III parte*, cap. 10. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1969.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E**  
**SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas  
relações com a Economia Solidária

Mestranda: Luiza de Marilac Miléo Moreira  
Bolsista: CAPES  
Orientadora: Dr<sup>a</sup> Iraildes Caldas Torres

Manaus – Amazonas

2013